



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 427, DE 22 DE ABRIL DE 2024

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, em exercício, no uso de suas atribuições conferidas pela Portaria nº 97-Reitoria, de 28 de abril 2022, publicada no Diário Oficial da União em 29 de abril de 2022, Seção 2, pág. 47; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa; em conformidade aos autos do Processo nº 23204.000514/2022-98, proveniente do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas – ICTA, e em cumprimento à decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe, tomada na 1ª reunião ordinária, realizada de forma presencial em 20 de março de 2024, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas, do ICTA, da Ufopa, conforme Anexo que é parte integrante e inseparável desta Resolução.

Art. 2º A revogação da Resolução Consun nº 56, de 8 de agosto de 2014, deverá ser homologada em plenária do Conselho Universitário (Consun).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor nesta data, com publicação na página dos Conselhos Superiores no [Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH](#).

SOLANGE HELENA XIMENES ROCHA
Presidente em exercício do Consepe

ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS
ÁGUAS**

**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS
ÁGUAS**

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**SANTARÉM - PA
2024**

SUMÁRIO

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	6
1. A MANTENEDORA	6
1.1. Dados da Mantenedora	6
2. DA MANTIDA	6
2.1. Identificação	6
3. ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO	6
3.1. Dirigente Principal da Mantida.....	6
3.2. Dirigentes Atuais	6
4. BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ ..	7
PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO.....	12
5. DADOS GERAIS DO CURSO	12
6. ATOS LEGAIS	12
7. JUSTIFICATIVA	12
8. CONCEPÇÃO DO CURSO	14
8.1. Número de vagas	15
9. OBJETIVOS DO CURSO	16
9.1. Objetivo Geral	16
9.2. Objetivos Específicos	16
10. FORMAS DE INGRESSO NO CURSO.....	17
10.1. Processo Seletivo Regular	17
10.2. Processo Seletivo Especial	17
10.3. Mobilidade Acadêmica Interna (MOBIN)	18
10.4. Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex)	18
10.5. Processos Interinstitucionais.....	18
10.6. Obtenção de Novo Título	19
11. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	19
11.1. Competências e Habilidades.....	20
12. METODOLOGIA DO CURSO.....	21
13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	22
13.1. Atividades de Extensão	23
13.2. Estrutura curricular	27
13.3. Conteúdos Curriculares	29
13.4. Representação Gráfica do Perfil de Formação	29
13.5. Ementário e Bibliografias	33

13.6. Atividades Complementares.....	33
13.7. Estágio curricular supervisionado	34
13.8. Trabalho de Conclusão de Curso.....	34
14. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	36
15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	37
15.1. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino- aprendizagem.....	40
16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	42
17. AVALIAÇÃO DO CURSO	43
17.1. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa	45
18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	45
19. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE.....	48
20. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	50
21. APOIO AO DISCENTE.....	51
21.1. Assistência Estudantil.....	51
21.2. Ações Afirmativas	52
21.3. Programa Bolsa Permanência - PBP/MEC.....	52
21.4. Formação Básica Indígena.....	52
21.5. Institucional	53
22. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	54
22.1. Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica	54
22.2. Programas de Iniciação Científica	55
PARTE III: RECURSOS HUMANOS	57
23. APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO	57
23.1. Direção do Instituto	57
23.2. Coordenação do Programa/Coordenação de Curso	57
23.3. Atuação da coordenação do curso	57
23.4. Regime de trabalho da coordenação do curso	60
23.5. Técnicos em Assuntos Educacionais	61
23.6. Secretaria Executiva	61
24. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA	61
24.1. Secretaria Acadêmica	61
24.2. Acompanhamento de Egressos	61
24.3. Órgãos Colegiados.....	61
25. CORPO DOCENTE	63

25.1. Titulação	63
25.2. Docentes vinculados ao BIC&T das Águas e seus respectivos componentes curriculares.	64
25.3. Percentual de doutores e mestres	65
25.4. Política e Plano de Carreira	66
25.5. Critérios de Admissão	66
25.6. Plano de Qualificação e Formação Continuada.....	68
25.7. Apoio à Participação em Eventos	68
25.8. Incentivo à Formação/atualização Pedagógica dos Docentes	68
25.9. Experiência profissional do docente.....	69
25.10. Experiência no exercício da docência superior	69
25.11. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.....	70
26. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	70
PARTE IV: INFRAESTRUTURA	71
27. INSTALAÇÕES GERAIS	71
28. SALAS DE AULA	71
29. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	71
30. SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	71
31. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO/PROGRAMA	72
32. AUDITÓRIOS E VÍDEO CONFERÊNCIAS.....	72
33. BIBLIOTECA.....	73
33.1. Bibliografia básica por unidade curricular	74
33.2. Bibliografia complementar por unidade curricular	74
34. LABORATÓRIOS	74
34.1. Laboratório de Tecnologia e Inovação	74
34.2. Biologia Ambiental.....	75
34.3. Laboratório de Estudos de Impacto Ambiental	76
34.4. Laboratório de Limnologia e Qualidade da Água	76
34.5. Laboratório de Ecologia e Monitoramento Ictiológico	76
34.6. Laboratório de Química Aplicada à Toxicologia, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos.....	76
34.7. Saneamento.....	76
34.8. Tratamento de Águas Residuárias - LabTAR.....	77
34.9. Laboratório de Ensino e Aprendizagem Interdisciplinar Interativa e Instrumentação - LEAI3.....	78
34.10. Laboratório múltiplo de ensino, pesquisa e extensão em Atividades Socioeconômicas e Ambientais (a ser construído)	78

34.11. Política de Atualização dos Laboratórios	79
34.12. Dados dos Laboratórios	79
35. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	80
36. COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS	80
37. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	81
38. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	81
39. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA	82
PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	83
40. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO	83
41. REFERÊNCIAS	85
ANEXOS	86
ANEXO A - COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS.....	87
ANEXO B - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO.....	117
ANEXO C - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO NDE	118
ANEXO D - ATIVIDADES COMPLEMENTARES (NORMATIVA)	119
ANEXO E - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (NORMATIVA).....	122
ANEXO F - AVALIAÇÃO DE DISCIPLINA - DISCENTE	142
ANEXO G - AVALIAÇÃO DE DISCIPLINA - DISCENTE.....	143
ANEXO H - REGIMENTO GERAL DA UFOPA	144
ANEXO I - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO NDE/COLEGIADO.....	145
ANEXO J - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO CONSELHO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS.....	147

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1. A MANTENEDORA

1.1. Dados da Mantenedora

Mantenedora	Ministério da Educação						
CNPJ	00.394.445/0003-65						
Endereço	Esplanada dos Ministérios, Bloco L.					Nº	S/N
Bairro	Zona Cívico-Administrativa	Cidade	Brasília	CEP	70.047-900	UF	DF
Fone	(61) 2022-7828 / 7822 / 7823 / 7830						
E-mail	gabinetedoministro@mec.gov.br						

2. DA MANTIDA

2.1. Identificação

Mantida	Universidade Federal do Oeste do Pará						
CNPJ	11.118.393/0001-59						
Endereço	Rua Vera Paz, Unidade Tapajós, Bloco BMT					Nº	S/N
Bairro	Salé	Cidade	Santarém	CEP	68.040-255	UF	Pará
Telefone	(93) 2101-6506						
E-mail	coord.bicta@ufopa.edu.br						
Site	http://www.ufopa.edu.br/icta/graduacao/bacharelado-interdisciplinar/						

3. ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO

Dados de Credenciamento:	
Documento/Nº	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento	5 de novembro de 2009
Data de Publicação	6 de novembro de 2009

3.1. Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitora						
Nome	Aldenize Ruela Xavier						
Bairro	Salé	Cidade:	Santarém	CEP:	68.035-110	UF:	Pará
Telefone	93 2101-4910						
E-mail	reitoria@ufopa.edu.br						

3.2. Dirigentes Atuais

Reitora: Prof. Dr.^a Aldenize Ruela Xavier

Vice-Reitora: Profa. Dr.^a Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Honorly Kátia Mestre Correa

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Prof.^a Dr.^a Kelly Christina Ferreira Castro

Pró-Reitoria de Comunidade, Cultura e Extensão: Prof.^a Dr.^a Ediene Pena Ferreira

Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Prof. Dr. Cauan Ferreira Araújo

Pró-Reitoria de Administração: Warlivan Salvador Leite

Pró-Reitoria de Gestão Estudantil: Prof. Me. Luamim Sales Tapajós

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas: Profa. Me. Fabriciana Vieira Guimarães

Direção do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas:

Diretor - Prof. Dr. Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro e **Vice-Diretora** – Profa. Dra. Ynglea Georgina De Freitas Goch

Coordenação do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologias das Águas:

Coordenador: Prof. Me. Elton Ranieri da Silva Moura e **Vice-Coordenadora:** Prof.^a Dr.^a Khayth Marronny Rabelo Nagata.

4. BREVE HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

A história da Ufopa inicia em 1971, com o processo de interiorização da Universidade Federal do Pará (UFPA) em Santarém, estabelecido pelo Núcleo de Educação da UFPA (Resolução nº 39/1970 – CONSEP–UFPA). Inicialmente foram ofertados cursos de licenciaturas de curta duração desenvolvidos na Escola Estadual de Ensino Médio Álvaro Adolfo da Silveira, entre os anos de 1971 e 1973.

O Núcleo de Educação da UFPA foi reativado de 1980 a 1983, proporcionando oferta de novos cursos de licenciatura de curta duração e cursos de complementação de estudos para os professores da rede básica de ensino, que já possuíam a licenciatura de curta duração. Posteriormente, um convênio realizado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 1983, possibilitou o início do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde hoje funciona o campus Rondon da Ufopa.

No segundo semestre de 1985, o Prof. Dr. José Seixas Lourenço tomou posse como

primeiro reitor eleito da UFPA. Fazia parte de seu Programa de Gestão, a ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPA para o interior do Estado. Este projeto de interiorização da UFPA serviu de modelo às demais universidades da região Norte e, sob sua liderança, foram realizados encontros e seminários, que resultaram na elaboração do I Projeto Norte de Interiorização (1986-1989), constituído pelo Projeto de Interiorização de cada uma das universidades da Amazônia. A diretriz prioritária desses projetos teve como eixos: (I) a formação e a capacitação de professores de 1º e 2º graus; (II) o resgate e preservação do patrimônio artístico e cultural; e (III) a realização de pesquisas aplicadas à região.

A aprovação do Projeto de Interiorização da UFPA pelos Conselhos Superiores possibilitou, inicialmente, a implantação de oito campus universitários em municípios considerados polos para o desenvolvimento do Estado do Pará: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Em cada um deles foram implantados cinco cursos: Licenciatura Plena – Matemática, Letras, Geografia, História e Pedagogia, iniciados em janeiro de 1987. Estabeleceu-se também que os campi teriam como abrangência os 143 municípios paraenses. Posteriormente, foi criado o campus Universitário de Breves. Todos os campi da UFPA foram criados na expectativa de serem posteriormente transformados em Universidades. Além disso, os cursos lá disponíveis inicialmente funcionavam no período intercalar, com os docentes sendo deslocados do campus de Belém.

Com a finalidade de dar um caráter permanente às ações da UFPA no município de Santarém, no início dos anos de 1990, deu-se início à implantação de cursos em caráter permanente, com corpo docente próprio. E assim, em 2000, foi elaborado um projeto de transformação do campus Universitário da UFPA em Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para criação da Universidade Federal do Tapajós.

Em 2006, o Senador Flexa Ribeiro (PA) apresentou um Projeto no Senado Federal, com o objetivo de criar duas Universidades Federais nos Estado do Pará, uma com sede em Santarém e outra com sede em Marabá. E em solenidade comemorativa aos 50 anos da UFPA, ocorrida no Teatro da Paz em Belém, em 2 de julho de 2007, o então Reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao Ministro da Educação Fernando Haddad o projeto de criação e implantação da Ufopa.

Posteriormente, os Ministros da Educação Fernando Haddad e do Planejamento Paulo Bernardo da Silva encaminharam a Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República em 11 de dezembro de 2007.

Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei (PL) nº 2879/2008 propondo a criação da Ufopa fosse enviado ao Congresso Nacional.

Durante o processo de implantação da Ufopa foi realizada uma ampla discussão com a comunidade acadêmica local e regional, dentre as quais destacamos os Seminários realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados “Pensando em uma Nova Universidade – modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: Polo de Conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional”. Participaram desse Seminário Reitores e Dirigentes das mais destacadas instituições de ensino e pesquisa do país, dirigentes da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes), Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Academia Brasileira de Ciências (ABC), Governo do Estado do Pará, Prefeitura Municipal de Santarém, docentes, técnicos administrativos e discentes.

Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1ª edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIAM), entregue ao Ministro da Educação Fernando Haddad, em junho de 2008, em Belém - Pará. Esse projeto, além de propor a mudança no nome da Universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar curricular, empreendedora, eficiente, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento.

A Sese instituiu a Comissão de Implantação da Ufopa, pela Portaria nº 410, de 3 de junho de 2008, com a finalidade de realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos previstos no Projeto de Lei nº 2879/2008. O Ministro da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008.

No ano seguinte, a Ufopa foi criada com a elaboração da Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, sancionada pelo então Presidente da República, Sr. José Gomes Alencar da Silva e, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2009.

A Ufopa é uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao MEC, com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. Foi a primeira Instituição Federal de Ensino Superior com sede no interior da Amazônia brasileira.

É uma universidade multicampi, com sede em Santarém, um campus pré-implantado

pela UFPA em Oriximiná e novos campi em vias de implantação nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, a Ufopa conta com dois campi: Rondon (antigo campus da UFPA) e Tapajós (antigo Núcleo Interinstitucional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia - NDSA), além de espaços alugados para atendimento das necessidades de espaço físico administrativo e acadêmico da Instituição, até a construção de novos prédios. Entre os espaços alugados, temos o campus Amazônia, onde se localiza a sede do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA).

A partir de sua criação, a Ufopa propôs a implantação de cursos de bacharelado e licenciatura, adotando um modelo acadêmico interdisciplinar curricular com formação em ciclos, onde o discente ingressa na Ufopa através do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com um primeiro semestre de formação comum a todos os discentes, iniciado no Centro de Formação Interdisciplinar curricular, independentemente do curso. No segundo semestre dá-se início ao primeiro ciclo de formação, ainda interdisciplinar curricular, porém já abordando a temática de um dos cinco Institutos da Ufopa (ICTA, Instituto de Ciência da Educação, Instituto de Biodiversidade e Florestas, Instituto de Engenharia e Geociências e Instituto de Ciências e Sociedade). Após a integralização do primeiro ciclo, o discente tem a opção de ingressar no segundo ciclo, este de formação profissional. Já o terceiro ciclo de formação é a pós-graduação, onde a Ufopa oferece cinco cursos de Mestrado, 10 cursos de especialização e dois cursos de Doutorado, todos com matrizes curriculares flexíveis. Com essa concepção, uma proposta de regime de ciclos, na área de ciência e tecnologia, foi pioneiramente iniciada na Universidade Federal do ABC, seguida por outras universidades federais, como a UFBA, a UFJF, UFRN, Ufopa, UFRB, UNIFAL-MG e UFVJM, ampliando o escopo da inovação curricular a outras áreas do conhecimento.

Atualmente há na Ufopa 45 cursos de Graduação, sendo 37 cursos oferecidos no Campus de Santarém e oito oferecidos nos Campi fora de Sede, divididos em vinte sete Bacharelados Específicos, doze Licenciaturas, seis Bacharelados Interdisciplinares. O acesso aos cursos oferecidos pela Ufopa é realizado via Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), através dos processos seletivos internos. Estão também em funcionamento na Ufopa doze Programas de Mestrado e quatro Programas de Doutorado.

Missão Institucional

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

Visão Institucional

Ser reconhecida pela excelência na produção dialógica dos saberes científicos, tecnológicos, interdisciplinares e interculturais, apoiando o desenvolvimento sustentável e contribuindo com a redução das desigualdades, por meio da formação para a cidadania na Amazônia.

PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO

5. DADOS GERAIS DO CURSO

ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO:	ICTA, campus Tapajós - Bloco BMT, Santarém, Pará, Brasil. Rua Vera Paz, s/n (Unidade Tapajós) Bairro Salé CEP 68040-255		
DENOMINAÇÃO DO CURSO:	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas		
TITULAÇÃO CONFERIDA	Bacharel em Ciências e Tecnologia das Águas		
MODALIDADE:	Presencial		
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral		
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Integral		
NÚMERO DE VAGAS ANUAIS:	100		
FORMA DE INGRESSO:	Processo Seletivo Regular, Processo Seletivo Indígena e Processo Seletivo Quilombola		
DURAÇÃO DO CURSO	Carga Horária	Tempo Mínimo	Tempo Máximo
	2.400	3 anos	4,5 anos

6. ATOS LEGAIS

Ato de Criação: Portaria nº 157 de 19/02/2013

Data de publicação no DOU: 26/02/2013

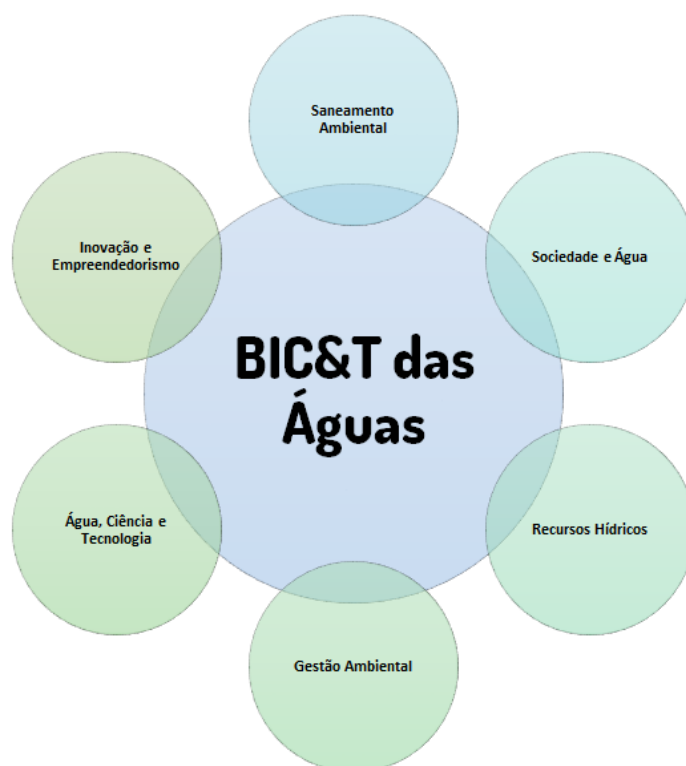
Data de início do curso: 01/03/2011

7. JUSTIFICATIVA

As dimensões ambientais, biológicas e sociais relacionadas às águas na região Oeste do Pará demonstram a vocação regional para estudos sobre a temática da água, bem como, a necessidade de um perfil de formação graduada que habilite para lidar com tamanha complexidade, de maneira interdisciplinar. Assim, o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas (BIC&T das Águas) foi concebido com enfoque direcionado para a formação superior de curta duração de um novo perfil de formação universitária na região, voltado para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, pautado pelo desafio da sustentabilidade e uso das águas, enquanto recurso e ecossistema.

O curso de BIC&T das Águas da Ufopa visa suprir na região a carência de formação superior que ainda constitui um grave problema nos dias atuais. As instituições de ensino superior presentes na região Oeste do Pará não conseguiram atender a demanda, em função da insuficiência de recursos humanos qualificados em referência à demanda sempre crescente. Assim, o curso justifica-se para suprir a carência nas diversas áreas da ciências e tecnologia das águas. Temos como eixos de formação, as seguintes áreas: Água, Ciência e Tecnologia, Gestão Ambiental, Recursos Hídricos, Sociedade e água, Saneamento Ambiental, Inovação e empreendedorismo:

- **Grande área: Ciência e Tecnologia**



- **Água, Ciência e Tecnologia:** Eixo que busca a ciência aliada ao método científico para desenvolver conhecimento e a solução de problemas relacionados à água, visando à sustentabilidade e ao uso racional dos recursos aquáticos. Estimular o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para uso e conservação das águas.

- **Saneamento ambiental:** Eixo que compreende a problemática sobre o saneamento básico, temas que abordem: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, Geotecnia ambiental, gestão e legislação. Neste eixo, o profissional do BIC&T das Águas poderá atuar em comissões, grupos de estudos e planejamentos, em organizações públicas e privadas que atuem nesta área.

- **Sociedade e água:** Eixo voltado às questões interativas relacionadas: ambiente aquático – sociedade - tecnologia. Fornecer habilidades e competências das ciências humanas e sociais com o BIC&T das Águas e os profissionais da gestão ambiental e engenharia Sanitária. Podemos considerar estudos: ecológicos, culturais, políticos, tecnológicos, psicossociais e geoeconômicos. A formação nesse eixo visa complementar áreas de suma importância na formação humana do profissional que por sua vez são imprescindíveis e *sine qua non* no exercício profissional de nossos egressos.

- **Recursos Hídricos:** Este eixo propõe a utilização do método científico para solucionar problemas relacionados ao uso dos recursos hídricos na região do Oeste do Pará, que apresenta ineficiência ou ainda ausência da aplicação da Política Nacional de Recursos Hídricos, no âmbito da gestão de recursos hídricos, monitoramento da qualidade da água, cobrança, infiltração e gestão de bacias hidrográficas.

- **Gestão Ambiental:** Eixo que compreende a problemática dos novos desafios da sustentabilidade ambiental das cidades, em especial das peculiaridades das cidades amazônicas, com capacidade para planejar, gerenciar e executar, atividades de diagnóstico, avaliação, proposição de medidas mitigadoras – corretivas e preventivas; acompanhamento e monitoramento da qualidade ambiental; regulação do uso, controle, proteção e conservação do meio ambiente, podendo elaborar e implantar, ainda, políticas e programas de educação ambiental, contribuindo assim efetivamente para os desafios do desenvolvimento sustentável da região.

- **Inovação e empreendedorismo:** Empreendedorismo é um conjunto de habilidades e competências almejado pelo mercado e pela ciência pois, permite ao profissional interpretar cenários e lidar com recursos de maneira mais efetiva e racional gerando resultados inclusive em momentos de escassez. A inovação é um insumo imprescindível no exercício das profissões da área ambiental tendo em vista sua premissa de gerar soluções por meio de recursos e cenários inesperados e muitas vezes escassos. Esse eixo visa, de maneira transdisciplinar, inserir tais conceitos nos debates já previstos da formação e também propor um aprofundamento do mesmo mediante pesquisa, extensão e o ensino.

8. CONCEPÇÃO DO CURSO

A proposta de implantação dos cursos de Bacharelados Interdisciplinares

curriculares constitui uma proposição alternativa aos modelos de formação das universidades europeias do século XIX, que ainda predominam no Brasil, apesar de superados em seus contextos de origem. A concepção dos cursos de bacharelado na Ufopa foi inspirada na organização da formação superior proposta por Anísio Teixeira para a concepção da Universidade de Brasília, no início da década de 1960, no Processo de Bolonha e nos *colleges* estadunidenses, mas incorporando um desenho inovador necessário para responder às nossas próprias e atuais demandas de formação acadêmica (MURILO, *et.al*, 2010).

A formação interdisciplinar no curso aborda um conjunto importante de competências, habilidades e atitudes, transversais às competências técnicas, aliada a uma formação geral com fortes bases conceituais, éticas e culturais. O foco deste modelo de formação é o diálogo entre as áreas de conhecimento e entre os componentes curriculares, estruturando as trajetórias formativas. Este processo deve ser garantido pela articulação e interrelação entre disciplinas, dentro das grandes áreas e entre as grandes áreas (MURILO, *et.al*, 2010).

A aprendizagem no BIC&T das Águas é baseada na resolução de problemas e integração de conteúdo entre componentes curriculares, visando uma formação acadêmica ética, humanística e sólida. Assim, o BIC&T das Águas enfoca os ecossistemas naturais como a terra-firme, várzea, igapó, savana amazônica e a floresta amazônica, uma vez que estes ambientes naturais são típicos do Oeste do Estado do Pará, com ampla ocorrência no município de Santarém, sem desconsiderar, no entanto, as áreas urbanas e ribeirinhas, área de ampla degradação ambiental. A associação homem-natureza, típica da região amazônica, torna urgente a necessidade de estudos e pesquisas que viabilizem o desenvolvimento sustentável de Santarém e demais municípios componentes do Oeste paraense.

O estabelecimento de uma instituição pública de ensino superior voltada à problemática regional fortalece as raízes culturais, permitindo à sociedade uma qualificação superior no seu próprio local de origem. Isso beneficia a economia pelo aprimoramento do conhecimento e, conseqüentemente, aumentando a qualidade de vida do Norte do país.

8.1. Número de vagas

São ofertadas anualmente 100 vagas para o BIC&T das Águas - com ênfase em Engenharia Sanitária e Ambiental e Gestão Ambiental. Das 100 vagas ofertadas, caberá o discente durante o processo seletivo escolher qual curso profissional deseja cursar ao

concluir o BIC&T das Águas, sendo abertas duas turmas, onde turma integral com 50 vagas será destinada aos discente que optaram por escolher o curso profissional do Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental e outra turma com 50 vagas destinadas à turma noturna dos discente que optaram por escolher o curso profissional do Bacharelado em Gestão Ambiental. As 100 vagas justificam-se pelo curso ter apenas dois possíveis cursos específicos, no segundo ciclo, e por conta das limitações de infraestrutura física da Ufopa, com número limitado de salas de aulas que comportam até 50 alunos.

9. OBJETIVOS DO CURSO

9.1. Objetivo Geral

O BIC&T das Águas visa uma formação graduada generalista e interdisciplinar em ciências e tecnologia das águas. Além de promover a formação de cidadãos com visão crítica e reflexiva para o mercado de trabalho, visando colaborar na interpretação e solução de problemas pertinentes nas áreas relacionadas às águas, em especial ao bioma amazônico.

9.2. Objetivos Específicos

- Promover a formação científica e humanística, empreendedora e inovadora, para solução de problemas da sociedade, com aprendizado inteligente, norteado pelos princípios da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, visando à sustentabilidade e do uso racional dos recursos aquáticos;
- Estimular ações integradas em parcerias interdisciplinares para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e no uso e conservação das águas.
- Desenvolver projetos de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a cooperação interinstitucional em rede, de forma coordenada com as estruturas de gestão do governo federal, dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil organizada envolvida com o tema das águas e seus recursos.
- Estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios norteadores o projeto institucional da Ufopa e as diretrizes do MEC.
- Formar cidadãos em nível superior, a curto prazo, que poderão dar continuidade aos seus estudos numa formação graduada específica ou em nível de Pós-Graduação.

10. FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

De acordo com o artigo 141 do Regimento Geral da Ufopa, aprovado mediante Resolução Conselho Universitário (Consun) nº 55, de 22 de julho de 2014, a admissão aos cursos de Graduação da Ufopa será feita mediante processo seletivo, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou estudos equivalentes, consoante o disposto na legislação aplicável e nas normas do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Resolução Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) nº 401/2023).

Os processos seletivos para ingresso em cursos de Graduação, segundo o art. 142 do Regimento Geral da Ufopa, serão organizados e aplicados por uma Comissão Própria Permanente, cuja atribuição será definida pelo Consun e seu Regulamento Interno, aprovado pelo mesmo Conselho, e serão realizados pelo órgão central encarregado da função, sob a supervisão e a orientação de uma Comissão Permanente de Processos Seletivos (CPPS), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Proen), consoante o disposto no art. 144 do Regimento Geral da Ufopa.

Ademais, o regulamento dos cursos de Graduação fixará critérios para o estabelecimento do número de vagas total e para o Cálculo Básico do número de vagas remanescentes de cada curso. Além disso, os processos seletivos para ingresso na Ufopa obedecem às disposições estabelecidas na Lei nº 12.711/2012 (Lei de cotas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio), em especial ao disposto nos artigos 1º, 3º e 8º da referida lei.

Atualmente, existem as modalidades de processos seletivos para ingresso em cursos de graduação da Ufopa, conforme publicado em seu Regimento Geral, a saber.

10.1. Processo Seletivo Regular

A Ufopa vem adotando como critério de seleção para os candidatos inscritos no Processo Seletivo Regular (PSR) o resultado do Enem aplicado nos dois últimos anos, sendo que serão admitidos à Ufopa os candidatos portadores de certificados de conclusão de ensino médio ou equivalente, além dos que concluíram o ensino superior em cursos autorizados ou reconhecidos pelo MEC.

10.2. Processo Seletivo Especial

O Processo Seletivo Especial (PSE) é uma modalidade de seleção diferenciada

através do qual serão ofertadas as vagas reservadas exclusivamente a candidatos indígenas e quilombolas, respeitando aos percentuais e critérios fixados pela Lei nº 12.711/2012, considerando-se as peculiaridades da região onde está implantada esta Instituição Federal de Educação vinculada ao MEC, na forma do artigo 207 da Constituição Federal.

Os processos seletivos especiais, como forma de ingresso para os cursos de graduação da Ufopa, têm previsão no Regimento de Graduação da Ufopa (Resolução Consepe nº 331, de 28 de setembro de 2020) e na Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial (Resolução Consepe nº 200, de 8 de junho de 2017).

Atualmente existe o Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), através da Resolução Consepe nº 194, de 24 de abril de 2017, e o Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ). O PSEI teve início no ano de 2010, ainda sob a coordenação da UFPA, com a reserva de vagas para estudantes indígenas. Atualmente, 597 (ano de 2021) estudantes ingressaram para os cursos de graduação da Ufopa através do PSEI. Por sua vez, o PSEQ teve início no ano de 2015, com a reserva de vagas para estudantes oriundos de comunidades quilombolas. Atualmente, 391 (ano de 2021) estudantes ingressaram para os cursos de graduação da Ufopa através do PSEQ.

10.3. Mobilidade Acadêmica Interna (MOBIN)

Este processo destina-se aos discentes da Ufopa como transferência de um curso de Graduação para outro, neste caso conceituado como reopção, de acordo com as normas a serem estabelecidas no Regulamento de Graduação e que sejam obedecidos os seguintes critérios: existência de vagas remanescentes; aprovação em processo seletivo interno elaborado pela Proen, podendo considerar o Índice de Desempenho Acadêmico (IDA) e análise do currículo e inscrever-se até a metade da duração do curso, uma única vez.

10.4. Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex)

Poderão ser aceitas transferências de discentes oriundos de outras instituições de ensino superior, nacional ou estrangeira, para cursos de Graduação correspondentes ou para cursos afins, conforme processo de seleção definido em edital.

10.5. Processos Interinstitucionais

O ingresso por processos interinstitucionais nos cursos de Graduação da Ufopa destina-se a atender alunos aprovados em processos seletivos prévios de outras instituições,

amparados por legislação específica.

São modalidades de ingresso por processos interinstitucionais:

- Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), o qual está destinado ao ingresso de estudantes estrangeiros selecionados em seu país de origem, de acordo com a legislação federal;
- Transferência *ex officio* e será concedida ao servidor público e a seus dependentes, na forma da lei;
- Convênio interinstitucional o qual atenderá a estudantes oriundos de instituições conveniadas;
- Matrícula de cortesia que será concedida a funcionário estrangeiro de país que assegure o regime de reciprocidade com o Brasil.

10.6. Obtenção de Novo Título

Poderá ser aceita a matrícula de diplomados em curso de Graduação para obtenção de novo título, observadas as disposições do regulamento dos cursos de Graduação.

11. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso do BIC&T das Águas deverá atuar como cidadão com nível superior dotado de visão contemporânea e atualizada da dinâmica científica e tecnológica das águas na sociedade moderna, com embasamento analítico conceitual sólido e necessário para futura profissionalização em diferentes áreas das Ciências e Tecnologias (C&T) das Águas.

Deverá possuir formação humanitária, empreendedora e inovadora, habilitado para a criação, desenvolvimento e gerenciamento de projetos, assim como uso de diferentes tipos de ferramentas destinadas à solução de problemas da sociedade, e contribuindo para o desenvolvimento tecnológico, científico e social do país.

Estará apto para assumir postos de trabalho que requeiram formação superior, atuando no âmbito dos serviços e funções públicas e da iniciativa privada que exigem profissionais com visão estratégica de ciências e tecnologia para o desenvolvimento regional, na perspectiva empreendedora/inovadora e espírito de liderança no ambiente profissional.

O profissional de BIC&T das Águas deverá ser generalista, crítico, ético e, detentor de adequada fundamentação teórica contextualizada nos problemas contemporâneos,

podendo atuar em:

- Empresas privadas e instituições do setor público (pesquisas estudos aplicados na grande área de C&T das Águas);
- Organizações sem fins lucrativos e de outras designações administrativas (cargos intermediários de gestão e consultoria em pesquisa e desenvolvimento tecnológico) e demais segmentos da sociedade civil envolvida com o tema das águas e seus recursos;
- Empreendimentos de base científico-tecnológica nas áreas de planejamento, gestão e avaliação atuando como empreendedor, consultoria ou de assessoria.

11.1. Competências e Habilidades

O conjunto de habilidades dedicadas à transformação do conhecimento em prática, gerando as competências almejados para o BIC&T das Águas está fundamentado nas necessidades regionais de profissionais para atuar fortemente e com eficiência na investigação e geração de conhecimento científico e tecnológico aplicado, visando apoiar o desenvolvimento científico e social da região e do país.

Um novo profissional em Ciências e Tecnologia das Águas será habilitado para desenvolver a capacidade mental e intelectual a fim promover e induzir avanços significativos em ciências e tecnologia. Deverá adquirir competências para atuar com visão e práticas mais aplicadas, integrando Ciência e Inovação Tecnológica com Gestão e Desenvolvimento com foco nos recursos hídricos, e serviços ecossistêmicos das águas. O BIC&T das Águas deverá ser um perfil estratégico de formação para atuar e contribuir efetivamente para o desenvolvimento científico-tecnológico e social da Amazônia e do País, não somente pela carência de profissionais na região, mas também para construir uma ciência aplicada mais próxima da sociedade. Enfim, pretende-se que um novo profissional seja formado na Amazônia com habilitação interdisciplinar curricular inovadora para atuar na grande área das ciências aplicadas e tecnologia das águas, somando com os perfis já estabelecidos na região.

Diante do exposto, as seguintes competências, habilidades, atitudes e valores deverão integrar o perfil dos egressos do BIC&T das Águas:

- Capacidade para atuar na grande área de C&T das Águas com habilidades para criação, desenvolvimento e gerenciamento de projetos que abrangem os recursos hídricos e os serviços de ecossistemas aquáticos, assim como suas interfaces, gerando novos conhecimentos técnico-científicos para sociedade;

- Possuir criatividade e liderança para aplicar métodos científicos e tecnológicos com visão estratégica de desenvolvimento regional, com conhecimento de C&T das Águas, para atuar no mercado de trabalho com enfoque na investigação científica e de novas tecnologias para a sociedade;
- Capacidade para atuar no setor de Gestão de Projetos em Ciências e Tecnologia das Águas liderando equipes multiprofissionais e interprofissionais, em parcerias interdisciplinares, sendo capaz de modelar, analisar e solucionar problemas da área, aplicando princípios éticos, científicos e tecnológicos;
- Capacidade para identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea; com atitude investigativa, de prospecção, de busca e produção do conhecimento;
- Capacidade para atuar com ética nas esferas profissional, acadêmica e das relações interpessoais, em equipe e em rede, com comunicação e argumentação adequada, honesta e transparente condizentes com os princípios e normativas previstos nas práticas científicas e tecnológicas vigentes;
- Atuar com postura flexível e sensível às desigualdades sociais, com reconhecimento da diversidade dos saberes e das diferenças étnicas-sociais em busca de promover a inclusão social científica e tecnológica.

12. METODOLOGIA DO CURSO

A metodologia de ensino adotada pelos docentes do BIC&T das Águas consiste fundamentalmente em ensino de teórico aplicado e práticas de ensino e aprendizagem, voltadas para o escopo do curso. Os conteúdos teóricos são ministrados, geralmente, por meio de aulas expositivas e atividades práticas realizadas no campo e nos laboratórios. O conteúdo das disciplinas é complementado por visitas técnicas a empresas com atividades relacionadas ao curso bem como aos centros de pesquisas estaduais e federais. As atividades práticas contemplam conteúdos teóricos aplicados e podem ser desenvolvidos na infraestrutura institucional, como bibliotecas, laboratórios, salas de aula e ambientes virtuais de ensino e aprendizagem.

Em virtude do aspecto interdisciplinar do BIC&T das Águas, bem como a inexistência de pré-requisitos, é exigido dos docentes um trabalho colaborativo e harmonioso, na oferta dos componentes curriculares. Portanto, um contínuo

aperfeiçoamento didático dos docentes é necessário para o sucesso do curso.

Com o intuito de integralizar o ensino, a pesquisa e a extensão e atendendo às orientações advindas das Diretrizes Curriculares Nacionais, do PDI e da Resolução nº 27/2013 Ufopa, são executadas no curso atividades complementares visando garantir o aproveitamento e maior oportunidade de estudo, de modo a contribuir para melhor qualificação do discente, enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem e privilegiando a complementação da formação social e profissional. Nesse sentido, além das atividades de estágios não obrigatórios, participação em eventos científicos, técnicos e culturais, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, cursos realizados em áreas afins e oficinas para aquisição e aprimoramento de competências, constam das atividades complementares a realização de monitoria e de mobilidade interna e externa temporária, que, na Ufopa, são implementados sob a supervisão da Proen, através do Programa de Monitoria Acadêmica (PMA) e do Programa de Mobilidade Acadêmica Temporária (vide PDI Ufopa).

Além disso, conforme a Resolução Consepe/Ufopa nº 401/2023, a curricularização da extensão como parte obrigatória no curso, podendo ser ofertada em Atividades de Extensão, se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e com a pesquisa.

13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de BIC&T das Águas foi estruturado para ser finalizado em no mínimo três anos, e no máximo quatro anos e meio, para obter o título de Bacharel em Ciências e Tecnologia das Águas - com ênfase em Engenharia Sanitária e Ambiental (integral), o discente deverá cumprir um total de 2.400 horas relativas ao currículo pleno, incluindo as horas das Atividades Acadêmicas Complementares. Para obter o título de Bacharel em Ciências e Tecnologia das Águas - com ênfase em Gestão Ambiental (noturno), o discente deverá cumprir um total de 2.400 horas relativas ao currículo pleno, incluindo as horas das Atividades Acadêmicas Complementares, finalizado em no mínimo seis semestres, e no máximo nove semestres. As modalidades do curso e suas ênfases alternam em suas

configurações de oferta, sendo a mesma matriz curricular, porém as duas turmas ingressantes com até cinquenta alunos cada, que conforme o edital de ingresso, as disciplinas serão ofertadas em períodos distintos, sendo um integral e outro exclusivamente noturno.

O Currículo está organizado para ser desenvolvido em quatro semestres, com aulas no período integral (matutino, vespertino e noturno), com no mínimo sete horas de atividades curriculares, quando se aplica à configuração para Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas - com ênfase em Engenharia Sanitária e Ambiental. A outra configuração está organizada para ser desenvolvida em cinco semestres, com aulas no período noturno, para Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas - com ênfase em Gestão Ambiental. As atividades acadêmicas do perfil de formação estão dispostas em forma sequencial, com a necessária flexibilidade para adequar-se às necessidades regionais e seus problemas específicos. Os componentes curriculares são ministrados em aulas teórico-aplicadas e atividades práticas com cargas horárias destinadas a cada uma, conforme as particularidades de cada componente.

A grade curricular resumida do curso está estruturada seguindo a seguinte composição: disciplinas obrigatórias em 1.410 horas, disciplinas optativas em 435 horas, atividades complementares em 205 horas, Atividades de Extensão em 260 horas e o trabalho de conclusão de curso em 90 horas, totalizando 2.400 horas de curso.

13.1. Atividades de Extensão

As Atividades de extensão são ações de extensão pautadas dentro da relação universidade e sociedade, como via de mão dupla, no qual o discente deve necessariamente ter o protagonismo das ações e entendida em uma dimensão pedagógica, fundamental à formação superior e ao exercício do aprimoramento profissional. A sistematização das ações de Extensão Universitária é norteada em oito áreas correspondentes a grandes focos de política social:

- I. Comunicação;
- II. Cultura;
- III. Direitos Humanos e Justiça;
- IV. Educação;
- V. Meio Ambiente;
- VI. Saúde;
- VII. Tecnologia e Produção; e

VIII. Trabalho.

Do Marco legal, a curricularização da extensão segue as seguintes leis e normativas: Constituição Federal de 1988 (Art. 207); Plano Nacional de Extensão (1989); Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996); Plano Nacional de Educação 2014-2024; SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior; Política Nacional de Extensão (2012); Resolução Consep/Ufopa nº 401/2023.

Das diretrizes Gerais, destacam-se:

- I. ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação em todos os níveis;
- II. ampliação do acesso ao saber e desenvolvimento tecnológico e social do país;
- III. atendimento de necessidades sociais, tais como habitação, produção de alimentos, formação para o trabalho, geração de emprego e redistribuição de renda;
- IV. melhoria da saúde e da qualidade de vida da população; promoção do desenvolvimento cultural e da produção e preservação cultural e artística;
- V. educação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Para a implementação da curricularização da extensão, o curso segue o Parecer CNE/CES nº 498/2020, da Câmara de Educação Superior (CES), do Conselho Nacional de Educação (CNE), que trata da proposta de prorrogação do prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais, dentre eles a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 (CNE/CES), estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2011, destacando os seguintes artigos:

- Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e à pesquisa.

- Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

- Art. 5º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

● Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação

Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

As ações de Extensão referem-se às modalidades de ações de extensão que serão consideradas para fins de creditação: Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços. As ações de extensão, independente da modalidade, podem estar vinculadas a Programas ou Projetos de Extensão vigentes, previamente cadastrados na Procce, quando ofertados por qualquer unidade acadêmica da Ufopa, sendo obrigatório o registro da frequência dos estudantes, que deverá corresponder a no mínimo 75% de presença nas atividades. No caso de outra Instituição de Ensino Superior, o discente deve apresentar o certificado da atividade realizada, comprovando que esta se enquadre como Atividade de Extensão e não como Atividade Complementar de Extensão.

Participação ativa dos estudantes, ou seja, devem atuar como ministrantes, palestrantes, facilitadores, mediadores, prestadores de serviço e membros da comissão organizadora das ações de extensão.

A prestação de serviços refere-se ao estudo e à solução de problemas dos meios profissional ou social e ao desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas e de pesquisa, bem como à transferência de conhecimentos e tecnologia à sociedade. Para fins de creditação, será considerada a participação ativa do estudante nas ações de extensão da seguinte forma:

I. Programas, Projetos e Atividades de Extensão: como bolsista ou voluntário;

II. Cursos, Minicursos e Oficinas de Extensão: como facilitador, ministrante ou membro da comissão organizadora;

III. Eventos de Extensão: como facilitador, ministrante, mediador, palestrante ou membro da comissão organizadora;

IV. Prestação de Serviços: como prestador do serviço ou membro da comissão organizadora.

A carga horária relativa à participação dos discentes como ouvintes ou público-alvo de ações de extensão não poderá ser creditada como extensão, podendo ser aproveitada no componente curricular “atividades complementares”, de acordo com as normativas de cada Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

O discente poderá creditar as Atividades Integradoras de Formação em Atividades de Extensão, podendo esta ser creditada em 100% da carga horária máxima, ou seja, 260 horas. As Atividades de Extensão poderão ser ofertadas por qualquer unidade acadêmica da Ufopa ou outra instituição de Ensino Superior. As duas modalidades se caracterizam em ações de extensão diversas, sendo elas: programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços.

O discente poderá solicitar o aproveitamento da carga horária das ações de extensão certificadas/declaradas por outras instituições de educação superior no Brasil ou no Exterior, desde que:

I - o documento comprobatório apresente registro que possibilite a confirmação de sua autenticidade;

II - seja possível comprovar que a ação tenha caráter extensionista e atenda aos requisitos desta resolução e deste PPC.

As solicitações de aproveitamento deverão ser encaminhadas à secretaria do curso por meio de um requerimento com os anexos de comprovações. A secretaria encaminhará ao NDE do curso para análise e parecer da solicitação.

O curso oferece ainda disciplinas optativas direcionadas para os cursos profissionais,

com base em um conjunto de disciplinas da grade curricular do curso, escolhido pelo discente no ato do processo seletivo por ele aprovado. Dessa forma o discente deverá cursar os componentes optativos oferecidos pelo curso, não sendo permitido o aproveitamento de qualquer outro componente, apenas em caso de possível equivalência, desde que previsto no quadro de equivalências neste PPC.

Como demonstrado, os conteúdos a serem desenvolvidos nos componentes curriculares, mostram-se atuais com a realidade, integrados e com adequadas cargas horárias e bibliografias.

13.2. Estrutura curricular

O Curso de BIC&T das Águas foi estruturado para ser finalizado em no mínimo três anos, e no máximo quatro anos e meio. Para obter o título de Bacharel em Ciências e Tecnologia das Águas, o discente deverá cumprir um total de 2.400 horas relativas ao currículo pleno, incluindo as horas das atividades acadêmicas complementares e práticas integradoras de extensão.

O Currículo está organizado para ser desenvolvido em quatro semestres, com aulas nos turnos matutino, vespertino e noturno, o que caracteriza o curso como integral. As atividades acadêmicas do perfil de formação estão dispostas em forma sequencial, com a necessária flexibilidade para adequar-se às necessidades regionais e seus problemas específicos. Os componentes curriculares são ministrados em aulas teóricas e práticas com cargas horárias destinadas a cada uma, conforme as particularidades de cada componente. A grade curricular resumida do curso está estruturada seguindo a seguinte composição: disciplinas obrigatórias em 1410 horas, disciplinas optativas em 435 horas, atividades complementares em 205 horas, 260 horas de atividades de extensão e 90h de TCC, totalizando 2.400h de curso.

O discente pode ser dispensado de cursar componente previsto na estrutura do curso, através de duas maneiras, conforme previsto no Regimento de Graduação. Uma das formas é através da equivalência entre componentes cursados e componentes integrantes da estrutura curricular do curso, conforme o artigo 55:

I - por meio de aproveitamento de estudos, a ser tratado nos arts. 290 a 297 deste Regimento.

II - por meio de equivalência entre componentes curriculares cursados e componentes integrantes da estrutura curricular do curso de graduação do discente solicitante.

Parágrafo único. A equivalência ocorre entre componentes curriculares de estruturas curriculares de cursos de graduação da Ufopa.

Outra forma é o aproveitamento de estudos, que no regimento dispõe, no artigo 290, do seguinte texto:

“Considera-se aproveitamento de estudos a aceitação de estudos realizados com aprovação em cursos de graduação autorizados e/ou reconhecidos pelos órgãos competentes, desta ou de outra Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC, ou cursados nos programas de mobilidade interna, nacional e internacional. Parágrafo único. O discente poderá solicitar o aproveitamento de estudos realizados concomitantemente com os estudos na Ufopa, exceto no caso de vínculos simultâneos com cursos de graduação de instituições públicas de ensino superior em território nacional.” (REGIMENTO DE GRADUAÇÃO, 2020).

No aproveitamento de estudos, o NDE deverá observar o cumprimento mínimo de 80% (oitenta por cento) dos conteúdos do componente curricular e a carga horária tem de ser igual ou superior entre os componentes curriculares cursados e aproveitados. Serão analisados os componentes curriculares cuja nota mínima tenha sido igual ou superior a 6,0 (seis). A solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- requerimento constando os componentes curriculares objetos de aproveitamento de estudos;
- histórico escolar, ou documento equivalente, atualizado e autenticado pela instituição de origem, constando os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, resultados obtidos e períodos em que foram cumpridos;
- ementas dos componentes curriculares validadas pela Instituição;
- documento de autorização e reconhecimento do curso, quando realizado comprove ser estudo em curso de graduação de Instituição de Ensino Superior, quando realizado no exterior.

Os componentes eletivos, ou seja, que não estão na estrutura do curso, podem vir a ser contabilizados na carga horária de optativas (quando não previstas no grupo de optativas do curso), desde que não ultrapasse a carga horária de 240h, conforme o artigo 33 do Regimento de Graduação.

A carga horária máxima que o discente pode dispor para o aproveitamento, é de 1905 horas, contemplando apenas os componentes do tipo disciplina ou módulo, exceto do tipo atividades, que não podem ser aproveitados. É permitido combinar mais de um componente cursado na instituição de origem. O registro de aproveitamento de estudo no histórico escolar do discente será efetivado com menção ao tipo de aproveitamento, constando nota, frequência e período letivo de integralização, conservando-se a carga horária e a

nomenclatura do componente curricular constante da estrutura do curso da Ufopa.

Além disso, a articulação do ensino com a pesquisa e a extensão neste curso ocorre através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), do Programa Institucional de Bolsa de Extensão (Pibex) associados aos projetos de pesquisa e extensão dos docentes do curso. Essas atividades podem ser computadas no curso como atividades complementares, com carga horária mínima obrigatória de 205 horas, obedecendo a normativa interna do curso referente às atividades complementares.

Como demonstrado, os conteúdos a serem desenvolvidos nos componentes curriculares, mostram-se atuais com a realidade, integrados e com adequadas cargas horárias e bibliografias.

13.3. Conteúdos Curriculares

Ver ANEXO A.

13.4. Representação Gráfica do Perfil de Formação

Tabela 1. Matriz Curricular do Curso de BIC&T das Águas

1º Período Curricular						
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	TIPOLOGIA*	CARGA HORÁRIA			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSIONISTA	TOTAL
	Introdução ao Saneamento e Gestão Ambiental	Disciplina	45h			45h
	Fundamentos de Cálculo	Disciplina	60h			60h
	Ecologia Geral	Disciplina	60h			60h
	Sociedade, Natureza e Desenvolvimento	Disciplina	60h			60h
	Ética	Disciplina	30h			30h
	Optativa I	Disciplina	60h			60h
	Optativa II	Disciplina	60h			60h
Subtotal do Período						375h
2º Período Curricular						
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	TIPOLOGIA*	CARGA HORÁRIA			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSIONISTA	TOTAL
	Hidroinformática	Disciplina	60h			60h

	Legislação Ambiental	Disciplina	60h			60h
	Meteorologia e Climatologia	Disciplina	45h	15h		60h
	Geologia Geral	Disciplina	45h	15h		60h
	Física Geral	Disciplina	60h			60h
	Estatística Aplicada	Disciplina	60h			60h
Subtotal do Período						360h
3º Período Curricular						
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	TIPOLOGIA*	CARGA HORÁRIA			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSIONISTA	TOTAL
	Limnologia	Disciplina	45h	15h		60h
	Poluição de Ambientes Aquáticos	Disciplina	60h			60h
	Hidrologia	Disciplina	45h	15h		60h
	Geoinformação Aplicada	Disciplina	60h			60h
	Química Geral	Disciplina	60h			60h
	Optativa III	Disciplina	60h			60h
Subtotal do Período						360h
4º Período Curricular						
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	TIPOLOGIA*	CARGA HORÁRIA			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSIONISTA	TOTAL
	Qualidade da Água	Disciplina	45h	15h		60h
	Gestão de Bacias Hidrográficas	Disciplina	45h	15h		60h
	Química Ambiental	Disciplina	60h			60h
	Gestão de Resíduos	Disciplina	60h			60h
	Gestão de Unidade de Conservação	Disciplina	45h			45h
	Optativa IV	Disciplina	45h			45h
	Optativa V	Disciplina	45h			45h
Subtotal do Período						375h
5º Período Curricular						
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	TIPOLOGIA*	CARGA HORÁRIA			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSIONISTA	TOTAL
	Avaliação de	Disciplina	45h	15h		60h

	Impactos Ambientais					
	Tecnologias Limpas	Disciplina	40h	5h		45h
	Biotecnologia	Disciplina	60h			60h
	Metodologia do Trabalho Científico	Disciplina	45h			45h
	Optativa VI	Disciplina	45h			45h
	Optativa VII	Disciplina	60h			60h
	Optativa VIII	Disciplina	60h			60h
Subtotal do Período						375h
6º Período Curricular						
CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	TIPOLOGIA*	CARGA HORÁRIA			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSIONISTA	TOTAL
	Atividades Complementares	Atividade - Individual				205h
	Atividades de Extensão	Atividade - Individual			260h	260h
	Trabalho de Conclusão de Curso	Atividade - Orientação Individual				90h
Subtotal do Período						555h

Componentes curriculares optativos

Tabela 2. Componentes curriculares optativos.

CÓDIGO	COMPONENTE CURRICULAR	TIPOLOGIA*	CARGA HORÁRIA			
			TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSIONISTA	TOTAL
	Cálculo I	Disciplina	60h			60h
	Cálculo II	Disciplina	45h			45h
	Cálculo Numérico	Disciplina	45h			45h
	Desenho Técnico	Disciplina	60h			60h
	Física I	Disciplina	60h			60h
	Física II	Disciplina	45h			45h
	Geometria Analítica e Álgebra Linear (45h)	Disciplina	45h			45h
	Sociologia e Antropologia aplicada à Engenharia Sanitária e Ambiental	Disciplina	45h			45h

	Fundamentos da Termodinâmica	Disciplina	45h			45h
	Fundamentos de Química Analítica	Disciplina	45h			45h
	Tópicos Especiais em Engenharia Sanitária e Ambiental	Disciplina	60h			60h
	Biologia Geral	Disciplina	60h			60h
	Teoria Geral da Administração	Disciplina	45h			45h
	Inovação e Meio Ambiente	Disciplina	45h			45h
	Empreendedorismo	Disciplina	45h			45h
	Solos	Disciplina	45h			45h
	Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto	Disciplina	60h			60h
	Monitoramento ambiental	Disciplina	60h			60h
	Tópicos especiais em Gestão Ambiental I	Disciplina	60h			60h
	Tópicos especiais em Gestão Ambiental II	Disciplina	60h			60h
	Tópicos especiais em Gestão Ambiental III	Disciplina	60h			60h
	Fundamentos de Ciências e Tecnologia das Águas	Disciplina	10h		50h	60h
	Libras	Disciplina	60h			60h

Legenda

	Eixo Engenharia Sanitária e Ambiental
	Eixo Gestão Ambiental
	Eixo Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas

Tabela 3. Distribuição da carga horária do curso

Carga Horária de Componentes Curriculares Obrigatórias	1410h
Carga Horária de Componentes Curriculares Optativas	435h
Carga Horária de Atividades Complementares	205h
Carga Horária de Atividades de Extensão	260h
Carga Horária de TCC	90h

13.5. Ementário e Bibliografias

Ver ANEXO A.

13.6. Atividades Complementares

As atividades complementares têm por objetivo permitir a flexibilização curricular e a integração das atividades acadêmico-científicas e culturais desenvolvidas pelos discentes durante o curso. São componentes curriculares que possibilitam, por avaliação, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do discente, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico. As atividades complementares do BIC&T das Águas devem somar a carga horária mínima obrigatória de 205 (duzentos e cinco) horas, sendo que o discente deverá preencher pelo menos dois diferentes eixos, com 102,5h máximas em cada eixo.

Serão consideradas atividades complementares a participação do discente nas seguintes modalidades: seminários, congressos, exposições, estudos de caso, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de ensino, projetos de iniciação científica, programas tutoriais, projetos de pesquisas, cursos e minicursos, semanas acadêmicas, produções científicas e outras ações correlatas à sua área de estudo de forma a permitir a integralização de seu curso de graduação.

O desenvolvimento das Atividades Complementares é de responsabilidade do discente. Contudo, são realizados eventos e ações relacionadas aos aspectos da educação ambiental e diversidade cultural, especialmente às que tratam os seguintes documentos: Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Decreto nº 4281, de 25/06/2002, que tratam da educação ambiental e a Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP 1/2004, art. 1, parágrafo 1º e o Parecer CNE/CP nº 3/2004, que tratam da temática da educação das relações étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira.

As Atividades Complementares do BIC&T das Águas são constituídas de sete eixos, a saber:

- **1º Ensino** - Participação em atividades de monitoria remuneradas ou voluntárias em instituições públicas e privadas; Realização de estágio não obrigatório, como complementação da formação acadêmico-profissional; Participação do acadêmico em cursos

de aprimoramento de ensino, em áreas afins do curso; Frequência e aprovação a disciplinas não pertencentes ao currículo pleno, oferecidas pelos Institutos da Universidade Federal do Oeste do Pará, e desde que sejam em áreas afins do curso.

- **2º Pesquisa** - Participação em atividades de iniciação científica (bolsistas ou voluntários), em pesquisas existentes nos cursos de graduação e/ou pós-graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa; Apresentação de trabalhos em eventos científicos e publicação de artigos relativos à áreas afins do curso.

- **3º Extensão** - Participação como voluntário ou bolsista em atividades de extensão promovidas pela Pró-Reitoria de Extensão, Colegiado de Cursos e docentes.

- **4º Eventos de natureza artística, científica ou cultural** - Participação do acadêmico em congressos, semanas acadêmicas, seminários, palestras, conferências, feiras, fóruns, oficinas/workshops e intercâmbio cultural.

- **5º Capacitação** - Participação em cursos de capacitação.

- **6º Empreendedorismo** - Participação na gestão de Empresa Jr.

- **7º Representação Estudantil** - Exercício de cargos de representação estudantil em órgãos colegiados da Universidade Federal do Oeste do Pará, no mínimo, 75% de participação efetiva no mandato.

Para contagem e validação de créditos, serão consideradas as pontuações estabelecidas na Ficha de Registro de Atividades Complementares. As atividades previstas e que não estão previstas na referida ficha serão avaliadas pela Comissão de Atividades Complementares, pelo cômputo dos créditos para, após análise, atribuir a pontuação correspondente à atividade realizada pelo acadêmico, conforme delineado nas Normas para Regulamentação de Atividades Complementares do BIC&T das Águas.

O documento normatizador das atividades complementares encontra-se anexo ao PPC (ANEXO D).

13.7. Estágio curricular supervisionado

Não se aplica. No BIC&T das Águas o estágio supervisionado não é obrigatório. No entanto, o curso apoia os discentes que, voluntariamente, buscam fazer esta atividade, fornecendo declarações de vínculo com o curso/instituição.

13.8. Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso (TCC) de graduação é uma atividade curricular

obrigatória, com o fim de sistematizar o conhecimento de natureza científica e tecnológica, por meio de estudo de um determinado tema.

O TCC do BIC&T das Águas é coordenado pela Comissão de TCC do curso, regido pelas diretrizes gerais fixadas pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Resolução Ufopa nº 27/2013 e Regimento de Graduação 2020) e normas estabelecidas por esta Comissão, sob orientação individual.

O TCC do BIC&T das Águas é composto por um componente curricular de caráter teórico Metodologia do Trabalho Científico (45h), e outro de caráter prático, que compreende a elaboração, execução, análise de dados e produção de uma monografia (TCC) com 90 horas. O TCC deverá ser apresentado após o cumprimento pelo menos de 70% (setenta por cento) dos componentes curriculares, considerando as temáticas do curso, a partir da proposta do discente, com a concordância do seu orientador. O TCC será orientado por docente da Universidade Federal do Oeste do Pará devidamente credenciado pela Comissão de TCC, vinculada à área temática do trabalho, indicado, sempre que possível, pelo próprio discente. Será facultada a participação de membros externos à instituição, na condição de co-orientador, desde que tenha competência na área de abrangência do ICTA.

Na falta de docente disponível para orientação, poderá a comissão de TCC do curso, sugerir um professor-orientador disponível no ICTA ou em outras Unidades Acadêmicas da Ufopa, desde que acordada entre as partes envolvidas. A substituição de orientador/aluno, deverá ser realizada por parte do interessado, mediante memorando à Coordenação do curso, devidamente justificado em até 1/3 do início do componente curricular (TCC).

A monografia envolve uma pesquisa técnico-científica, de caráter teórico e exploratório, desenvolvido de forma individual ou em grupo (máximo dois alunos), a partir da combinação de conhecimentos adquiridos nos componentes curriculares e demais atividades integradoras e complementares do curso, obedecendo, na sua estrutura formal, às Normas Técnicas do curso, conforme o Guia de normatização da produção científica da biblioteca da Ufopa mais atual.

Visando a maior flexibilização curricular do aluno o TCC pode ser concluído em duas modalidades, formato tradicional com banca examinadora em sessão pública ou produção bibliográfica, tais como: artigos completos publicados em periódicos, artigos aceitos para publicação, livros e capítulos e trabalhos em publicações em anais de eventos. Abaixo são descritas as modalidades de TCC:

No formato tradicional, o TCC é considerado concluído após sua defesa em sessão

pública, perante banca examinadora constituída de, no mínimo, dois membros avaliadores mais o orientador como presidente da banca (sem direito a avaliação) e um suplente, com titulação mínima de mestre, admitindo-se a possibilidade de um membro externo. O TCC é avaliado de 0 a 10 pontos, sendo a nota final resultante da média aritmética das notas atribuídas pelos dois avaliadores. É considerado aprovado no TCC, o discente que alcançar nota final igual ou superior a 6,0 (seis).

No formato de produção bibliográfica (artigo completo, livros ou capítulos de livros), o discente deve constar como primeiro autor em quaisquer dos tipos de produção mencionados. A comissão de TCC fará a sua validação e, sendo aprovado, atribuirá a nota 7 ao aluno. Caso o discente deseje aumentar sua nota, o mesmo, juntamente com o orientador, deve preencher e encaminhar para comissão de TCC, o requerimento e indicar o nome de dois avaliadores da área (membros do corpo docente da Ufopa), para validação e atribuição de nota na produção bibliográfica de 7 à 10. O resultado final será a média aritmética das notas atribuídas pelos dois avaliadores especialistas. Para este tipo de produção, o discente deverá ter feito durante o percurso acadêmico do curso e, em hipótese alguma, ter o trabalho publicado, vinculado a algum projeto de outra instituição de ensino.

O TCC ou sua acreditação por produção bibliográfica será considerado concluído após sua apresentação em formato de banner, em sessão pública, no salão de TCC'S do BIC&T das Águas. Durante a apresentação dos trabalhos, a comissão de TCC fará uma avaliação quanto à apresentação dos trabalhos e, por fim, serão premiados os três melhores trabalhos de honra ao mérito.

A defesa do trabalho de conclusão de curso, ocorre mediante apresentação de memorando encaminhado à comissão de TCC, pelo respectivo orientador, entregue conjuntamente à versão digital da monografia. A versão final do TCC deve ser entregue por meio digital (obrigatório) para fins de arquivamento, para o acervo da Biblioteca da Ufopa.

14. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O curso faz uso de um sistema integrado institucional, chamado Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que permite ao docente criar salas virtuais, fóruns de discussões, compartilhamento de arquivos, notícias e mensagens aos discentes. As ferramentas fornecidas pelo sistema, auxiliam o docente no apoio ao processo de ensino-

aprendizagem, durante a execução do componente curricular. As atualizações do sistema ficam sob a responsabilidade da UFPA em adquirir ou implementar, junto ao CTIC, novas funcionalidades.

Além do ambiente virtual de aprendizagem oficial da Ufopa, cada disciplina pode inserir, pelo docente, em sua metodologia, outras ferramentas de tecnologia e informação. De maneira mais específica, o curso oferece uma disciplina de Hidroinformática, onde é ofertado o aprendizado de tecnologias computacionais atuais, que auxiliam o aluno no desenvolvimento da sua aprendizagem, tais como: ferramentas de edição de textos, planilhas e apresentação, por meio de plataformas online com armazenamento em nuvem. Tais ferramentas promovem a criação, colaboração e o compartilhamento de conteúdos.

15. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

De acordo com a Regimento de Graduação de 2020:

- Entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo contínuo que compreende diagnóstico, acompanhamento e somatório da aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes pelo discente, mediado pelo docente em situação de ensino, expressa em seu rendimento acadêmico e na assiduidade.

- Entende-se por rendimento acadêmico o somatório da participação do discente nos procedimentos e instrumentos avaliativos desenvolvidos em cada componente curricular.

- Entende-se por assiduidade do discente a frequência às aulas e demais atividades presenciais exigidas em cada componente curricular.

- A aprovação em um componente curricular está condicionada à obtenção de média final mínima de 6,0 (seis) exigida na avaliação da aprendizagem e, para os componentes curriculares presenciais, à frequência mínima de 75% (setenta e cinco) exigida na avaliação da assiduidade.

Este procedimento é aplicado tanto ao discente quanto aos docentes. A avaliação do ensino-aprendizado para os discentes tem por objetivo:

- Verificar o nível de aprendizagem dos discentes;
- Averiguar a aquisição conceitual, teórica e prática dos conteúdos programáticos ministrados durante os períodos letivos;
- Incentivar o hábito e a prática diuturna de trabalho no processo ensino

aprendizagem;

- Mensurar quantitativamente, através do Índice Rendimento Acadêmico (IRA), o desempenho de cada discente;

- Conferir o domínio das habilidades e competências previstas nos projetos pedagógicos de cada unidade e subunidade. Aos docentes cabe:

- Apresentar a sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino referendado em reunião semestral de planejamento da unidade, ou subunidade, responsável pelo componente curricular no semestre em curso;

- Discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento ocorra antes da próxima verificação da aprendizagem;

- Fazer o registro eletrônico da nota final, de acordo com as orientações da Diretoria de Registro Acadêmico (DRA), da Proen, no SIGAA da Ufopa, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

Para fins de avaliação da aprendizagem cabe ao docente:

- Apresentar a sua turma no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino referendado em reunião semestral de planejamento da unidade, ou subunidade, responsável pelo componente curricular no semestre em curso;

- Discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento ocorra antes da próxima verificação da aprendizagem;

- Fazer o registro eletrônico da nota final, de acordo com as orientações da DRA, da Proen, no SIGAA da Ufopa, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

O aprendizado discente por componente curricular deve ser apreciado em três avaliações (mínimo), das quais ao menos uma deve ser individual. A mensuração de cada avaliação se dá por valores numéricos no intervalo de zero a dez. As notas de cada uma das avaliações são usadas no cômputo da nota do componente curricular, de acordo com procedimento estabelecido no plano de ensino. A nota final do discente é computada, até a segunda casa decimal, como a média simples ou ponderada dos valores obtidos nas avaliações do período.

Em caso de falta à avaliação em componente curricular, por impedimento legal, doença grave atestada por serviço médico de saúde e caso fortuito, devidamente comprovado nos termos da lei, o discente deve protocolar na secretaria responsável pelo componente

curricular o requerimento ao docente para avaliação de segunda chamada, no período de 48 horas.

Opcionalmente, o discente poderá ainda realizar uma avaliação substitutiva, igualmente oferecida a todos os discentes, no sentido de substituir uma das notas individuais do componente curricular. A avaliação substitutiva será realizada após a última avaliação do componente curricular. Para tanto, abre-se um edital no qual o discente deverá se inscrever. A avaliação substitutiva deve conter questões referentes a todo o conteúdo ministrado no componente curricular. A nota alcançada nesta avaliação substituirá, obrigatoriamente, a nota mais baixa de uma das avaliações individuais do componente curricular.

Considera-se aprovado no componente curricular, o discente que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima nas aulas de 75% (Setenta e cinco por cento). O discente reprovado em qualquer componente curricular entra automaticamente em regime de dependência e deve regularizar seus estudos para efeito de integralização de seu percurso acadêmico.

Os instrumentos de avaliação servem para aferir o grau de apropriação e entendimento do conteúdo ministrado e das atividades de pesquisa e práticas realizadas pelos discentes no decorrer do componente curricular. As avaliações escritas como provas e relatórios, após correção, são apresentadas aos discentes possibilitando que os mesmos confirmem e discutam seu entendimento sobre as questões aplicadas na avaliação com o docente. Essa etapa de acompanhamento do discente permite também possíveis correções de notas caso haja necessidade. Já as avaliações orais, como apresentações de seminários são realizadas em sala de aula durante as apresentações, aprimorando o nível de informações fornecidas pelos discentes para os demais discentes, por intervenção do docente. Para possibilitar a coerência do sistema de avaliação do processo ensino aprendizagem, os docentes deverão: dar possibilidades aos discentes de se expressarem e de se avaliarem; intervir, com base nas informações obtidas via avaliação, em favor da superação das dificuldades detectadas; contextualizar e integrar a avaliação ao processo ensino – aprendizagem; apresentar aos discentes, no primeiro dia de aula, o plano de ensino deixando claro o sistema de avaliação; considerar e respeitar as diferenças e as dificuldades manifestadas em sala de aula.

15.1. Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

De acordo com o Regimento de Graduação, Resolução Consepe nº 331/2020, artigo 137 entende-se por avaliação de aprendizagem o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos discentes, com o objetivo de acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular. Este procedimento é aplicado tanto ao discente quanto aos docentes.

A avaliação do ensino-aprendizado para os discentes tem por objetivo:

I. Verificar o nível de aprendizagem dos discentes;

II. Averiguar a aquisição conceitual, teórica e prática dos conteúdos programáticos ministrados durante os períodos letivos;

III. Incentivar o hábito e a prática diuturna de trabalho no processo ensino aprendizagem;

IV. Mensurar quantitativamente, através do IRA, o desempenho de cada discente;

V. Conferir o domínio das habilidades e competências previstas nos projetos pedagógicos de cada unidade e subunidade.

Aos docentes cabe:

I. Apresentar a sua turma, no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino referendado em reunião semestral de planejamento da unidade, ou subunidade, responsável pelo componente curricular no semestre em curso;

II. Discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento ocorra antes da próxima verificação da aprendizagem;

III. Fazer o registro eletrônico da nota final, de acordo com as orientações da DRA, da Proen, no SIGAA da Ufopa, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

Para fins de avaliação da aprendizagem cabe ao docente:

I. Apresentar a sua turma no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino referendado em reunião semestral de planejamento da unidade, ou subunidade, responsável pelo componente curricular no semestre em curso;

II. Discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento ocorra antes da próxima verificação da aprendizagem;

III. Fazer o registro eletrônico da nota final, de acordo com as orientações da DRA,

da Proen, no SIGAA da Ufopa, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

De acordo com o regulamento interno da Ufopa (Regimento de Graduação 2020), entende-se por avaliação de aprendizagem o processo de apreciação e julgamento do rendimento acadêmico dos discentes, com o objetivo de acompanhar, diagnosticar e melhorar o processo de ensino e aprendizagem, bem como a habilitação do discente em cada componente curricular.

Para fins de avaliação da aprendizagem cabe ao docente:

I - apresentar a sua turma no início do período letivo, os critérios de avaliação da aprendizagem conforme o plano de ensino referendado em reunião semestral de planejamento da unidade, ou subunidade, responsável pelo componente curricular no semestre em curso;

I - discutir os resultados de cada avaliação parcial com a turma, garantindo que esse procedimento ocorra antes da próxima verificação da aprendizagem;

III fazer o registro eletrônico da nota final, de acordo com as orientações da DRA, da Proen e conforme o Regimento de Graduação 2020, no SIGAA da Ufopa, em prazo estabelecido no Calendário Acadêmico.

O aprendiz discente, por componente curricular, deve ser apreciado em três avaliações (mínimo), das quais ao menos uma deve ser individual. A mensuração de cada avaliação se dá por valores numéricos no intervalo de zero a dez. As notas de cada uma das avaliações são usadas no cômputo da nota do componente curricular, de acordo com procedimento estabelecido no plano de ensino. A nota final do discente é computada, até a segunda casa decimal, como a média simples ou ponderada dos valores obtidos nas avaliações do período.

O discente que faltar a um momento de avaliação, por casos amparados por lei, bem como por doença atestada por serviço médico de saúde, poderá requerer a realização de segunda chamada em até 3 (três) dias úteis após a realização da primeira chamada. O discente deve protocolar na secretaria do curso responsável pelo componente curricular o requerimento ao docente para avaliação de segunda chamada, em até 3 (três) dias úteis, após retorno das atividades acadêmicas. A avaliação em segunda chamada realizar-se-á antes da avaliação substitutiva (de reposição).

Opcionalmente, o discente que não atingir o critério de aprovação na média final (mínimo 6,0) terá direito à realização de uma avaliação substitutiva individual, caso não tenha reprovado por falta. Com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, o docente

deverá enviar notícia via SIGAA com data, horário e local da avaliação substitutiva, forma e prazo de manifestação de interesse do discente. A avaliação substitutiva será realizada após a última avaliação do componente curricular. Para tanto, abre-se um edital no qual o discente deverá se inscrever. A avaliação substitutiva deve conter questões referentes a todo o conteúdo obrigatório e complementar ministrado no componente curricular. A nota alcançada na avaliação substitutiva substituirá, obrigatoriamente, a nota mais baixa de uma das avaliações individuais do componente curricular.

Considera-se aprovado no componente curricular, o discente que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 e frequência mínima nas aulas de 75%. O discente reprovado em qualquer componente curricular entra automaticamente em regime de dependência e deve regularizar seus estudos para efeito de integralização de seu percurso acadêmico, contando com o apoio do colegiado do curso para um planejamento adequado.

16. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos acerca da adequação dos processos de gestão institucional, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pelo curso, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, tornar mais efetiva a vinculação do curso com a comunidade e avaliar a relevância científica e social de suas atividades e produtos.

A avaliação interna consiste no processo contínuo e participativo de autoconhecimento do curso, de análise da sua realidade, da sua organização e de sua ação, buscando sistematizar informações e interpretá-las para identificar os avanços e as dificuldades, a fim de estabelecer mecanismos que alcancem a melhoria dos processos acadêmicos. Nesse sentido, o NDE do curso atua de maneira objetiva e sistêmica de modo a monitorar as fraquezas e apontar soluções para os eventuais problemas que venham a ocorrer no andamento da formação acadêmica. Visa também, através de sua atuação, potencializar os pontos fortes do curso, maximizando seus resultados junto ao mercado e sociedade.

Esse processo de autoavaliação é contínuo e sistêmico, tendo em vista que o NDE e o corpo docente do curso atuam diretamente em sala de aula e nas atividades provenientes do curso. O cotidiano da formação dos acadêmicos é a mais rica fonte de informações e demandas para tais processos e fomenta os momentos de tomada de decisões de maneira efetiva. Além disso, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) através de sua atuação e

resultados, permite acesso a mais uma substancial fonte de dados para auxiliar nesses processos. Como procedimentos específicos do curso para autoavaliação, o BIC&T das Águas propõe as seguintes metodologias:

- Avaliação das disciplinas: após o encerramento das disciplinas, os docentes enviam aos acadêmicos via SIGAA um questionário simples acerca da percepção dos mesmos sobre a importância da disciplina em sua formação (ANEXO F). Esses questionários permitem ao NDE compreender como cada disciplina tem sido operacionalizada e se a mesma teve uma receptividade entre os acadêmicos, permitindo uma evolução constante do PPC. Cada docente deverá realizar uma avaliação das disciplinas que ministrou em cada período letivo e encaminhar ao NDE do curso um relatório geral da avaliação.

- Avaliação docente: o mesmo questionário supracitado visa também questionar o acadêmico acerca das práticas docentes aplicadas na disciplina. Em especial, se o plano de ensino foi cumprido e como a disciplina foi trabalhada em consonância com o PPC do curso e a formação pretendida pelo acadêmico e Instituições de Ensino Superior (IES) (ANEXO G).

- Dados do curso: são referentes ao levantamento no SIGAA quanto ao número de alunos ingressantes no curso, egressos, alunos trancados, alunos desistentes, bolsistas (tipos de bolsas e nomes).

- Avaliação do corpo técnico administrativo: refere-se ao corpo técnico do curso, sendo estes responsáveis por elaborar um relatório anual das suas atividades administrativas.

O curso, em seu NDE e colegiado, fará anualmente uma avaliação geral do curso, com base nos dados e informações coletadas nos tópicos mencionados acima.

17. AVALIAÇÃO DO CURSO

O processo de avaliação do funcionamento do BIC&T das Águas é feito por meio de ações realizadas junto aos docentes, técnicos e discentes e os resultados são discutidos em periodicidade semestral. Essas atividades podem ser pontuais como: questionários, dinâmicas de grupos ou mais abrangentes como seminários e workshops dependendo da demanda. São considerados como parâmetro avaliativos: os objetivos, habilidades e competências do Curso previstas a partir de um diagnóstico preliminar e de fundamentos avaliativos dos mecanismos já existentes.

Em termos operacionais e práticos, o processo de avaliação do BIC&T das Águas é

desenvolvido em três perspectivas:

- 1) Avaliação interna;
- 2) Avaliação institucional;
- 3) Avaliação externa.

Em termos de aplicabilidade, distingue-se desta forma:

Entende-se como interna a avaliação realizada pelo NDE do curso balizada pelas premissas do Colegiado do mesmo e as normas institucionais previamente definidas.

Como Avaliação Interna são utilizados os seguintes mecanismos: Avaliação Semestral do corpo discente sobre o curso (ações avaliativas e relatório semestral) elaborado via NDE posteriormente aprovado pelo Colegiado (tanto o mecanismo quanto o período) e a avaliação dos Docentes/Corpo Técnico acerca do desempenho dos discentes do curso (mesmo trâmite do processo anterior). Fundamenta-se na premissa da avaliação 360° onde todos os pares participam do processo avaliativo e são considerados de maneira equânime, gerando resultados sistêmicos permitindo um processo de melhoria constante e retroalimentação de informações.

Nos processos avaliativos consideram-se questões relativas à capacitação e habilidade profissional, assiduidade, pontualidade, relações humanas, oratória, cumprimento do conteúdo programático, bibliografia, recursos e materiais didáticos utilizados, carga horária alocada para teoria, laboratório, exercícios, visitas técnicas, seminários, avaliações ao desempenho do docente, da componente curricular e uma auto avaliação das partes.

No Campo da Avaliação Institucional fundamenta-se a avaliação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo (baseada no levantamento de indicadores de desempenho da instituição), da coordenação de curso, os técnicos e a infraestrutura serão avaliados para subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos docentes, discentes e funcionários com o trabalho e envolvimento no âmbito do curso de Graduação Geral em Ciência e Tecnologia das Águas. Essas avaliações são realizadas pela CPA da Universidade, sendo que os dados obtidos são utilizados pelo NDE no replanejamento de suas atividades administrativas e pedagógicas.

A Avaliação Externa do curso (composta pelos mecanismos de avaliação do MEC e da sociedade civil) se fundamenta por meio do Exame Nacional de Cursos, previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e a avaliação efetuada pelos especialistas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os quais servirão para aferição da consonância dos objetivos e perfil dos egressos do

curso para com os anseios da sociedade.

À medida que as avaliações forem sendo realizadas, os resultados são discutidos e utilizados como ferramenta no processo de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico e do curso como um todo, expondo a situação instantânea do curso, e o NDE recomendam ações para superar os entraves e reforçar os pontos fortes do ensino de graduação no que diz respeito ao BIC&T das Águas. Também com base nessas avaliações são propostas novas metas que são atingidas a curto e médio prazo visando o aprimoramento do Projeto Pedagógico e o incentivo a cursos rápidos de treinamento e apoio à docência conforme a demanda e disponibilidade de infraestrutura. Com a consolidação dos resultados da avaliação interna, da externa e da discussão com a comunidade acadêmica, onde é elaborado um relatório final, que subsidia a revisão do Projeto Pedagógico e do Planejamento Estratégico do Curso.

17.1. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa

O curso passa por um processo de avaliação anual, vinculada ao instituto. O mesmo fornece dados à direção do instituto, e após serem computados, são enviados para a PROPLAN. A gestão do curso se dá pela representação de seu colegiado e de seu NDE. O mesmo faz reuniões periódicas que tratam de todos os assuntos referentes ao curso.

Os processos de avaliação como citados no tópico anterior são realizados seguindo a lógica da divisão de fundamentos: Institucional (CPA), Interna (NDE e Colegiado), Externa (Instrumentos MEC e Sociedade). Entendemos que os processos avaliativos são mecanismos de aprimoramento para o curso de modo que seus resultados oriundos de várias fontes permitam a gestão do curso e seus integrantes manter um processo de melhoria contínua. O gerenciamento dos resultados e a padronização dos instrumentos avaliativos é outro fundamento primordial do processo: permite que mesmo com a cíclica mudança de gestão comum ao ambiente das Universidades Públicas os processos continuem e os resultados não sejam perdidos com o tempo observando a importância da continuidade de ações nesse sentido.

18. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

O BIC&T das Águas acompanha, através das políticas institucionais da Ufopa, o incentivo à pesquisa e extensão por meio de editais publicados pelas suas pró-reitorias. Além

do fomento à pesquisa e extensão, o curso também adere e incentiva seus discentes às bolsas de monitoria, tais como, monitoria laboratorial, monitoria de componente curricular.

Por meio da Resolução Consun nº 41, de 20 de novembro de 2013, o curso acompanha as iniciativas à pesquisa, por meio da sua Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (Proppit) na Ufopa que objetiva incentivar professores, alunos e técnicos, em busca de um maior conhecimento científico, bem como da introdução de inovações tecnológicas que contribuam para a melhoria das condições de vida da sociedade, principalmente na região amazônica.

Nesse sentido, a Política Institucional de Ensino no âmbito do curso prioriza a sólida formação profissional e de cidadania e um ensino teórico-prático que amplia as fronteiras do saber e contribui para um aprendizado alicerçado na tríade: ensino, pesquisa e extensão.

Com isso verifica-se que as políticas de ensino estão voltadas para os eixos que se preocupam com a disponibilização dos mais modernos instrumentos de ensino, pesquisa e extensão, bem como de instrumentos virtuais de aproximação professor/aluno, por meio do qual são disponibilizados planos de cursos, material de apoio ao aluno, exercícios, atividades extraclasse, dentre outros

No entanto, cuida-se de que a formação teórica esteja aliada às práticas e à combinação de enfoques dos temas gerais e específicos definidos nos programas de disciplinas do curso, sem esquecer das questões de ordem metodológica e pedagógica que são objeto de atenção permanente. No BIC&T das Águas, promove-se os seguintes programas:

- O Acompanhamento de Egressos, com o objetivo de manter o apoio institucional ao ensino continuado e à empregabilidade. Através desse programa, o curso mantém-se atualizado sobre o egresso do ponto de vista do mercado de trabalho e suas atividades desenvolvidas por meio das suas habilidades e competências.;

- O programa de mobilidade externa que possibilita aos discentes de Graduação da Ufopa, regularmente matriculados, cursar atividades acadêmicas em outras IES, no recesso entre semestres letivos do ano vigente, proporcionando o desenvolvimento acadêmico, científico, cultural e pessoal, decorrente do intercâmbio cultural, acadêmico e da ampliação de vivências e experiências

- O programa de Iniciação Científica, com o objetivo de inserir o aluno na pesquisa científica, oportunizando maior conhecimento dos temas tratados em nível regional e nacional;

- O programa de Extensão, com o objetivo de flexibilizar a matriz curricular, estimulando o conhecimento de problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, bem como prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade, na promoção à extensão aberta à participação da população, com o intuito à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

As diretrizes para a instituição das Políticas de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial na Ufopa é regulamentada pela Resolução Consepe nº 200/2017, que conforme seu art. 2º tem por objetivo a defesa dos direitos humanos e a promoção do direito à diversidade cultural, a defesa das pessoas com necessidades específicas, bem como, a diminuição da desigualdade social e o combate a todo tipo de discriminação e preconceito.

As políticas de ações afirmativas no âmbito do curso de Ciências e Tecnologia das Águas são desenvolvidas por meio da Comissão Setorial de Acompanhamento às Políticas de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial do ICTA, na qual o curso é representado por um docente (ou suplente), em reuniões ordinárias que ocorrem no início e no final de cada semestre letivo, e ainda, em reuniões extraordinárias quando estas ocorrem. Conforme instruído no artigo 13 da Resolução nº 200, de 08 de junho de 2017, cabe à Comissão Setorial acompanhar e implantar as Políticas de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial do ICTA.

A Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-racial da Ufopa destina-se, prioritariamente, aos grupos historicamente excluídos: indígenas, negros, quilombolas, comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e população LGBTQI+, com ênfase nas pessoas ingressantes através de políticas de equidade de direitos, tais como o Sistema de Cotas Sociais, o Processo Seletivo Especial e as vagas destinadas às pessoas com deficiência.

A Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-racial da Ufopa tem por finalidade a defesa dos direitos humanos e a promoção do direito à diversidade cultural, a defesa dos direitos a igualdade étnico-racial, a busca de igualdade de gênero, a garantia dos direitos das pessoas com necessidades específicas, bem como, a diminuição da desigualdade social e o combate a todo tipo de discriminação e preconceito.

A Ufopa implantou, desde 2012, política de inclusão social, como criação de um Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI). Em 2013, em cumprimento à Lei nº 12.711/2012, a Ufopa passou a ofertar 50% de suas vagas nos cursos de graduação aos

candidatos oriundos de escolas públicas, sendo esse percentual dividido etnicamente conforme os dados populacionais para o Estado do Pará autodeclarados nos censos do IBGE. Com visão de vanguarda e com apoio de sua autonomia conferida pela Constituição Federal, reconhecendo as pessoas com deficiência como hipossuficientes, implantou, desde o processo seletivo de 2015, a reserva de vagas para PcDs nos cursos de graduação mesmo antes da publicação do Decreto nº 9.304, que alterou o Decreto nº 7.824/2012, e a Portaria Normativa MEC nº 9/2017. Posteriormente, em 2015, foi criado um Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ), ofertando vagas em todos os cursos de graduação.

A Ufopa busca fortalecer ações afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas, promover discussões junto à comunidade universitária e viabilizar o Restaurante Universitário, atualmente em fase de construção, e a criação da Casa do Estudante. A Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) possui a Diretoria de Ações Afirmativas, onde funciona a Coordenação de Cidadania e Igualdade Étnico-Racial, e a Diretoria de Assistência Estudantil, onde funcionam a Coordenação Psicopedagógica e a Coordenação de Esporte e Lazer.

Coordenado pela Proges, em parceria com a Proen, a Formação Básica Indígena é uma das ações que vêm sendo colocadas em prática visando à excelência acadêmica dos alunos. O Projeto de Formação Básica Indígena foi aprovado pelo Consepe/Ufopa e consta na Resolução Consepe nº 194/2017.

O BIC&T das Águas atua em conjunto com a Proen, discutindo, colaborando e obedecendo as normativas aprovadas e vigentes, no sentido de fazer com que o curso acompanhe as políticas institucionais e assim, que o mesmo possa colaborar junto com a Universidade em todas as suas etapas de construção, adaptação e evolução.

19. POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

Entra em evidência neste Projeto Pedagógico a temática da inclusão, aqui entendida a partir da Resolução CNE/CEB, nº 17/2001 que afirma que a inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

A Ufopa através da Portaria nº 1.376 de 18 de junho de 2014, instituiu o Núcleo de

Acessibilidade. Tal ação atende as determinações da Portaria nº 3.284/2003, que dispõe sobre a instrução de processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, orientando a inserção de tópicos sobre acessibilidade às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Com base nessas orientações de acessibilidade para pessoas com necessidades educacionais especiais, cabe descrever as ações desenvolvidas e a serem desenvolvidas, conforme aditamento do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023:

Como valor instituído, a inclusão é também uma das diretrizes institucionais da Ufopa, que, para sua implementação, tem se dedicado a seguir as orientações normativas advindas do MEC no que tange às estratégias didático-pedagógicas inclusivas para PcDs.

Para este fim, tem buscado garantir estrutura física e tecnológica que assegure acessibilidade não apenas a estudantes e servidores, mas também a toda a comunidade. Assim, tem dado atenção especial aos projetos arquitetônicos e ao acesso às principais informações institucionais, como os editais de ingresso que são traduzidos em Língua Brasileira de Sinais (Libras). Destaca-se ainda que o site institucional está equipado com recursos de acessibilidade, como o Vlibras para pessoas surdas e o alto contraste para pessoas de baixa visão.

As atividades em Libras alcançaram hoje na Instituição uma fatia substancial nos currículos dos cursos de graduação, tendo sido criado grupo de educação digital para estimular o desenvolvimento e o uso de aplicativos nas salas de aulas. Em todas as ações de melhoria de infraestrutura física e de TI têm se priorizado os principais mecanismos de acessibilidade. A Ufopa preconiza a expansão da acessibilidade pela integração da pesquisa ao ensino e à extensão, ao possibilitar apoio de recursos originários do Pnaes para a aquisição de equipamentos e tecnologias específicas e adequadas para cada realidade, em todas as suas unidades. O Núcleo de Acessibilidade da Ufopa tem sido equipado com escâneres, lupas e impressora em Braille para o atendimento e a produção de materiais didáticos para os alunos cegos. Um importante atendimento realizado destinou-se a alunos que necessitam de atenção psicológica resultante das pressões diversas relativas ao isolamento do seio familiar, subnutrição, fragilidade socioeconômica, entre outras.

O curso de BIC&T das Águas adotará como políticas que favorecem à inclusão social, conforme a seguir se explicita: Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012): orientações e/ou capacitações junto ao corpo docente, no sentido do mesmo se qualificar, cada vez mais, nas questões da

inserção do "aluno com deficiências"; orientação aos docentes, para que, quando os mesmos perceberem alguma indicação de aluno com provável transtorno, informar imediatamente e formalmente, à Proges. Após confirmação do diagnóstico da síndrome, quando não declarada pelo aluno no processo seletivo, o psicólogo e a Coordenação Psicossociopedagógica promoverão as ações e orientações necessárias à garantia do atendimento aos direitos desse aluno na faculdade conforme se estabelece a lei.

Em 2020 um marco foi firmado com o ingresso das três primeiras pessoas com necessidades educativas especiais (PNEEs) no BIC&T das Águas. Um desafio se firma, temos três tipos de necessidades: auditiva, visual e física para garantir a inclusão e permanência com apoio do núcleo de acessibilidade da Ufopa, coordenação do curso e professores do BIC&T das Águas.

20. POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

A implementação de ações para a melhoria do desempenho discente e para adaptação à vida universitária, refletida no seu desenvolvimento profissional, envolvem: recepção aos discentes visando integrar o calouro com a comunidade acadêmica; atendimento ao discente com necessidades especiais através de adequações necessárias quer sejam pedagógicas ou estruturais; sondagem do nível de satisfação dos discentes em relação ao corpo docente e conteúdos ministrados por meio dos resultados da Avaliação Institucional e de reuniões com os representantes de turmas; assessoria aos universitários, na orientação, na informação e no atendimento quanto às necessidades acadêmicas e psicopedagógicas; orientação geral quanto aos procedimentos legais e de trâmite interno da Instituição.

Está em fase de planejamento também a oferta de cursos de nivelamento que visam suprir as deficiências básicas dos discentes no acompanhamento adequado ao aprendizado. Esta ação deverá ocorrer em parceria com a Proen.

A Ufopa oferece ainda, serviço de Ouvidoria, com atendimento à comunidade interna e externa através de e-mail, telefone e atendimento presencial, visando o bem estar das pessoas envolvidas, com imparcialidade, ética e sigilo. Este setor é classificado como um Órgão Suplementar, ainda ligado diretamente à reitoria, porém com o repasse das demandas aos setores competentes.

É possibilitado aos discentes bolsas de monitoria, de iniciação científica (Pibic, Pibit), bolsa de iniciação à docência (Pibid) e bolsa de extensão (Pibex), cuja seleção de

bolsistas ocorre por meio de edital específico, que levam em consideração principalmente o desempenho discente.

21. APOIO AO DISCENTE

O apoio ao discente está presente como política de Assistência Estudantil, implantado na Ufopa através da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges) da Ufopa, foi criada em 14 de abril de 2014 com a missão de incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada com as demais Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas e Órgãos Suplementares, o discente, em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória Estudantil. Além disso, atua nas ações afirmativas de permanência nas áreas social, psicológica, pedagógica e esportiva, em vista do bom desempenho acadêmico.

O BIC&T das Águas acompanha e cumpre todas as normativas e legislações definidas pela Proges, relacionadas ao apoio discente em suas várias esferas. Atualmente, no portal da Proges no site da Ufopa (<http://ufopa.edu.br/proges/>), é possível consultar todas as seguintes legislações relacionadas à Gestão Estudantil, conforme listado a seguir.

21.1. Assistência Estudantil

[Decreto nº 7.234](#), de 19 de julho de 2010 - Dispõe sobre o Pnaes.

[Decreto nº 9.094](#), de 17 de julho de 2017 - Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário.

[Resolução nº 386](#), de 22 de setembro de 2022 - Aprova a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Oeste do Pará e fixa diretrizes, critérios e procedimentos para sua execução.

[Portaria nº 186](#), de 25 de abril de 2019 - republicada - Define critérios para concessão de auxílios estudantis financeiros criados no âmbito da Ufopa a partir de 2019.

[Portaria nº 186](#), de 9 de setembro de 2019 - consolidada - Define critérios para concessão de auxílios estudantis financeiros criados no âmbito da Ufopa a partir de 2019.

[Cartilha com o tema Racismo na Universidade](#) - Orientações para promoção da igualdade étnico-racial e superação do racismo.

21.2. Ações Afirmativas

[Convenção nº 169](#) - Sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

[Resolução Consepe nº 200/2017](#) - Institui a Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial na Ufopa e estabelece diretrizes para a instituição do Instituto de Formação Intercultural.

[Resolução Consepe nº 314](#), de 23 de dezembro de 2019 - Aprova a Política de Ações Afirmativas para inclusão de negros (pretos e pardos), quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência nos Programas de Pós-Graduação stricto sensu da Ufopa.

21.3. Programa Bolsa Permanência - PBP/MEC

[Portaria nº 389](#), de 9 de maio de 2013 - Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências.

[Resolução nº 13](#), de 9 de maio de 2013, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Estabelece procedimentos para o pagamento de bolsas no âmbito do Programa de Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação de Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes).

[Portaria Ufopa nº 126](#), de 14 de março de 2019 - Constitui a Comissão Interdisciplinar Permanente de Acompanhamento dos Estudantes Indígenas e Quilombolas da Ufopa.

[Instrução Normativa Proges nº 01/2019](#), de 11 de outubro de 2019 - CIPAEIQ/Ufopa - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para concessão e manutenção de auxílio estudantil do Programa de Bolsa Permanência (PBP) no âmbito da Ufopa.

21.4. Formação Básica Indígena

Segundo a Resolução Consepe nº 194/2017, a Formação Básica Indígena corresponde ao processo de formação básica inicial, em ensino superior, destinada aos alunos indígenas provenientes do Processo Seletivo Especial Indígena. A formação tem duração de dois semestres e contempla as seguintes áreas: Ciências Exatas, Ciências Humanas, Tecnologias e Letras - Língua Portuguesa, desenvolvidas por meio de ações de ensino e extensão. Esta formação tem por objetivo mensurar a proficiência nas áreas mencionadas acima, visando proporcionar a excelência acadêmica destes, com expectativa na diminuição da retenção e evasão universitária.

Da estrutura curricular, os seguintes componentes curriculares são ofertados:

Primeiro semestre

- Introdução à Metodologia Científica - 60h;
- Tecnologias - 30h;
- Fundamentos de Matemática - 60h;

Segundo semestre

- Língua Portuguesa II - 60h;
- Fundamentos de Matemática II - 60h;
- Povos Indígenas no Brasil - 40h;
- Conflitos Socioambientais na Amazônia - 30h;
- Direitos Humanos e Direitos Indígenas - 40h;
- Pensamento Científico Intercultural - 30h;
- Elaboração de projeto - 30h;
- Atividades Complementares/Ensino, Pesquisa e Extensão - 60h.

Carga horária total: 560h.

21.5. Institucional

[Resolução Conselho Superior de Administração \(Consad\) nº 109](#), de 23 de agosto de 2023 - Aprova os critérios para concessão de auxílio financeiro diário a discentes de graduação e pós-graduação da Ufopa para a participação em eventos científicos nacionais e internacionais, eventos esportivos, culturais e administrativos, atividades e aulas práticas de campo, realização de coleta de campo e pesquisas em laboratórios. distintos do campus de origem do discente.

[Resolução Consun nº 55/2014](#) - Aprova o Regimento Geral da Ufopa.

[Resolução Consepe nº 331/2020](#) - Institui o Regimento de Graduação da Ufopa.

[Resolução Consepe nº 299](#), de 23 de agosto de 2019 - Aprova o Regimento do Fórum Integrado de Ações Afirmativas e de Assistência Estudantil da Ufopa.

[Resolução Consepe nº 338](#), de 14 de dezembro de 2020 - Aprova a Política de Acompanhamento Pedagógico e a regulamentação do Núcleo de Gestão Pedagógica e dos Núcleos de Acompanhamento e Apoio Pedagógico da Ufopa.

[Resolução Consepe nº 340](#), de 4 de março de 2021 - Aprova o Programa Especial de Ajuste de Percurso Acadêmico da Ufopa.

Além disso, em seu organograma, a Proges possui uma Central de Informação ao

Estudante, que foi criada para atender ao estudante que deseja solicitar informações, serviços e outros.

Tipos de serviços prestados:

- Atendimento e orientação ao estudante sobre informações e serviços solicitados pela Pró-reitoria de Gestão Estudantil.
- Acesso imediato à informação disponível.
- Informações sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades.
- Protocolo de documentos e requerimentos de acesso a informações e/ou serviços.

22. INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Proppit é o órgão institucional responsável pela organização dos Programas de Iniciação Científica da Ufopa. Anualmente são abertas inscrições para propostas do Pibic, que abrange os subprogramas Pibic/CNPq, Pibic-AF/CNPq, Pibic/Fapespa, Pibic/Ufopa, Pibic-AF/Ufopa, Pibiti/CNPq e Pibiti/Ufopa.

Há, ainda, a Agência de Inovação Tecnológica (AIT), um órgão complementar e diretamente subordinado à reitoria, criado por meio da Resolução Consun nº 54, de 18 de julho de 2014, com a missão de identificar e promover atividades de estímulo à inovação, ampliando, o impacto do ensino, da pesquisa e da extensão, em favor do desenvolvimento, que seja ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito, tendo como objetivos principais identificar, proteger e difundir o conhecimento gerado e acumulado na Ufopa e, a partir deste estimular e facilitar ações indutoras da inovação.

Os docentes do curso de BIC&T das Águas possuem diversos grupos e linhas de Pesquisa possibilitando a inserção dos discentes do curso no Programa Institucional de Iniciação Científica. Anualmente são ofertadas bolsas para diversas modalidades de pesquisas na instituição.

22.1. Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica

A iniciação à pesquisa é uma etapa muito importante na formação e um bacharel em ciências e tecnologia, desta forma o curso BIC&T das Águas tem como objetivo estimular a participação de seus discentes em atividades de pesquisa orientadas por professores pesquisadores, visando uma formação acadêmica mais completa.

As atividades de iniciação científica permitirão o aprendizado de técnicas e métodos científicos, além de possibilitar aos discentes a percepção da área de conhecimento de seu próprio interesse e que venha a ser sua área de pesquisa no futuro, contribuindo para a formação de novos pesquisadores, logo para a formação de recursos humanos.

22.2. Programas de Iniciação Científica

A articulação do ensino com a pesquisa acontece por meio do Pibic e pelos estágios curriculares não obrigatórios nos diversos projetos de pesquisa realizados pelos discentes do curso.

As linhas de pesquisa desenvolvidas pelo corpo docente e discente estão contempladas nas áreas de atuação do Bacharel em Ciências e Tecnologia das Águas:

- Ciências e tecnologia aplicadas ao uso racional de recursos aquáticos;
- Ciências e Tecnologias para conservação de ecossistemas aquáticos e seus recursos biológicos.

Para a consolidação das pesquisas associadas ao BIC&T das Águas há incentivo e apoio à criação ou fortalecimento de grupos de pesquisa; valorização dos projetos interdisciplinar curriculares, estímulo às atividades de iniciação científica junto aos discentes de graduação; incentivo à participação e apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais de relevância; estímulo à publicação em revistas científicas indexadas de alto impacto, buscando da prática da dissociabilidade entre ensino – pesquisa – extensão, incorporando critérios de qualidade e relevância científica e social.

Neste contexto, procurar-se-á desenvolver projetos de pesquisa multicomponentes curriculares que envolvam os outros cursos de graduação do ICTA, tais como: Biologia, Engenharia Sanitária e Ambiental, Gestão Ambiental, Biologia e Engenharia de Pesca.

Os discentes são estimulados por programas de extensão para formação de recursos humanos em nível de graduação. A Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão (Procce) incentiva o cadastro de novos projetos de extensão, nos quais estarão envolvidos discentes da graduação. Ainda no contexto desta articulação serão estimuladas ações de Educação Continuada (no âmbito da graduação) que incluem todas as oportunidades que o discente pode encontrar para se atualizar, crescer profissionalmente e pessoalmente. Esta categoria inclui: cursos de curta duração, encontros, treinamentos, estágios, simpósios, congressos, seminários e outros.

PARTE III: RECURSOS HUMANOS

23. APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

23.1. Direção do Instituto

A atual direção do ICTA está sob a coordenação do Prof. Dr. Frank Raynner Vasconcelos Ribeiro e vice-coordenação da Prof.^a Dr.^a Ynglea Georgina de Freitas Goch.

23.2. Coordenação do Programa/Coordenação de Curso

A atual coordenação do BIC&T das Águas, está representado pelo Prof. Me. Elton Ranieri da Silva Moura e vice a Prof.^a Dr.^a Khayth Marronny Rabelo Nagata.

23.3. Atuação da coordenação do curso

Sobre a atuação do coordenador de curso, o mesmo deve atuar conforme suas atribuições descritas na Resolução nº 331/2020, que institui o Regimento de Graduação da Ufopa. São atribuições precípuas da Coordenação de Curso:

I - convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;

II - solicitar à Proen, aos diretores das Unidades Acadêmicas, aos coordenadores de núcleos e aos docentes e técnicos em assuntos educacionais providências necessárias para o bom funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos, questões didático pedagógicas e pessoal;

III - articular-se com o Colegiado da Unidade Acadêmica e com a Administração Superior, a fim de harmonizar o funcionamento do curso com as respectivas instâncias;

IV - propor ao Colegiado do Curso o número de vagas a ser oferecido nos processos seletivos de ingresso de acordo com a portaria de criação do curso;

V - coordenar o NDE do curso;

VI - propor, em conjunto com o NDE, reformas no PPC;

VII - estruturar a grade horária e solicitar à Unidade Acadêmica a designação de professores para os componentes curriculares;

VIII - propor componentes curriculares de cursos no período intensivo;

IX - propor e implementar estratégias de enfrentamento da reprovação e da evasão;

X - analisar os históricos escolares, com seus respectivos programas de componentes curriculares, quando da solicitação de dispensa;

XI - providenciar documentação necessária à colação de grau dos discentes;

XII - estimular a participação dos docentes e dos discentes no processo avaliativo (avaliação do docente pelo discente, da coordenação pelos discentes e docentes, infraestrutura), de forma a contribuir para sua autoavaliação;

XIII - propor ao Colegiado da Subunidade plano de providências após as avaliações;

XIV - inscrever os discentes no Sistema e-MEC, quando o curso for selecionado para participar do Exame Nacional dos Discentes (Enade) ou quando o discente não tiver realizado a prova no ciclo avaliativo regular;

XV - analisar, em conjunto com os docentes, os relatórios do Enade, de modo a possibilitar autoavaliação e retroalimentação do curso;

XVI - colaborar no processo de avaliação externa in loco realizada pelo Inep do MEC, fornecendo informações solicitadas pela Proen nos prazos estabelecidos;

XVII- solicitar dos docentes a documentação necessária para o processo avaliativo in loco;

XVIII - informar aos órgãos competentes da Ufopa as necessidades do curso para uma boa avaliação; promover reuniões com os docentes e discentes para fins de preparação da avaliação externa;

XIX- preparar toda a documentação necessária, disponibilizando-a para a comissão de avaliação externa;

XX- conhecer a legislação pertinente às suas atribuições de coordenador: PDI, regimento da Graduação.

São atribuições precípua da Coordenação de Curso:

I - convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso;

II - solicitar à Proen, aos diretores das Unidades Acadêmicas, aos coordenadores de núcleos e aos docentes e técnicos em assuntos educacionais providências necessárias para o bom funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos, questões didático pedagógicas e pessoal;

III - articular-se com o Colegiado da Unidade Acadêmica e com a Administração Superior, a fim de harmonizar o funcionamento do curso com as respectivas instâncias;

IV - propor ao Colegiado do Curso o número de vagas a ser oferecido nos processos seletivos de ingresso de acordo com a portaria de criação do curso;

V - coordenar o NDE do curso;

VI - propor, em conjunto com o NDE, reformas no PPC;

VII - estruturar a grade horária e solicitar à Unidade Acadêmica a designação de

professores para os componentes curriculares;

VIII - propor componentes curriculares de cursos no período intensivo;

IX - propor e implementar estratégias de enfrentamento da reprovação e da evasão;

X - analisar os históricos escolares, com seus respectivos programas de componentes curriculares, quando da solicitação de dispensa;

XI - providenciar documentação necessária à colação de grau dos discentes;

XII - estimular a participação dos docentes e dos discentes no processo avaliativo (avaliação do docente pelo discente, da coordenação pelos discentes e docentes, infraestrutura), de forma a contribuir para sua autoavaliação;

XIII - propor ao Colegiado da Subunidade plano de providências após as avaliações;

XIV - inscrever os discentes no Sistema e-MEC, quando o curso for selecionado para participar do Exame Nacional dos Discentes (Enade) ou quando o discente não tiver realizado a prova no ciclo avaliativo regular;

XV - analisar, em conjunto com os docentes, os relatórios do Enade, de modo a possibilitar autoavaliação e retroalimentação do curso;

XVI - colaborar no processo de avaliação externa in loco realizada pelo Inep do MEC, fornecendo informações solicitadas pela Proen nos prazos estabelecidos;

XVII - solicitar dos docentes a documentação necessária para o processo avaliativo in loco;

XVIII - informar aos órgãos competentes da Ufopa as necessidades do curso para uma boa avaliação; promover reuniões com os docentes e discentes para fins de preparação da avaliação externa;

XIX - preparar toda a documentação necessária, disponibilizando-a para a comissão de avaliação externa;

XX - conhecer a legislação pertinente às suas atribuições de coordenador: PDI, regimento da instituição e resoluções internas e externas;

XXI - receber os discentes no início dos semestres, oferecendo informações necessárias sobre a vida acadêmica durante o período de formação ou nos polos de apoio presencial, nos casos dos cursos à distância;

XXII - responsabilizar-se pela orientação de matrícula, propondo, de forma conjunta com o discente, plano individual para discentes desniveados ou oriundos de mobilidades estudantis;

XXIII - acompanhar os prazos de inserção da oferta de componentes curriculares,

possibilitando a matrícula dos discentes no período estipulado;

XXIV - atender ao discente, sempre que necessário ou solicitado na Coordenação do Curso;

XXV - solicitar aos docentes que acessem periodicamente o SIGAA, de forma que a frequência e as notas dos discentes sejam lançadas no prazo estabelecido;

XXVI - acompanhar e avaliar o estágio probatório dos docentes;

XXVII - orientar o discente sobre as atividades complementares e realizar sua creditação;

XXVIII - colaborar com a Coordenação de Estágios da Proen no levantamento, registro, acompanhamento e avaliação dos discentes e campos de estágios curriculares;

XXIX -solicitar aos docentes os planos de ensino dos componentes curriculares, orientando-os para que os apresentem aos discentes na primeira semana de aula;

XXX - acompanhar o cumprimento dos componentes curriculares ofertados e a execução dos planos de ensino;

XXXI - providenciar, com os docentes, a reposição de aulas, em caso de faltas dos docentes, juntamente com o diretor da Unidade Acadêmica;

XXXII - organizar e acompanhar, juntamente com o diretor da Unidade Acadêmica, os afastamentos e a licença de capacitação de docente; participar de reuniões, treinamentos, capacitações, sempre que convocado por órgão da administração;

XXXIII - cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas ao curso, bem como desempenhar as atribuições estabelecidas no regimento do curso;

XXXIV - participar de grupos de trabalho de desenvolvimento de metodologia de ensino;

XXXV - planejar e desenvolver atividades de seleção e capacitação dos profissionais (tutores, professores e equipe multidisciplinar) relativas ao curso;

XXXVI - acompanhar o registro acadêmico dos discentes matriculados no curso;

XXXVII - registrar os cursos nos órgãos de conselho de classe, quando houver.

23.4. Regime de trabalho da coordenação do curso

O Coordenador do Curso de BIC&T das Águas da Ufopa possui Regime de Trabalho Integral com Dedicção Exclusiva – DE (40 horas), dedicando 20 horas semanais à Coordenação do Curso (Portaria nº 462/GR-Ufopa, de 26 de junho de 2018) e 20 horas para

o desenvolvimento de suas atividades docentes (docência, pesquisa e extensão).

23.5. Técnicos em Assuntos Educacionais

Helton Luis Nina Lameira

Jordanno Sarmento de Sousa

23.6. Secretaria Executiva

Elitânia Mourão

24. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

24.1. Secretaria Acadêmica

Todas as atividades referentes ao controle e registro dos diversos aspectos relacionados aos discentes do curso de BIC&T das Águas da Ufopa é realizada na secretaria acadêmica do curso, que possui uma mesa de escritório, com computador conectado à internet. Além disso, possui armários para arquivar documentos, impressora, telefone e assentos para os discentes aguardarem o atendimento. As principais atividades executadas pela secretaria acadêmica são: matrícula e registro dos estudantes, lançamento de notas, emissão de histórico e extratos, programas de disciplinas, criação de turmas, encaminhamento de requerimentos, entre outras.

24.2. Acompanhamento de Egressos

O BIC&T das Águas possui um banco de dados atualizado constantemente, com as informações dos alunos, onde periodicamente, o curso envia formulários consultivos aos egressos. Esses levantamentos, resultam em dados cujas respostas, após uma análise do colegiado do curso, ajudam o curso a se orientar como os seus ex-discentes estão atuando no mercado de trabalho e como este tem compreendido esse profissional. O resultado dessa análise contribui para que o curso revise constantemente seu PCC e desenvolva ações que contribuem para a inserção desse egresso no mercado de trabalho.

24.3. Órgãos Colegiados

Conforme o Regimento Geral da Ufopa (Resolução Consun nº 55/2014) que dispõe em seu artigo 118 “Os Órgãos Colegiados das Subunidades Acadêmicas serão constituídos

pelo Coordenador, Vice Coordenador e por representantes das categorias”. Conforme o Regimento de Graduação “Ao colegiado da subunidade acadêmica caberá o planejamento, a gestão e a avaliação permanente das atividades realizadas no âmbito do curso”.

O colegiado do Curso de BIC&T das Águas é composto por todos os docentes do curso e dois representantes discentes (titular e suplente) e um representante técnico, que se reúnem pelo uma vez ao mês com reuniões ordinárias e quando necessário são chamadas reuniões extraordinárias. Atualmente, o colegiado do Programa em Ciência e Tecnologia é constituído pelos membros contidos na Tabela 4.

Tabela 4. Colegiado de Engenharia Sanitária e Ambiental, conforme Portaria nº 3/2023-ICTA.

Nº	Nome	Função	Classe Representante
01	Elton Ranieri da Silva Moura	Presidente	Docente
02	Alessandra de Resende Ramos	Membro	Docente
03	Khayth Marronny Rabelo Nagata	Membro	Docente
04	Leidiane Leão De Oliveira	Membro	Docente
05	Manoel Bentes dos Santo Filho	Membro	Docente
06	Urandi João Rodrigues Junior	Membro	Docente
07	Savana Gama de Aguiar	Membro	Representante Técnico
08	Maurício Dumont Ferreira Sousa	Membro	Representante Discente
09	Fernanda Leão Castro	Membro	Representante Discente

O NDE do curso é composto por doutores e mestres com regime de dedicação exclusiva e com experiência em docência universitária, liderança acadêmica e comprometimento no desenvolvimento do ensino. Os componentes e normas do NDE estão fundamentados no Parecer Conaes nº 4, de 17 de junho de 2010 e nas Diretrizes Nacionais do MEC para os Cursos de Bacharelado, conceberam, elaboraram, acompanham e estão regularmente avaliando o PPC de BIC&T das Águas, almejando uma contínua atualização de sua estrutura curricular, observados os objetivos nele propostos. São apreciadas, durante as reuniões regulares do NDE, que ocorrem ao menos uma vez a cada mês e de maneira extraordinária em casos de extrema necessidade, informações advindas de reuniões com o colegiado, assim como demandas do corpo docente e discente do curso, no intuito de fundamentar suas ações. As deliberações tomadas pelo NDE são encaminhadas ao coordenador do curso, para que o mesmo dê o fluxo adequado a cada parecer. Além disso, o desempenho do curso é acompanhado, apreciado e discutido no NDE com base nos resultados das avaliações interna e externa.

As reuniões de comissão de colegiado e de NDE são devidamente registradas em ata

e inseridas no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC) para armazenamento e assinatura dos membros presentes nas reuniões.

25. CORPO DOCENTE

25.1. Titulação

No curso de BIC&T das Águas há 18 docentes (ICTA/Ufopa), todos permanentes (Tabela 5) que colaboram com o curso em seus componentes curriculares. Desses, 13 possuem titulação em nível de doutorado (77,77%), 4 em nível de mestrado (22,22%). O corpo docente do curso é responsável por analisar e revisar os componentes curriculares, focando no perfil do egresso na sua atuação acadêmica profissional, estimulando o raciocínio crítico com base no atual estado da arte sobre as diversas áreas da ciência. Os docentes proporcionam o acesso a conteúdos de pesquisa atuais e incentivam os discentes à produção científica com trabalhos de pesquisa e extensão.

Tabela 5. Quadro de titulação e formação acadêmica de professores concursados que atuam/colaboram com o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Tecnologia das Águas.

Nº	PROFESSOR	TITULAÇÃO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	REGIME DE TRABALHO
1	Alessandra de Rezende Ramos	Doutorado	Bacharel em Biologia	Dedicação Exclusiva (40h)
2	Antonio do Socorro Ferreira Pinheiro	Doutorado	Bacharel em Direito	Dedicação Exclusiva (40h)
3	Diani Fernanda da Silva Less	Doutorado	Engenheira Ambiental	Dedicação Exclusiva (40h)
4	Eliza Maria da Costa Brito Lacerda	Doutorado	Bacharel em Biomedicina	Dedicação Exclusiva (40h)
5	Elton Raniere da Silva Moura	Mestrado	Bacharel em Sistema de Informação	Dedicação Exclusiva (40h)
6	José Cláudio Reis Junior	Mestrado	Bacharel em Engenharia Sanitária	Dedicação Exclusiva (40h)
7	José Max Barbosa de Oliveira Junior	Doutorado	Licenciatura em Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva (40h)
8	João Paulo Soares de Cortes	Doutorado	Bacharel em Geografia	Dedicação Exclusiva (40h)
9	José Reinaldo Pacheco Peleja	Doutorado	Licenciatura em Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva (40h)
10	Khayth Marronny Rabelo Nagata	Doutorado	Licenciatura em Física	Dedicação Exclusiva (40h)

11	Leidiane Leão de Oliveira	Doutorado	Bacharel em Meteorologia	Dedicação Exclusiva (40h)
12	Lucinewton Silva de Moura	Doutorado	Bacharel em Engenharia Química	Dedicação Exclusiva (40h)
13	Mauro Alexandre Paula de Souza	Mestrado	Engenheiro Civil	Dedicação Exclusiva (40h)
14	Quêzia Leandro de Moura Guerreiro	Doutorado	Bacharel em Ciências Ambientais	Dedicação Exclusiva (40h)
15	Ruy Bessa Lopes	Doutorado	Bacharel em Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva (40h)
16	Rafael Caldeira Magalhães	Doutorado	Bacharel em Engenharia Sanitária e Ambiental	Dedicação Exclusiva (40h)
17	Ynglea Georgina de F. Goch	Doutorado	Bacharel em Ciências Biológicas	Dedicação Exclusiva (40h)
18	Wildes Cley Da Silva Diniz	Mestrado	Bacharel em Engenharia de Pesca	Dedicação Exclusiva (40h)

25.2. Docentes vinculados ao BIC&T das Águas e seus respectivos componentes curriculares.

Dos 18 docentes que atuam no curso, todos possuem experiência de no mínimo de 4 anos na docência superior. Com notória experiência do corpo docente, em sua totalidade, na docência superior, os docentes atuam de maneira a promover ações que permitam, desde a elaboração dos componentes curriculares, às melhores práticas de ensino e aprendizagem, permitindo também, identificar as dificuldades dos discentes em sala de aula. Cada docente, responsável pelo componente curricular que ministra (Tabela 6), busca desenvolver atividades que correspondam ao conteúdo teórico, às práticas reais para as resoluções de problemas. Além disso, no decorrer das disciplinas, o docente é capaz de elaborar e apresentar atividades específicas para a promoção de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Tais atividades conjuntas, permitem ao docente, durante e após o término das disciplinas, fazer uma avaliação, por meio de avaliação discente e docente, com base nos modelos elaborados pela CPA, constituída por meio de comissão, através da Portaria do Gabinete da Reitoria (GR) da Ufopa nº 279, de 11 de junho de 2019. Essa avaliação permite ao docente uma redefinição da sua prática durante o período da disciplina, reconhecendo sua produção e liderança para com o exercício das suas atividades acadêmicas.

Tabela 6. Disposição de professor por componente curricular no curso.

Nº	Professor	Titulação	Componentes Curriculares
1	Alessandra de Rezende Ramos	Doutorado	4º. Biotecnologia; Biologia Geral (Optativa)
2	Antonio do Socorro Ferreira Pinheiro	Doutorado	1º. Sociedade, Natureza e Desenvolvimento; 1º. Metodologia do Trabalho Científico; Ética; 2º. Legislação Ambiental
3	Diani Fernanda da Silva Less	Doutorado	3º. Tecnologias Limpas; 4º. Gestão de Resíduos
4	Eliza Maria da Costa Brito Lacerda	Doutorado	1º. Sociedade, Natureza e Desenvolvimento.
5	Elton Ranieri da Silva Moura	Mestrado	1º. Fundamentos de Ciências e Tecnologia das Águas; Metodologia do Trabalho Científico; 2º. Hidroinformática
6	José Cláudio Reis Junior	Mestrado	1º. Introdução ao Saneamento e Gestão Ambiental
7	José Max Barbosa de Oliveira Junior	Doutorado	3º. Avaliação de Impactos Ambientais
8	João Paulo Soares de Cortes	Doutorado	2º. Geologia Geral
9	José Reinaldo Pacheco Peleja	Doutorado	3º. Limnologia; 4º. Qualidade da água
10	Khayth Marronny Rabelo Nagata	Doutorado	1º. Fundamentos de Ciências e Tecnologia das Águas; Fundamentos de Cálculo; 2º. Física Geral
11	Leidiane Leão de Oliveira	Doutorado	1º. Fundamentos de Ciências e Tecnologia das Águas; Metodologia do Trabalho Científico; 2º. Meteorologia e Climatologia; 3º. Hidrologia
12	Lucinewton Silva de Moura	Doutorado	3º. Química Geral; 4º. Cálculo Numérico
13	Mauro Alexandre Paula de Souza	Mestrado	1º. Fundamentos de Cálculo; 1º. Desenho Técnico
14	Quêzia Leandro de Moura Guerreiro	Doutorado	1º. Metodologia do Trabalho Científico; 4º. Gestão de Unidade de Conservação
15	Rafael Caldeira Magalhães	Doutorado	1º. Ética; 2º. Legislação Ambiental
16	Ruy Bessa Lopes	Doutorado	3º. Poluição de Ambientes Aquáticos
17	Ynglea Georgina de Freitas Goch	Doutorado	1º. Ecologia Geral; 2º. Estatística Aplicada; 4º. Gestão de Bacias Hidrográficas
18	Wildes Cley da Silva Diniz	Mestrado	1º. Desenho Técnico; 3º. Geoinformação Aplicada

25.3. Percentual de doutores e mestres

Vinculados ao curso de BIC&T em Águas da Ufopa há 4 docentes, todos permanentes (Tabela 5). Desses, 3 possuem titulação em nível de doutorado (75%), 1 em nível de mestrado (25%).

25.4. Política e Plano de Carreira

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal é estruturado conforme o disposto na Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. De acordo o art. 1º, § 1º e § 2º desta Lei, a Carreira de Magistério Superior, destinada a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturada nas seguintes classes:

I - Classe A, com as denominações de:

- Professor Adjunto A, se portador do título de doutor;
- Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou
- Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista.

II - Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V - Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.772/2012, em seu artigo 12, o desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho. Já para a promoção, ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, algumas condições específicas para cada classe.

25.5. Critérios de Admissão

De acordo com a Resolução Consun nº 155, de 11 de julho de 2016, que disciplina a realização de concurso público de provas e títulos na carreira de magistério superior da Ufopa, o ingresso em tal carreira se dá mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012. Assim como também deverá atuar em acordo com a legislação vigente durante a realização do certame.

O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa consta de 2 (duas) etapas:

I. Primeira Etapa, de caráter eliminatório e classificatório:

a) Prova escrita: nesta fase os critérios avaliados serão estruturação coerente e desenvoltura do texto - redação, clareza, objetividade, sequência dos conteúdos, parágrafos (Pontuação 0,00 a 2,50); domínio do assunto - precisão e domínio dos conteúdos, nível de relevância, profundidade e abrangência (Pontuação 0,00 a 6,00); e clareza e precisão de linguagem - utilização da norma gramatical padrão e precisão de linguagem (Pontuação 0,00 a 1,50). Esta prova, que versa sobre um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso, tem peso 3 (três) para o cálculo da média final no concurso, sendo necessária a obtenção de nota mínima 7,0 (sete) para classificação do candidato para a fase seguinte.

b) Prova didática: esta etapa consiste na apresentação oral pelo candidato, em sessão pública, com duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, de um item sorteado com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, constante no programa de provas do edital do certame. Na prova didática, os critérios avaliados são Plano de Aula (Pontuação 0,00 a 1,50); Aspectos didático-metodológicos (Pontuação 0,00 a 2,00); Apresentação (Pontuação 0,00 a 5,00); e Arguição (Pontuação 0,00 a 1,50). O peso para o cálculo da média final é 4 (quatro) e a pontuação mínima necessária para classificação para a fase seguinte é 7,0 (sete).

c) Prova Prática ou Experimental: essa etapa constará de demonstração ou execução de métodos e técnicas específicas ou apresentação de um tema/aula, devendo ser realizada no tempo máximo de 1 (uma) hora.

II. Segunda Etapa, de caráter classificatório:

a) Prova de Memorial e Projeto de Atuação Profissional: O candidato elabora um memorial, de forma discursiva e circunstanciada, contendo as atividades acadêmicas significativas realizadas nos últimos 5 (cinco) anos, a contar da publicação do edital. Deve ainda: evidenciar a capacidade do candidato de refletir sobre a própria formação escolar e acadêmica, além de suas experiências e expectativas; manifestar uma proposta de trabalho na Ufopa para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com objetivos e metodologia. Esse memorial é defendido em sessão pública, com duração de 30 (trinta) minutos, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final do concurso e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

b) Julgamento de Títulos: esta etapa terá peso 1 (um) para o cálculo da média final no concurso, por meio do exame do Currículo Lattes, em conformidade com os grupos de atividades discriminados a seguir: Formação Acadêmica (120 (cento e vinte) pontos, peso 1 (um)); Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural (250 (duzentos) pontos, peso 2 (dois)); Atividades Didáticas (250 (duzentos e cinquenta) pontos, peso 3 (três)); Atividades Técnico-Profissionais (60 (sessenta) pontos, peso 1 (um)).

25.6. Plano de Qualificação e Formação Continuada

Com respeito ao Plano de Carreira Docente, parte de seu projeto institucional, a Ufopa pronuncia seu posicionamento sobre questões relacionadas à qualificação e ao aperfeiçoamento de seu corpo docente na Resolução Consun nº 55/2014, conforme descrito nos seguintes artigos:

Art. 216. A Ufopa promoverá o aperfeiçoamento, a qualificação e o desenvolvimento permanente do seu pessoal docente por meio de cursos, seminários, congressos, estágios, oficinas e outros eventos.

Art. 217. Fica garantido aos docentes o direito à liberação de carga horária para realização de cursos de Pós-Graduação stricto sensu na própria Instituição ou em outra instituição de ensino superior, conforme Resolução do Consepe.

Art. 218. A Ufopa poderá destinar bolsa de capacitação e/ou qualificação, conforme disponibilidade de dotação orçamentária, aos docentes que cursarem Pós-Graduação stricto sensu.

Art. 219. A Universidade poderá admitir, por prazo determinado, para o desempenho de atividades de Magistério, professores temporários, em conformidade com a legislação vigente.

Tais Artigos são vinculados ao tema Quadro Docente (Capítulo I), da Comunidade Universitária (Título IV) da resolução supracitada, que aprova o Regimento Geral da Universidade.

No âmbito da Ufopa, a Resolução nº 30, de 18 de abril de 2017, regulamenta para fins de progressão e promoção dos servidores da carreira de magistério superior, no âmbito da Ufopa, estabelecendo os procedimentos e critérios para fins de progressão e promoção de docentes, sendo o dispositivo que é adotado pelos docentes do BIC&T das Águas.

25.7. Apoio à Participação em Eventos

O apoio para participação dos docentes dos cursos de graduação em eventos científicos parte da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), Proppit e da Proen.

O apoio, organização e realização de eventos, previstos para cada exercício, pode ainda ser viabilizado a partir dos recursos do Plano de Gestão Orçamentária (PGO) do ICTA. Além disso a Ufopa destina recursos para a mobilidade acadêmica de discentes - Mobilidade Acadêmica Externa Nacional ([Edital Proen nº 82](#), de 6 de novembro de 2018).

25.8. Incentivo à Formação/atualização Pedagógica dos Docentes

Contido no Regimento Geral da Ufopa, arts. 217 e 218 (ANEXO F).

- Art. 217. Fica garantido aos docentes o direito à liberação de carga horária para realização de cursos de Pós-Graduação stricto sensu na própria Instituição ou em

outra instituição de ensino superior, conforme Resolução do CONSEPE.
- Art. 218. A Ufopa poderá destinar bolsa de capacitação e/ou qualificação, conforme disponibilidade de dotação orçamentária, aos docentes que cursarem Pós-Graduação stricto sensu.

25.9. Experiência profissional do docente

Dos 21 docentes que atuam no BIC&T das Águas, apenas um não possui experiência profissional, fora da docência superior. Apesar disso, todos atuam de maneira a levar contextos reais, com problemas práticos, de aplicação teórica ministrada em diferentes unidades curriculares aos discentes do curso. Essa atuação se dá a partir de um conjunto de habilidades dedicadas à transformação do conhecimento em prática, gerando as competências almejadas para o BIC&T das Águas está fundamentado nas necessidades regionais de profissionais para atuar fortemente e com eficiência na investigação e geração de conhecimento científico e tecnológico aplicado, visando apoiar o desenvolvimento científico e social da região e do País. O conhecimento desenvolvido em sala de aula, se estende, por meio de atividades extensionistas, às atividades práticas de campo, que antes de acontecerem, passam pela elaboração em pesquisa, para sua idealização e desenvolvimento metodológico.

25.10. Experiência no exercício da docência superior

Dos 21 docentes que atuam no curso, todos possuem experiência de no mínimo de 4 anos na docência superior. Com notória experiência do corpo docente, em sua totalidade, na docência superior, os docentes atuam de maneira a promover ações que permitam, desde a elaboração dos componentes curriculares, às melhores práticas de ensino e aprendizagem, permitindo também, identificar as dificuldades dos discentes em sala de aula.

Cada docente, responsável pelo componente curricular que ministra, busca desenvolver atividades que correspondam ao conteúdo teórico, às práticas reais para as resoluções de problemas. Além disso, no decorrer das disciplinas, o docente é capaz de elaborar e apresentar atividades específicas para a promoção de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas. Tais atividades conjuntas, permitem ao docente, durante e após o término das disciplinas, fazer uma avaliação, por meio de avaliação discente e docente, com base nos modelos elaborados pela CPA, constituída por meio de comissão, através da Portaria nº 279/2019-GR. Essa avaliação permite ao docente uma redefinição da sua prática durante o período da disciplina, reconhecendo sua produção e liderança para com o exercício das suas atividades acadêmicas.

25.11. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica

Da produção científica, cultural, artística ou tecnológica, o quantitativo de docentes que, no mínimo, nos últimos anos três anos: 4 docentes com 9 produções acadêmicas publicadas; 4 docentes com 7 produções acadêmicas publicadas; 8 com 4 produções acadêmicas publicadas; 15 docentes com 1 produção acadêmica publicada; e 0 docente com nenhuma produção acadêmica publicada.

26. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Atualmente, a composição do NDE está sob a Portaria nº 17/2021-ICTA:

- I. Alessandra de Resende Ramos;
- II. Elton Raniere da Silva Moura;
- III. Khayth Marronny Rabelo Nagata;
- IV. Leidiane Leão De Oliveira;
- V. Manoel Bentes dos Santo Filho;
- VI. Urandi João Rodrigues Junior;
- VII. Mauro Alexandre Paula de Sousa;
- VIII. Quêzia Leandro de Moura Guerreiro.

Os membros acima citados disporão de 2 (duas) horas semanais para execução das atividades, conforme preceitua o artigo 31, I, da Resolução nº 184/2017-Consepe.

Tem caráter consultivo para acompanhamento do curso, atuando no processo de concepção, consolidação e que também realizará contínua atualização do PPC visando à promoção de sua qualidade.

O NDE reúne-se, ordinariamente por convocação de iniciativa de seu Presidente, 1 (uma) vez por semestre, no início do período letivo, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

O presidente do NDE tem como atribuições:

- Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Encaminhar as deliberações do NDE ao Colegiado do Curso;
- Coordenar e promover a integração com o colegiado do curso e demais colegiados e setores da Instituição.

PARTE IV: INFRAESTRUTURA

27. INSTALAÇÕES GERAIS

Destinado às atividades administrativas e de ensino do ICTA, o ambiente possui no terceiro andar do Bloco Modular Tapajós (BMT) no Campus Tapajós: uma sala da coordenação administrativa; uma sala para as coordenações de curso; uma sala para as secretarias de cursos e para a coordenação acadêmica; uma sala para a Direção do Instituto, contendo, uma antessala para a secretaria executiva, um banheiro e uma copa; duas salas de trabalho para docentes; dois banheiros sendo um feminino e um masculino; uma sala de apoio docente.

28. SALAS DE AULA

A Unidade Tapajós, onde se localiza o curso, conta com 54 salas de aula e a Unidade Rondon conta com 18 salas de aula compartilhadas entre os institutos conforme reserva prévia. Estes ambientes têm acesso facilitado, com portas com larguras adequadas. Todos esses locais são bem iluminados, possuem janelas, são amplos, conservados, limpos, com ótima acomodação para os discentes e docentes do curso.

Assim, o curso de BIC&T das Águas conta com infraestrutura que atende à demanda de turmas. As salas não são fixas para o curso, sendo realocadas de acordo com as demandas enviadas pela coordenação acadêmica do ICTA, à Superintendência de Infraestrutura (Sinfra), que aloca e gerencia os espaços de salas de aula.

29. ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Os docentes do ICTA, vinculados ao curso de BIC&T das Águas estão distribuídos em duas salas, a primeira com área de 45 m², comportando 15 docentes e a segunda sala com área de 45 m², comportando 15 docentes. Todos têm escaninhos individualizados nestas salas com mesa em formato de L, armário suspenso e gaveteiro. Em adição, alguns docentes contam com gabinetes instalados nos laboratórios que ocupam.

30. SALA COLETIVA DE PROFESSORES

O ICTA também possui uma sala de reuniões com área de 21,45 m², dispondo de

duas mesas de reuniões com sete cadeiras. Todos esses locais são bem iluminados, conservados, com boas condições de acústica e sistema de refrigeração. Esses ambientes são limpos diariamente por uma equipe terceirizada.

As salas dos docentes estão localizadas no bloco BMT I, 4º andar, nas salas 404, 405 e 407.

31. ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO/PROGRAMA

A Coordenação do Curso de BIC&T das Águas, localizada Bloco BMT, sala 409, Campus Tapajós, dispõe de gabinete individualizado com área total de 45 m². Apoiando a Coordenação de curso há a secretaria acadêmica integrada com área total de 45 m². Atuando nesta secretaria há seis técnicos administrativos, dois técnicos em assuntos educacionais. A coordenação de curso dispõe também de um técnico administrativo além de ser auxiliada pela secretaria acadêmica que atende e presta apoio aos docentes e discentes do curso. A Coordenação acadêmica possui computadores conectados à rede cabeada e mesas em L, contendo cadeiras para atendimento aos docentes e discentes. Além disso, apresenta armários para arquivar documentos, impressora, telefone e assentos para os discentes aguardarem o atendimento. A coordenação do curso conta ainda com três armários para arquivar documentos. A área destinada à coordenação apresenta boas condições de conservação, iluminação, limpeza e sistema de refrigeração. O espaço da coordenação de curso é compartilhado com os demais outros cinco cursos. Quando há necessidade de atendimento reservado, o Instituto possui uma sala para atendimento aos discentes, localizado na sala 406, contendo uma mesa redonda, quatro cadeiras e ar-condicionado, o que garante o atendimento individualizado.

32. AUDITÓRIOS E VÍDEO CONFERÊNCIAS

O curso de BIC&T das Águas dispõe de dois auditórios com equipamento multimídia e central de ar-condicionado nas dependências da Ufopa:

- Auditório do Campus Tapajós (Central), com capacidade para duzentos discentes, equipado com equipamento multimídia e central de ar-condicionado. O Auditório é bem iluminado, amplo, conservado, limpo, com acomodação para os discentes e docentes do curso. Esse auditório tem estrutura para ser dividido em dois auditórios, de acordo com a

especificidade do evento.

- Auditório Wilson Fonseca, localizado no campus Rondon, com capacidade para duzentos discentes, equipado com equipamento multimídia e central de ar-condicionado. O Auditório é bem iluminado, amplo, conservado, limpo, com acomodação para os discentes e docentes do curso.

33. BIBLIOTECA

A Biblioteca da Ufopa do campus de Santarém tem como objetivo atender toda a comunidade acadêmica, bem como a comunidade externa em suas necessidades bibliográficas e informacionais. A biblioteca oferece suporte ao desenvolvimento dos cursos ministrados, estimulando a pesquisa científica e o acesso à informação. Possui o Sistema Integrado de Gestão da Informação (Sigi) cujas atividades iniciaram desde 2010, compondo o sistema de unidades de bibliotecas da sede, Santarém, e as unidades dos campi fora de sede.

O Sigi é composto por duas unidades na sede, Santarém, funcionando na Unidade Rondon (Biblioteca Central) e na Unidade Tapajós (Biblioteca setorial). Como modelo de funcionamento sistêmico, em rede integra as Bibliotecas de todos os campi da Ufopa. Disponibiliza acesso ao catálogo *on line* da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Portal de Periódicos Capes.

Os trabalhos desenvolvidos pela Biblioteca incluem atividades periódicas de administração e a gestão do sistema de bibliotecas, sendo elas:

- Desenvolvimento de coleções – que envolve o processo de seleção e aquisição de obras.
- Processamento técnico – registro e descrição bibliográfica do acervo adquirido para disponibilização no catálogo (base de dados) e nas estantes.
- Serviços aos usuários – referência e circulação – atendimento ao público usuário, acesso físico e eletrônico a informação. Registro do movimento da Biblioteca.

A Biblioteca está estruturada para atendimento à comunidade acadêmica de segunda-feira a sexta-feira de 8h às 22h e aos sábados de 8h às 12h.

A atualização do acervo é solicitada pelo NDE do curso de acordo com as demandas dos professores de cada componente curricular.

33.1. Bibliografia básica por unidade curricular

A bibliografia básica dos componentes obrigatórios e optativos, encontra-se no ANEXO A.

33.2. Bibliografia complementar por unidade curricular

A bibliografia básica dos componentes obrigatórios e optativos, encontra-se no ANEXO A.

34. LABORATÓRIOS

O curso de BIC&T das Águas faz uso dos laboratórios do ICTA, para as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os laboratórios de ensino comportam em média 25 discentes e são destinados, principalmente, às aulas práticas. Os laboratórios de ensino e pesquisa comportam em média 10 discentes, e são voltados para pesquisa, extensão, com inclusão de discentes em projetos. Há previsão de ampliação desses espaços.

Os laboratórios possuem normas de segurança e de uso e funcionam em período integral. Em todos há, no mínimo, um técnico com ensino médio ou superior para auxiliar nas aulas práticas e pesquisas. São disponíveis equipamentos de proteção e ar condicionado.

Os laboratórios de ensino são equipados com data show no teto e quadro branco. As aulas são previamente agendadas para evitar acumulação de turmas em seu interior. Turmas maiores são divididas para possibilitar a melhor acomodação dos discentes.

A manutenção dos equipamentos é conduzida pela Ufopa ou por verba de projetos de pesquisa. A quantidade de equipamentos existentes nos laboratórios é adequada aos espaços físicos e às vagas autorizadas do curso, sendo cada laboratório com dimensões e capacidade variadas. Os laboratórios utilizados pelo curso por seus docentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão, são:

34.1. Laboratório de Tecnologia e Inovação

Tem como finalidade o desenvolvimento de atividades de ensino, mas com foco principal no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão do Interdisciplinar em Ciências, Tecnologia das Águas & Inovação na Amazônia. No entanto, o espaço laboratorial, assim como os recursos neles presentes, podem ser utilizados por outros docentes para as finalidades específicas, mas que principalmente, atentam às demandas de projetos de

pesquisa, extensão e desenvolvimento de trabalhos de conclusão de curso dos alunos do BIC&T das Águas. Área total de 31,15m². Previsão de atualização tecnológica do laboratório, upgrade dos computadores, para que tenham mais poder de processamento para o suporte no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

34.2. Biologia Ambiental

Finalidade de atender atividades de ensino de aulas práticas.

Cursos atendidos: 1) BIC&T das Águas, 2) Gestão Ambiental, 3) Engenharia Sanitária e Ambiental e o 4) Mestrado em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos. Atende os demais cursos do ICTA e Ufopa na orientação de TCCs, Dissertações e Teses. Atende cursos de outras instituições de ensino (ex. IFPA) viabilizando visitas técnicas.

Correlação com os cursos: Por atuar na área de recursos hídricos, limnologia, qualidade da água, manejo e gestão de bacias hidrográficas, principalmente. O laboratório é componente fundamental para complementar o Projeto Pedagógico dos Cursos de BIC&T das Águas, Gestão Ambiental, Engenharia Sanitária e Ambiental. A correlação com os cursos se dá ao longo de todo o percurso acadêmico, desde os eixos interdisciplinares com aulas práticas, passando por estágio supervisionado e orientações de trabalhos de conclusão de cursos.

Infraestrutura Física: Área total de 97,14m². Atende até 20 alunos por aula prática.

Equipamentos e recursos tecnológicos existentes: Computador, autoclave, freezer, micro-ondas, oxímetro, evaporador, liofilizador, fotômetro de chama, destilador, turbidímetro, balança, condutivímetro, bomba de vácuo, incubadora, espectrofotômetro, esterilizador, medidor multiparâmetro, chapa aquecedora, banho-maria, estufa, manta aquecedora, refrigerador, analisador de mercúrio, sistema de purificação de água, estereomicroscópios, estufa e centrífuga entre outros. Existentes aguardando apoio institucional para instalação: espectrômetro de massa, cromatógrafo a gás e analisador de carbono dissolvido em água. Previsto: Fotocolorímetro e medidor de laboratório. Pretende-se adquirir nas próximas agendas de compra: analisador granulométrico de sedimentos, ADCP medidor de vazão fluvial, ecobatímetro, espectrômetro de absorção atômica automático.

Descrição das Inovações Tecnológicas: Além da quantidade significativa de parâmetros de qualidade da água já implementados e que são analisados pela equipe do laboratório, para o período de 2019 a 2023. Pretende-se alcançar as seguintes inovações

tecnológicas no Laboratório: 1) Consolidar a implantação do pacote tecnológico para a análise de Óleos e graxas e hidrocarbonetos em amostras de água superficial e subterrânea; 2) Implementar o pacote Tecnológico para a análise de Metilmercúrio em amostras biológicas, água e sedimentos; 3) Implementar o pacote tecnológico para a análise granulométrica de sedimentos de rios e lagos; 4) Implementar análise de metais pesados em água por espectrometria de massa.

34.3. Laboratório de Estudos de Impacto Ambiental

Localizado na Unidade Tapajós, possui área de 60m². Dentre os equipamentos há autoclave, microscópios, estufa, potenciômetro de bancada dentre outros. Possui vidrarias diversas, em quantidade variável, que proporcionam atender 25 discentes em práticas de ensino. Há um técnico responsável pela manutenção do laboratório. O laboratório funciona em horário integral, ou seja, de manhã, à tarde e à noite, de acordo com os horários de funcionamento da universidade nestes três turnos.

34.4. Laboratório de Limnologia e Qualidade da Água

Localizado em Curuá-Una vinculado ao curso pelo convênio de Cooperação Técnica-Financeira Eletronorte/Ufopa.

34.5. Laboratório de Ecologia e Monitoramento Ictiológico

Localizado em Curuá-Una vinculado ao curso pelo convênio de Cooperação Técnica-Financeira Eletronorte/Ufopa.

34.6. Laboratório de Química Aplicada à Toxicologia, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos

Localizado na Unidade Tapajós, possui 60m², vinculado ao curso de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental. Dispõe de bancadas, armários, mesas e gaveteiros e equipamentos diversos. Esse laboratório pode atender aulas práticas para 25 discentes. Há dois técnicos responsáveis pela manutenção do laboratório, que funciona em horário integral, de acordo com os horários de funcionamento da universidade.

34.7. Saneamento

Tem por finalidade atender as aulas práticas das disciplinas afins.

Cursos atendidos: Atende principalmente ao Curso de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental, porém atende também os demais Cursos Bacharelados do ICTA, conforme necessidades.

Correlação com os cursos: Usado para aulas práticas de ensino e pesquisa, é um espaço suporte do processo ensino-aprendizagem.

Infraestrutura Física: Área total de 60m². Equipamentos e recursos tecnológicos existentes: Computador, mufla, câmara frigorífica, chapa aquecedora, sensor de turbidez, bancadas hidráulicas e fluxômetros.

Descrição das Inovações Tecnológicas: Atividades desenvolvidas: tratamento de água para consumo humano, utilizando filtro composto de carvão ativado produzido a partir de endocarpo de coco, borracha de pneu e caroços de açaí; crianças como agentes multiplicadores de educação ambiental; projeto e implantação de sistema residencial de aproveitamento de águas pluviais para usos não potáveis; controle de perdas em sistema de tratamento de água por aerador tipo tabuleiro; aproveitamento de águas pluviais para fins não potáveis; proposta de plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS) de uma sorveteria, Santarém/PA; avaliação da eficiência no tratamento de água subterrânea utilizando conjunto de leito de contato simples e filtro rápido composto de carvão ativado e zeólita a; minicurso: hidráulica em sistemas de saneamento ambiental; análise dos indicadores de serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto nas três maiores cidades do Pará, nos últimos 15 anos; avaliação do consumo de energia elétrica em simulação de controle de vazão durante o bombeamento de água; diagnóstico das condições de infraestrutura e operação do serviço de abastecimento de água na área urbana do município de Santarém/PA.

34.8. Tratamento de Águas Residuárias - LabTAR

Finalidade: Atender as aulas práticas do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental. Também é utilizado para orientação de projetos envolvendo alunos de graduação e pós-graduação.

Cursos atendidos: Atende principalmente o Curso de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental, porém atende também os demais Cursos Bacharelados do ICTA.

Correlação com os cursos: Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental.

Infraestrutura Física: Área total de 60m².

Equipamentos e recursos tecnológicos existentes: Computador, estereomicroscópio,

banho-maria e chapa aquecedora.

Descrição das Inovações Tecnológicas: Se desenvolvem projetos tecnológicos na área de tratamento de águas residuárias.

34.9. Laboratório de Ensino e Aprendizagem Interdisciplinar Interativa e Instrumentação - LEAI3

O laboratório tem por objetivo promover o ensino e aprendizagem de metodologias ativas nas áreas de ciências e tecnologia das águas e promover o desenvolvimento de produtos e serviços em parceria com o LABNINT, Informática e Geoinformação. O laboratório é palco para a realização de práticas de componentes curriculares do BIC&T das Águas, tais como Hidrologia, Hidroinformática, Física, Química e Biotecnologia. O laboratório é administrado por um conselho gestor, com os membros do corpo docente do BIC&T das Águas e deverá, a cada período, eleger um coordenador para o laboratório.

Infraestrutura Física: Equipamentos e recursos tecnológicos existentes: 8 Computadores, mesas e cadeiras; armários com diversos equipamentos para atividades de instrumentalização, tais como: Computadores, Balança de precisão, GPS, Medidor de PH e Oxigênio, Bússola, Paquímetro e Impressora 3D.

34.10. Laboratório múltiplo de ensino, pesquisa e extensão em Atividades Socioeconômicas e Ambientais (a ser construído)

Finalidade: Atender as aulas práticas de cursos vinculados ao ICTA. Também é utilizado para orientação de projetos envolvendo alunos de graduação e pós-graduação vinculados às áreas de Engenharias I, Ciências Ambientais e Interdisciplinar.

Cursos atendidos: Atende os Cursos de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental, de Bacharelado em Gestão Ambiental e de BIC&T das Águas.

Infraestrutura Física: Não há.

Equipamentos e Recursos Tecnológicos: Não há.

Objetivo do Laboratório: O Laboratório múltiplo de ensino, pesquisa e extensão em Atividades Socioeconômicas e Ambientais – Lasa, visa promover atividades integradas para produção e disseminação do conhecimento interdisciplinar para a o desenvolvimento sustentável do oeste do Pará.

Descrição das Inovações Tecnológicas: 1) Realização de atividades integrada em ensino, pesquisa e extensão; 2) Capacitação e aperfeiçoamento continuado no uso de

tecnologias e ferramentas digitais aplicadas ao ensino, pesquisa e extensão no contexto universitário; 3) Subsídio às atividades de ensino aplicada à compreensão de problemas socioeconômicos e ambientais aplicados à gestão ambiental e engenharia sanitária e ambiental, dando suporte às disciplinas: Gestão de Resíduos (obrigatória no BIC&T das Águas), Gestão de Resíduos Sólidos (obrigatória no Besa), Tratamento de Resíduos Sólidos (obrigatória no Besa), Estudos Socioambientais (obrigatória no Besa e BGA), Legislação Ambiental (obrigatória no BGA), Gestão de Áreas Verdes (obrigatória no BGA), Metodologia de Estudos Socioambientais (Optativa no Besa), Educação Ambiental (Optativa no Besa), Sustentabilidade e Qualidade de Vida (Optativa no Besa); 4) Promoção de atividades de extensão universitária aplicada à disseminação do conhecimento integrado em Ciências Ambientais, Engenharia e Políticas Públicas aplicadas para a Sustentabilidade Amazônica; 5) Realização da Comunicação Científica qualificada em diversos meios de comunicação, além das plataformas e periódicos científicos, levando o conhecimento científico aos mais diversos públicos, usando mídias sociais e meios de comunicação (rádio e TV); 6) Realização pesquisas aplicadas à identificação de impactos, dinâmicas, problemas, diagnósticos socioambientais na região oeste do Pará.

Projetos Futuros: Laboratório de Inovação e Interdisciplinaridade.

34.11. Política de Atualização dos Laboratórios

O ICTA conta com uma coordenação técnica capacitada por dois técnicos administrativos que auxiliam as demandas relacionadas à infraestrutura física, equipamentos e insumos dos laboratórios, são demandadas para coordenação técnica, manutenção, reparos, ampliação, insumos e equipamentos. A coordenação técnica é responsável pela compra e distribuição de equipamentos de segurança para servidores e usuários dos laboratórios, bem como, verificar e demandar normas de biossegurança dos laboratórios. Dentro do BICTA a política de atualização, ampliação e projetos de novos laboratórios é demandada pelos docentes do curso para a coordenação de curso que encaminha para o NDE que aprova ou não e demanda ao ICTA que verifica nas instâncias superiores infraestrutura e orçamento para implantação.

34.12. Dados dos Laboratórios

Os dados atualizados dos laboratórios do ICTA encontram-se disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <http://www.ufopa.edu.br/icta/instituto-2/laboratorios-2/>. Alguns

encontram-se em processo de atualização ou implantação devido a mudança de endereço para prédios recém-inaugurados no campus Tapajós.

35. COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Ufopa foi instituído pela Portaria GR nº 43/2019, de 20 de dezembro de 2019, com o objetivo de defender e assegurar a aplicação dos direitos e deveres relacionados aos participantes da pesquisa e à comunidade científica e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O atual CEP, através da Portaria GR nº 72, de 28 de fevereiro de 2024, nomeou os seguintes membros:

- I. Flávia Garcez da Silva - Coordenador titular e parecerista;
- II. Márcio Silva da Conceição - Coordenador adjunto e parecerista;
- III. Iani Dias Lauer Leite - Membro titular Parecerista;
- IV. Luís Alípio Gomes - Membro titular Parecerista;
- V. Lidiane Nascimento Leão - Membro titular Parecerista;
- VI. Thalís Ferreira dos Santos - Membro titular Parecerista;
- VII. Sheyla Mara Silva de Oliveira - Membro titular Parecerista;
- VIII. Warlisson de Oliveira Castro - Representante de participantes de pesquisa; e
- IX. Elizeu Ribeiro Mendes - Representante de participantes de pesquisa.

36. COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS

A Comissão de Ética no Uso de Animais (Ceua) da Ufopa é um órgão independente de assessoria institucional, autônomo, colegiado, multidisciplinar e deliberativo, do ponto de vista ético, em questões relativas ao uso de animais, no ensino e na experimentação. O mesmo foi instituído mediante Portaria GR nº 480, de 05 de julho de 2018. É constituída por representantes da Ufopa e por representantes da sociedade civil, membros de organização protetora dos animais.

A Comissão tem por finalidade analisar, emitir parecer e expedir certificados – à luz dos princípios éticos – na experimentação animal, elaborados pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, sobre os protocolos de experimentação que envolvam o uso de animais.

Membros da Ceua/Ufopa, designados pela Portaria nº 480/2018:

I. Da Ufopa:

a) Titulares:

- Maxwell Barbosa de Santana (Presidência);
- Adriana Caroprezo Morini;
- Ricardo Alexandre Kawashita Ribeiro;
- Ricardo Bezerra de Oliveira;
- Rosa Helena Veras Mourão;
- Sâmia Rubielle Silva de Castro.

b) Suplentes:

- André Luiz Colares Canto;
- Fabrizia Sayuri Otani;
- Heloísa do Nascimento de Moura Meneses;
- Ruy Bessa Lopes.

II. Da Organização Protetora dos Animais:

- Mônica Patrícia de Sousa Rêgo.

37. ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

O curso possui um Laboratório de Tecnologia da Informação, composto de 27 máquinas, conectadas à internet. A mesma está localizada na sala 217, bloco BMT, campus Tapajós. Os alunos também possuem acesso a equipamentos de informática, nas bibliotecas nos campi da Ufopa.

38. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A Ufopa conta com uma estrutura que permite condições de acesso para pessoas com necessidades especiais com acesso via plataforma, elevadores nos prédios com pavimentos e acesso aos prédios térreos, portas das salas com tamanho adequado para cadeirantes e banheiros adaptados.

39. INFRAESTRUTURA DE SEGURANÇA

A Ufopa possui, por meio de contrato de terceirizadas, agentes de portaria, vigilantes e rondantes da Coordenação de Segurança da Universidade e corpo técnico para segurança do trabalho e equipamentos contra incêndio.

PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

40. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

Os referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares 1 é um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC nº. 383, de 12 de abril de 2010, constituído dos professores:

- Murilo Silva de Camargo, DIFES/SESu/MEC;
- Cleunice Matos Rehem, DESUP/SESu/MEC;
- Yara Maria Rauh, UFSC;
- Derval dos Santos Rosa, UFABC;
- Murilo Cruz Leal, UFSJ;
- Eduardo Magrone, UFJF;
- Naomar de Almeida Filho, UFBA.

A ideia de implantar uma formação em ciclos nas universidades brasileiras surge em um contexto marcado pela expansão das matrículas na educação superior. No último decênio do século passado, verificou-se uma expansão vigorosa do setor privado. Na primeira década do século XXI, observam-se duas fases de expansão das Ifes. Em primeiro lugar, ocorre um movimento de interiorização da oferta de vagas públicas, com a criação de novas Ifes e implantação de novos campi; em seguida, tem início um movimento de ampliação da oferta de vagas nas instituições já consolidadas. No ano de 2007, tem início o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras do MEC que induz as IFES a realizarem reestruturações da arquitetura acadêmica a fim de melhorar o processo formativo na graduação. Nesse momento, propostas mais amplas de arquitetura curricular em nível de graduação começam a entrar na agenda de debates sobre a reforma acadêmica da educação superior brasileira.

- **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**, conforme disposto na Resolução CNE/CEB nº 4/2010.

- **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena**, nos termos da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

- **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1,

de 30/05/2012.

- **Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

- **Titulação do corpo docente**, Art. 66 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- **Núcleo Docente Estruturante** (Resolução Conaes nº 1, de 17/06/2010).

- **Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia**, Portaria Normativa nº 12/2006.

- **Carga horária mínima, em horas – para Cursos Superiores de Tecnologia**, Portaria nº 10, 28/07/2006, Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia; Resolução CNE/CP nº 3, 18/12/2002.

- **Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas**, Resolução CNE/CES nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial); Resolução CNE/CES nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial) (Licenciaturas); Resolução CNE/CP nº 1/2006 (Pedagogia); Resolução CNE/CP nº 1/2011 (Letras); Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada).

- **Tempo de integralização**, Resolução CNE/CES nº 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES nº 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada).

- **Condições de acessibilidade plena para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, conforme disposto na CF nº 88, art. 205, 206 e 208, na NBR nº 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, na Lei nº 13.146/2015, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003.

- **Disciplina de Libras**, Dec. nº 5.626/2005.

- **Prevalência de avaliação presencial para EaD**, Dec. nº 5.622/2005, art. 4º, inciso II, § 2º.

- **Informações acadêmicas**, art. 32 da Portaria Normativa nº 40, de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010.

- **Políticas de educação ambiental**, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

• **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena,** Conforme Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 (Formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada).

• **Contratos Organizativos de Ação Pública de Ensino e Saúde (COAPES),** Lei nº 12.871/2013 e Portaria Interministerial nº 1.124, de 4 de agosto de 2015.

41. REFERÊNCIAS

REGIMENTO GERAL DA UFOPA. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/regulamento/regimento-geral/>>. Acesso em 20/03/2021.

REGIMENTO DE GRADUAÇÃO 2020. Disponível em: <<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proen/documentos/2020/a485f403a0787e606a735eacce4c62ec.pdf>>. Acesso em 20/03/2021.

PROEN, PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, Legislação. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/proen/legislacao-1/>>. Acesso em 20/03/2021.

PROGES, PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL, Legislação. Disponível em: <<http://ufopa.edu.br/proges/documentos-2/legislacao/>>. Acesso em 20/03/2021.

PROPPIT, PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, Resoluções. Disponível em: <<https://www.ufopa.edu.br/proppit/documentos-1/resolucoes-1/>>. Acesso em 20/03/2021.

Silva de Camargo, Murilo. (2010). REFERENCIAIS ORIENTADORES PARA OS BACHARELADOS INTERDISCIPLINARES E SIMILARES. 10.13140/RG.2.2.16662.86083.

ANEXOS

ANEXO A - Conteúdos Curriculares

ANEXO B - Portaria de Criação do Curso

ANEXO C - Portaria de Criação do NDE

ANEXO D - Atividades Complementares (normativa)

ANEXO E - Trabalho de Conclusão de Curso (normativa)

ANEXO F - Avaliação De Disciplina - Discente

ANEXO G - Avaliação De Disciplina - Discente

ANEXO H - Regimento Geral Da Ufopa

ANEXO I - Ata de aprovação do PPC pelo NDE/Colegiado

ANEXO J - Ata de aprovação do PPC pelo Conselho do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas

LEGENDAS:

NSA – Não se Aplica

FE – Formulário Eletrônico

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

CPA – Comissão Própria de Avaliação

CST – Curso Superior de Tecnologia

ANEXO A - COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS E OPTATIVOS

Código:				
Disciplina:	Introdução ao Saneamento e Gestão Ambiental			
Carga Horária	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática: 0
Total:				
Ementa				
<p>Conceito de saneamento básico e saneamento ambiental. Conceito multidimensional de saneamento. Sistemas de Saneamento: sistemas de tratamento e abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Gestão Ambiental – Bases históricas e conceituais. Desenvolvimento sustentável, Sistema de Gestão Ambiental. Responsabilidade Socioambiental.</p>				
Bibliografia Básica				
<p>CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo. Política pública e gestão de serviços de saneamento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. 567 p. ISBN: 9788575414200.</p> <p>PHILIPPI JUNIOR, A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Manole, 2005. 842 p. (Ambiental, 2) ISBN: 8520421881.</p> <p>PHILIPPI Jr, A.; ROMERO, M. A. BRUNA, G.C. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole. 1045p. 2004.</p> <p>REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (ORG.). Águas doces no Brasil: [capital ecológico, uso e conservação]. 3ª ed. Escrituras, 750p. 2006.</p> <p>SUETÔNIO, M. Introdução à Engenharia Ambiental. 4ª ed. 388p. 2006.</p>				
Bibliografia Complementar				
<p>RESENDE, S. C. HELLER, L. O saneamento no Brasil - 2º ed. revis. 387p. 2008.</p> <p>PHILIPPI, A. J. Saneamento, Saúde e Ambiente. Coleção Ambiental. Editora Manole. 2005. 842p.</p> <p>BRASIL Fundação Nacional de Saúde. Manual de rotinas administrativas dos serviços municipais de saneamento ambiental (SMSA). FUNASA. 2006.</p> <p>DOURADO, M. C. (org). Direito ambiental e a questão amazônica. EDUFPA, 1991.</p> <p>MILARÉ, E. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7 ed. Revista dos Tribunais, 2011.</p> <p>DONAIRE, D. Gestão ambiental na empresa. 2 ed. ATLAS, 2012.</p> <p>MIHELIC, J.R. ZIMMERMAN, J. B. (Org). Engenharia Ambiental: Fundamentos, sustentabilidade e projeto. Editora LTC, 1ª ed. 2012.</p> <p>SUETÔNIO, M. Introdução à Engenharia Ambiental. 4ª ed. 388p. 2006.</p>				

Código:				
Disciplina:	Fundamentos de Cálculo			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa				
<p>Conjuntos numéricos, operações e propriedades: números naturais, inteiros, racionais e reais. Operações algébricas. Equações e inequações. Trigonometria. Funções reais (função afim, quadrática, polinomiais, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas).</p>				
Bibliografia Básica				
<p>ANTON, Howard; BIVENS, Irl; DAVIS, Stephen R. Cálculo: volume II. 10. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2014. 1v (várias paginações). ISBN: 9788582602454.</p> <p>IEZZI, G.; MURAKAMI, M. Fundamentos de matemática elementar: 1: conjuntos, funções. 9 ed. São Paulo: Atual, 2013.</p>				

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKAMI, M. Fundamentos de matemática elementar: 2 : logaritmos : complemento para o professor. 1 ed. São Paulo: Atual, 2013

STEWART, James. Calculo: volume 1. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 2v (533p). ISBN: 9788522106608.

THOMAS, George Brinton. Cálculo. 12.ed. São Paulo: Pearson, 2012. 634 p. ISBN: 9788581430867.

Bibliografia Complementar

OLIVEIRA, M. R.; RODRIGUES, M. Elementos de Matemática, vols. 0, 1. Fortaleza: VestSeller, 2011.

CASTRUCCI, B. Elementos de Teoria de Conjuntos. São Paulo: Nobel, 1980.

ALENCAR FILHO, E. Teoria Elementar dos Conjuntos. São Paulo: Nobel, 1976.

GIMENEZ, C.; STARKE, R. Introdução ao Cálculo. Florianópolis: UFSC, 2007

Código:

Disciplina: Ecologia Geral

Carga Horária Total: 60h CH Teórica: 50h CH Prática: 10h

Ementa

Histórico e Conceitos de ecologia. Noções de Ecologia de Populações e Comunidades. Associações/Relações Ecológicas. Principais componentes do ecossistema. Transferências de matéria e fluxo de energia. Ciclos Biogeoquímicos. O homem e a natureza.

Bibliografia Básica

BEGON, M.; TOWNSEND, C.R.; HARPER, J. L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4ª ed. Artmed. 2008, 752p.

ODUM, E. P.; BARRET, G.W. Fundamentos de Ecologia. Ed. Cengage Learning. 2011.

ODUM, E. P. Ecologia. Ed. Guanabara Koogan. 2012, 434p.

RICKLEFS, R. E. A. Economia da Natureza. Ed. Guanabara Koogan. 2012. 6ª ed. Artmed. 2012. 16

TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia. 3ª ed. Artmed. 2009, 576p.

Bibliografia Complementar

GOTELLI, N. J. Ecologia. 4ª. Ed. Planta. 2009, 287p.

BARBAULT, R. Ecologia geral: estrutura e funcionamento da biosfera. VOZES, 2011.

PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em ecologia. ARTMED, 2000.

VALENTIN, J. L. Ecologia numérica: uma introdução à análise multivariada de dados ecológicos. Interciência, 2000.

Código:

Disciplina: Sociedade, Natureza e Desenvolvimento

Carga Horária Total: 60h CH Teórica: 60h CH Prática: 0

Ementa

Poder, Estado, Sociedade e suas implicações para o Desenvolvimento Socioeconômico e a Conservação Ambiental. Diversidade Cultural, Desenvolvimento, Sustentabilidade.

Bibliografia Básica

CAVALCANTI, Clóvis (Org). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 5. ed. São Paulo Recife: Cortez Fundação Joaquim Nabuco, 2009. 429 p. ISBN: 9788524905728.

D'INCÁO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). A Amazônia e a Crise da Modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, 592p.

MINERVINO, Antônio Humberto Hamad; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo (org). Sociedade, natureza e desenvolvimento na Amazônia: vol. I. Santarém: Ufopa, 2019. 392 p. ISBN: 9788565791519.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 96p.

VARGAS, João Tristan; FARIA, Dóris Santos (Orgs.). Módulo Interdisciplinar Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Ciclo de Formação Interdisciplinar – pré-impresos. 1ª ed. Santarém: Ufopa, 2010.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento Sustentável o Desafio para o século XXI. Garamond (2005).

Bibliografia Complementar

ADAMS, C., MURRIETA, R., NEVES, W. (Orgs.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo SP: FAPESP, 2006, 362p.

BURGENMEIER, Beat. Economia do Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora Instituto Piaget, 2005, 320p.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 439 p.

CALVACANTI, Clóvis (Org.). Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. 3ª Edição. São Paulo, SP: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, 436p. Disponível on-line - Biblioteca Clasco.

MENDES, Armando Dias. A invenção da amazônia: alinhavos para uma história de futuro / Armando Dias Mendes. - 3. ed. rev. e aum Belém: BASA, 2006.

Código:				
Disciplina:	Ética			
Carga Horária Total:	30h	CH Teórica:	30h	CH Prática: 0
Ementa	Base Conceitual e histórica. Ética, Moral e Direito. Bioética. Ética ambiental. Ética profissional, e no ambiente de trabalho.			
Bibliografia Básica	CAMARGO, M. Fundamentos de Ética Geral e Profissional. 11ª Ed.: Petrópolis, RJ: Ed: Vozes, 2013. SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. S. Ética. 35ª ed. Rio de Janeiro: Ed: Civilização Brasileira, 2013. ALONSO, F. R; LOPES, F. G. Curso de Ética em Administração. São Paulo, Ed: Atlas, 2006. NOVAES, Adauto (org.). Ética. 1ª ed. Schwarcz. 1992. BURSZTYN, M. Ciência, ética e sustentabilidade. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. (ebook, com acesso gratuito).			
Bibliografia Complementar	OLIVEIRA, M. A. Ética e Racionalidade Moderna. São Paulo-SP. Ed: Loyola, 1993. (Coleção Filosofia, no 28). ISBN: 85-15-00841-6. PINTO, R. F. Pesquisa em Bioética - Bioética: a face humana da Ciência. Belém: Ed: Conhecimento e Ciência, v. 08 – Coleção Pós-graduação, 2008. ISBN: 978-85-61370-00-8. RIOS, T. A. Ética e Competência. 6ª Ed: São Paulo: Editora: Cortez, 1997. ISBN: 85-249-0492-5. LADRIÈRE, J. Ética e pensamento científico: abordagem filosófica da problemática bioética. LETRAS & LETRAS, 1999. PINTO, R. F. Pesquisa em bioética: bioética a face humana da ciência. CONHECIMENTO E CIÊNCIA, 2008.			

Código:				
Disciplina:	Optativa I			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa	Conjunto de disciplinas a serem escolhidas pelo estudante a partir do rol de disciplinas optativas presentes nesse PPC. Apresenta conteúdo variável de acordo com a ementa de cada disciplina optativa.			
Bibliografia Básica				

Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.

Bibliografia Complementar

Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.

Código:					
Disciplina:	Optativa II				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa	Conjunto de disciplinas a serem escolhidas pelo estudante a partir do rol de disciplinas optativas presentes nesse PPC. Apresenta conteúdo variável de acordo com a ementa de cada disciplina optativa.				
Bibliografia Básica	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.				
Bibliografia Complementar	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.				

Código:					
Disciplina:	Hidroinformática				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa	Conceitos fundamentais da hidrologia e análise de sistemas de recursos hídricos. Aplicação de tecnologias para tratamento de informações, análises e simulações da quantificação e uso eficiente da água em hidráulica, hidrologia, qualidade de água e gestão. Introdução à análise de dados, com aplicação por meio de linguagem de programação ou planilhas eletrônicas.				
Bibliografia Básica	FÁVERO, Luiz P. Análise de Dados. Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788595153226. FEITOSA, R. C., ROSSMAN, P. C. C., CASTRO, M. A. H. de, COSTA, C. T. Métodos numéricos em recursos hídricos. Vol. 8. ABRH, 2007. LOUCKS, D. P.; van BEEK, E. Water resources systems planning and management: an introduction to methods, models and applications. Paris: UNESCO, 2006. MENEZES, N. N. C. Introdução à Programação com Python: Algoritmos e Lógica de Programação Para Iniciantes. 2019 PORTO, R. L. L. (org). Técnicas quantitativas para o gerenciamento de recursos hídricos. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.				
Bibliografia Complementar	MUELLER, John P.; MASSARON, Luca. Python Para Data Science Para Leigos. Editora Alta Books, 2020. E-book. ISBN 978655201512. FILATRO, Andrea C. Data science da educação. Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9786587958446. GRUS, Joel. Data Science do Zero. Editora Alta Books, 2021. E-book. ISBN 9788550816463. POPESCU, Ioana. Computational Hydraulics: Numerical Methods and Modelling. Editora: IWA Publishing. DOI: https://doi.org/10.2166/9781780400457 . ISBN (eletrônico): 9781780400457. 2014				

Código:					
Disciplina:	Legislação Ambiental				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa					

A Norma ambiental, Hierarquia, princípios e resoluções. Atividade econômica e meio ambiente. A Evolução da Legislação Ambiental – constitucionalização do meio ambiente no Brasil, Responsabilidade objetiva; responsabilidades administrativa, civil e criminal decorrentes de danos ambientais; Atuação e atribuições do Ministério Público; Leis / Políticas Ambientais vigentes; Lei dos crimes ambientais

Bibliografia Básica

ANTUNES, P. B. Direito Ambiental. 19ª ed. São Paulo: GEN I ATLAS, 2017.

FIORILLO, C. A. P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MILARE, E. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco, doutrina, jurisprudência, glossário. 7ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PHILIPPI JR, A.; ALVES, A. C. Curso Interdisciplinar de Direito Ambiental. Barueiri: São Paulo, 2005.

BECKER, B. K.; STENNER, C. Um futuro para a Amazônia. São Paulo: Oficina de Texto, 2008.

Bibliografia Complementar

BRASIL. Legislação de direito ambiental. 2. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009. 939 p. (Coleção Saraiva de legislação) ISBN: 9788533911208.

FURTADO, Francisco Mória. Tutela internacional do meio ambiente: aspectos da influência da Eco-92 na legislação ambiental brasileira referente às "mudanças climáticas". Santarém, PA: 2011. 93 f.

PINTO, Uile Reginaldo (Org). Consolidação da legislação mineral e ambiental. 12. ed., atual. e rev. Brasília: LGE, 2010. xliii, 800 p.

Código:	
Disciplina:	Meteorologia e Climatologia
Carga Horária Total:	60h
	CH Teórica: 45h
	CH Prática: 15h

Ementa

Tempo e clima. Elementos e fatores climáticos. Estrutura e composição atmosférica. Elementos do clima e instrumentação meteorológica: Radiação Solar, Precipitação, Temperatura do ar, Umidade relativa do ar, Evaporação e Evapotranspiração, Pressão atmosférica, Vento. Circulação Geral da Atmosfera. Variações e mudanças climáticas. Classificações climáticas e climas regionais. Aquisição de dados meteorológicos. Aula prática de campo de instrumentação meteorológica e aplicações.

Bibliografia Básica

AYOADE, J. O. Introdução à climatologia para os trópicos. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. 332 p. ISBN: 8528604276.

MACHADO, Vanessa S. Princípios de climatologia e hidrologia. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595020733.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, c 2007. 206 p. ISBN: 9788586238543.

VIANELLO, R. L.; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações. 2. ed., rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2012. 460p. ISBN: 9788572694322.

TORRES, Fillipe Tamiozzo P.; MACHADO, Pedro José de O. Introdução à Climatologia. Cengage Learning Brasil, 2012. E-book. ISBN 9788522112609.

Bibliografia Complementar

VAREJÃO SILVA, M.A. Meteorologia e Climatologia. INMET, 2006, 463p. (Versão Digital 2).

FERREIRA, A.G. Meteorologia Prática. Oficina de Textos. 2006. 188p.

MACHADO, Vanessa S. Princípios de climatologia e hidrologia. Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595020733.

PEREIRA, A.R., ANGELOCCI, L.R., SENTELHAS, P.C.: Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas. Guaíba: Agropecuária, 2002, 478p.

Código:	
----------------	--

Disciplina:	Geologia Geral				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	15h
Ementa					
Origem e formação da Terra; minerais, rochas e minérios; tectônica de placas; processos formadores de rocha; formação do solo; águas subterrâneas e superficiais; geomorfologia. Dinâmica da Terra a partir de seus processos internos e externos. Condicionamento dos materiais geológicos e suas relações com a biosfera. Formação Geológica da Amazônia.					
Bibliografia Básica					
PRESS, F.; SIEVER, R.; GROTZINGER, J.; JORDAN, T. Para entender a Terra. Porto Alegre: Bookman, 4ª Ed. 2006, 656p.					
TEIXEIRA, W. TOLEDO, M. C. M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. Decifrando Terra. 2ª ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2009.					
WICANDER, REED; MONROE, JAMES S. Fundamentos de geologia. Cengage learning. 2011.					
POPP, José Henrique. Geologia Geral. 7.ed. Rio de Janeiro RJ: Livros Técnicos e Científicos, 2017. xix, 299 p. ISBN: 9788521631224.					
POPP, Jose Henrique. Geologia Geral. 6. ed. Rio de Janeiro RJ: Livros Técnicos e Científicos, 2010. xix, 299 p.					
Bibliografia Complementar					
SUGUIO, Kenitiro. A evolução geológica da terra e a fragilidade da vida. 2.ed. São Paulo: Blucher, 2010. 152p.					
VIEIRA, Ima Célia Guimarães; TOLEDO, Peter Mann de; SANTOS JUNIOR, Roberto Araújo Oliveira. Ambiente e sociedade na Amazônia: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 501 p. ISBN: 9788576173724.					
LANDIM, Paulo Milton Barbosa. Análise estatística de dados geológicos multivariados. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 208 p. ISBN: 9788579750328.					

Código:					
Disciplina:	Física Geral				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa					
Grandezas Físicas e unidades de Medida. Análise de movimentos. As Leis de Newton e aplicações. Energia: Fontes, tipos. Lei de Conservação. Trabalho, Potência e Energia. Conceitos de Termodinâmica (Temperatura, calor, calorimetria, Leis da Termodinâmica). Dinâmica dos fluidos: densidade, pressão, noções de escoamento, tensão superficial. Equação da continuidade. Princípios de Bernoulli. Fenômenos eletromagnéticos.					
Bibliografia Básica					
BAUER, Wolfgang; WESTFALL, Gary D.; DIAS, Helio. Física para Universitários. Grupo A, 2012. E-book. ISBN 9788580551266.					
BREITHAUPT, Jim. Física, 4ª edição. Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788521635109.					
HALLIDAY, D. e RESNICK, R., "Fundamentos de Física", volume 1/ Mecânica. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.					
HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; MERRILL, John. Fundamentos de física: volume 2, gravitação, ondas e termodinâmica. Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2016.					
HEWITT, Paul G. Física Conceitual. 11ª edição. Porto Alegre-RS: Editora Bookman, 2011.					
TRIPLER, P.A., "Física – mecânica; oscilações e ondas; termodinâmica", Vol. 1, Editora LTC –Livros Técnicos e Científicos S.A.					
Bibliografia Complementar					
ALONSO, M. e FINN, E.J. - "Física - Um curso Universitário", 1a ed., Editora Edgard Blucher Ltda.					
NUSSENZVEIG, H.M., "Curso de Física Básica"1, Mecânica, Editora Edgard Blucher Ltda.					

OKUNO, Emico; CALDAS, Iberê Luiz; CHOW, Cecil. Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harbra, c 1986. 490 p. ISBN: 9798529401316.

SEARS, F.; ZEMANSKY, M.W.; YOUNG, H.D. e FREEDMAN, R.A., “Física” I, Mecânica. Ed. Addison Wesley.

Código:				
Disciplina:	Estatística Aplicada			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa				
Delineamento e Produção de dados. Conceitos básicos de estatística, Variáveis, População, Amostra. Introdução a Probabilidade. Teoria da Amostragem. Distribuições Amostrais. Experimentos. Protocolos e Instrumentos para coleta de dados. Organização de planilhas. Conceitos em tabelas, objetos e atributos.				
Bibliografia Básica				
BOLFARINE, H. BUSSAB, W. O. Elementos de amostragem. 1ª edição. Ano: 2005. 290 págs. Brochura. ISBN 13:9788521203674. ISBN: 8521203675				
MORETTIN, P. A. BUSSAB, W. O. Estatística básica. São Paulo. Saraiva 2002, 540p.				
FERREIRA, P. V. Estatística Experimental aplicada às ciências agrárias. Ed. UFV, 2018. ISBN: 978-85-7269-566-4. 588p.				
MOORE, David S. A estatística básica e sua prática. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. xx, 626 p. ISBN: 9788521634218.				
VIEIRA, S.; HOFFMANN. R. Elementos de estatística. São Paulo: Atlas, 1990.				
ZAR, J. H. Biostatistical Analysis. 5a. ed. Prentice Hall. 2012.				
Bibliografia Complementar				
MOORE, D.S. A estatística básica e sua prática. 2º ed. Editora LTC. 2011.				
VIEIRA, S. Bioestatística: tópicos avançados. 3ºed. Editora: ELSEVIER. 2010.				
VIEIRA, S. Introdução a Bioestatística. 4º ed. Editora: ELSEVIER. 2008.				
LARSON. R. Estatística aplicada. 4º Ed. Editora: PEARSON EDUCATION. 2012.				
MARTINS, G. A.; DONAIRE, D. Princípios de estatística: 900 exercícios resolvidos e propostos. 4º ed. Editora: Atlas. 1993.				
SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. H.; LUCIO, M. P. B. Metodologia de pesquisa. 5. Ed– Porto Alegre: penso, 2013. ISBN 978-85-65848-28-2				

Código:				
Disciplina:	Limnologia			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	40h	CH Prática: 20h
Ementa				
Introdução à limnologia. Estrutura e organização dos sistemas aquáticos continentais. Os sistemas fluviais. Os sistemas lacustres. Estuários. Química da água e processos biológicos. Produção primária. Produção secundária. Necton. Bentos. Amostragem em limnologia. Consequências das atividades humanas sobre os hidrossistemas. Práticas de campo.				
Bibliografia Básica				
BICUDO, C. E. M. & C. BICUDO, D. Amostragem em Limnologia. São Carlos, RiMa. 2004.				
BICUDO, Denise de C; BICUDO, Carlos E. de (Orgs). Amostragem em limnologia. 2. ed. São Paulo: Rima, 2007. 351 p. ISBN: 9788576561200.				
ESTEVES, F. A. (Coordenador). Fundamentos de Limnologia. 3ª ed. Rio de Janeiro. Interciência. 2011.				
TUNDISI, J. G. & MATSUMURA TUNDISI, T. Limnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.				

TOMÉ, Adrielle de Castro. Aspectos limnológicos de lago de várzea e de terra firme na confluência dos rios Amazonas e Tapajós no período de águas altas. Santarém, Pará: s.n, 2017. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental.

WETZEL, R. G. Limnologia. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa. 1993.

Bibliografia Complementar

BICUDO, C. E. M. Algas de águas continentais brasileiras – chave ilustrada para identificação de gêneros. Fundação brasileira para o desenvolvimento do ensino de ciências. São Paulo. 1970.

CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. 2ª ed. Edgar Blucher. São Paulo. 1980.

LOURDES, M. A.; MOOR-LOUREIRO. Manual de identificação de cladóceros límnicos do Brasil. Brasília: Universa.1997.

MACHADO, C. J. S. Gestão de águas doces. São Paulo: Interciência. 2004.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos. 3º Ed. Editora: BERTRAND BRASIL. 2011.

REID, J. W. Chave de identificação e lista de referências bibliográficas para as espécies continentais sulamericanas de vida livre da ordem CYCLOPOIDA (CRUSTACEA, COPEPODA). Boletim de Zoologia, Vol. 9, USP. 1985.

Código:					
Disciplina:	Poluição de Ambientes Aquáticos				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h		CH Prática: 0
Ementa					
Conceitos fundamentais de ecologia; Conceitos fundamentais de ecologia II; Eutrofização cultural; Fontes pontuais e não pontuais de poluição; autodepuração; contaminação microbiológica (patógenos) em águas naturais; noções de ecotoxicologia e toxicidade; deposição ácida; poluição dos ambientes aquáticos por pesticidas e metais tóxicos; substâncias tóxicas persistentes; poluição de águas subterrâneas; poluição de águas superficiais por óleo; poluição industrial das águas superficiais; agentes tóxicos não intencionais nos ambientes aquáticos.					
Bibliografia Básica					
BARSANO, P. R., BARBOSA, R. P., VIANA, V. J. Poluição ambiental e saúde pública. Ed. Saraiva. 2014. 128 p.					
CANTO, Otávio do; LE TOURNEAU, François-Michel (org). Amazônia brasileira: situações locais e evoluções. Belém, PA: NUMA/UFPA, 2019. 2 v. ISBN: 9788588998711/97885889987282.					
LINS, Alba Lucia Ferreira de Almeida. Amazônia, zona costeira: termos técnicos e populares. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2014. 352p. ISBN: 9788561377748.					
ODUM, E. P. Fundamentos de Ecologia. 5. ed. Cengage Learning. São Paulo. 2011					
REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. (ORG.). Águas doces no Brasil: [capital ecológico, uso e conservação]. 3ª ed. Escrituras, 750p. 2006.					
Bibliografia Complementar					
ARMAS, E. D., MONTEIRO, R.T. , R. Uso de agrotóxicos em cana-de-açúcar na bacia do rio Corumbataí e o risco de poluição hídrica. Química Nova. V. 28, n. 6, p. 975-982. 2005.					
FERREIRA, J.P.C.L. Vulnerabilidade à proteção de águas subterrâneas: fundamentos e conceitos para uma melhor gestão e proteção dos aquíferos de Portugal. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422005000600008					
REZENDE, C. F., CARAMASCHI, E. M.P., MAZZONI, R. Fluxo de energia em comunidades aquáticas, com ênfase em ecossistemas lóticos. Oecol. Bras. V. 12, n. 4, p. 626-634. 2008. Disponível https://www.researchgate.net/profile/Carla_Rezende/publication/228369473_Fluxo_de_energia_em_comunidades_aquaticas_com_enfase_em_ecossistemas_loticos/links/02e7e5231083c5846e000000/Fluxo-de-energia-em-comunidades-aquaticas-com-enfase-em-ecossistemas-loticos.pdf					

ANDRADE, L. N. Autodepuração dos corpos d'água. Revista da Biologia. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revbiologia/article/view/108617/106924>

COSTA, C. E., et al. Chuva ácida: estudo de caso na região metropolitana de Belém/PA. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - Vol. 4: Congestas 2016. Disponível em: <http://eventos.ecogestaobrasil.net/congestas2016/trabalhos/pdf/congestas2016-et-05-015.pdf>

FORNARO, A. Águas de chuva: conceitos e breve histórico. Há chuva ácida no Brasil? Revista USP. N. 70. P. 78-87. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13533/15351>

TRINDADE, P.B.C.B., MENDONÇA, A.S.F. Eutrofização em reservatórios – Estudo de Caso: reservatório de Rio Bonito (ES). Eng. Sanit. Ambiental. V. 19, n. 3, p. 275-282. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/esa/v19n3/1413-4152-esa-19-03-00275.pdf>

MANSOR, M. T. C., FILHO, J. T., ROSTON, D. M. Avaliação preliminar das cargas difusas de origem real, em uma sub-bacia do rio Jaguari, SP. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. V. 10, N. 3, P. 715-723. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeaa/v10n3/v10n3a26.pdf>

CUNHA, A. C., et al. Qualidade microbiológica das águas em rios de áreas urbanas e periurbanas no Baixo Amazonas: o caso do Amapá. Eng. Sanit. Ambient. V. 9, n.4, p. 322-328. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/esa/v9n4/v9n4a08.pdf>

FRITZSONS, E. Et al. A influência das atividades mineradoras na alteração do pH e da alcalinidade em águas fluviáteis: o exemplo do rio Capivari, região do carste paranaense. Eng. Sanit. Ambient. V. 14, n. 3, p. 381-390. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/esa/v14n3/v14n3a12.pdf>

DELLAMATRICIDE, P. M., MONTEIRO, R. T. R. Principais aspectos da poluição de rios brasileiros por pesticidas. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental. V. 18, n. 12, p. 1296-1301. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbeaa/v18n12/a14v18n12.pdf>

Código:				
Disciplina:	Hidrologia			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	45h	CH Prática: 15h
Ementa				
Introdução à Hidrologia. Ciclo hidrológico. Bacia Hidrográfica. Precipitação. Interceptação. Escoamento Superficial. Infiltração. Evapotranspiração. Águas Subterrâneas. Medições de Vazão.				
Bibliografia Básica				
GARCEZ, L. N.; ALVAREZ, G.A. Hidrologia – São Paulo, Editora Edgard Blücher, 291p., 1988.				
COLLISCHONN, W; DORNELLES, F Hidrologia para engenharia e ciências ambientais. Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRH), 2º impressão, Porto Alegre, 336p. 2015. ISBN:97885886863422015 (Livro digital)				
MACHADO, Vanessa S. Princípios de climatologia e hidrologia. Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595020733.				
PIMENTEL, Luciene. Hidrologia - Engenharia e Meio Ambiente. Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788595155510.				
PINTO, Nelson L. de S.; HOLTZ, Antonio Carlos T.; MARTINS, José A.; et al. Hidrologia básica. Editora Blucher, 1976. E-book. ISBN 9788521217886.				
Bibliografia Complementar				
JÚNIOR, Antenor Rodrigues B. Elementos de hidrologia aplicada. Editora Blucher, 2022. E-book. ISBN 9786555060812.				
STEIN, Ronei T.; SANTOS, Franciane M dos; PELINSON, Natália de S.; et al. Hidrologia e Drenagem. Grupo A, 2022. E-book. ISBN 9786556902760.				
TUCCI. C.E.M. Hidrologia: ciência e aplicação. 4º. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ ABRH, 2009. 943 p.				
VILLELA, S.M.; MATTOS, A. Hidrologia aplicada. São Paulo: Ed. McGraw-Hill do Brasil Ltda., 1975. 245p.				

Código:					
Disciplina:	Geoinformação aplicada				
Carga Horária	60h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	15h
Total:					
Ementa					
Compreensão da superfície terrestre; Sistemas de coordenadas geográficas; Introdução a cartografia; Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento; Referências de posicionamento na superfície; Qgis e suas aplicações; Criação de mapas.					
Bibliografia Básica					
CORREA, Marques P. Topografia e geoprocessamento. Grupo A, 2017. E-book. ISBN 9788595022713.					
FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de textos, c 2008. 143p. ISBN: 9788586238765.					
FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 160p. ISBN: 9788586238826.					
SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares (org). Geoprocessamento & Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 328 p. ISBN: 9788528614893.					
STEIN, Ronei T.; SANTOS, Franciane M dos; REX, Franciel E.; et al. Geoprocessamento. Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902852.					
Bibliografia Complementar					
JOLY, F. A Cartografia. Papirus. 2011. 136p.					
MARTINELLI, M. Cartografia Temática: Caderno de Mapas. EDUSP. 2016. 186.					
FERREIRA, Marcos César. Análise Geoespacial: teoria, técnicas e exemplos para geoprocessamento. São Paulo: Unesp, 2014. 343 p. ISBN: 9788539305377.					
QGIS Development Team, 2023. QGIS Geographic Information System. Open Source Geospatial Foundation Project. http://qgis.osgeo.org					

Código:					
Disciplina:	Química Geral				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa					
Teoria Atômica. Tabela periódica e Ligação química. Funções Inorgânicas. Estequiometria. Estado gasoso. Soluções. Cinética Química. Equilíbrio Químico. Apresentação de princípios fundamentais de Química Orgânica. Aspectos estruturais e eletrônicos das moléculas orgânicas. Correlação entre estrutura e propriedades químicas e físicas de substâncias orgânicas.					
Bibliografia Básica					
BETTELHEIM, Frederick A; CAMPBELL, Mary K. Introdução à química geral, orgânica e bioquímica. São Paulo: Cengage Learning, c2012. 781p. ISBN: 9788522110735.					
BRADY, James E. Química geral: vol.1. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2013. 410p. ISBN: 9788521604488.					
BAIRD, C.; CANN, M. Química ambiental. Bookman. 4ª. Ed, 844p. 2011.					
CHANG, R. Química Geral: Conceitos Essenciais. AMGH. 4ª ed, 2010. 720p.					
KOTZ, J.C; Treichel Jr, P.M. 2010. Química e reações químicas. 6ª ed. Cengage Learning.					
RUSSEL, J. B. Química Geral. 2a. Ed. Pearson Makron Books, 782p. 1994					
Bibliografia Complementar					
MCMURRY, J. Química Orgânica. Volume 1. 4a Ed.CENGAGE LEARNING, 2012.					
MCMURRY, J. Química Orgânica. Volume 2. 4a Ed.CENGAGE LEARNING, 2012.					
MASTERTON, W. L. SLOWINSKI, E. J.; STANITSKI, Conrad L. Princípios de química. LTC, 2012.					

ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. BOOKMAN, 2012.

MAIA, D. J. BIANCHI, J. C. A. Química geral: fundamentos. PEARSON PRENTICE HALL, 2011

Código:				
Disciplina:	Optativa III			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa				
Conjunto de disciplinas a serem escolhidas pelo estudante a partir do rol de disciplinas optativas presentes nesse PPC. Apresenta conteúdo variável de acordo com a ementa de cada disciplina optativa.				
Bibliografia Básica				
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.				
Bibliografia Complementar				
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.				

Código:				
Disciplina:	Qualidade da Água			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	30h	CH Prática: 30h
Ementa				
Conceitos básicos. Importância da qualidade da água para a gestão ambiental. Qualidade das águas subterrâneas e superficiais: aspectos legais para a conservação da vida aquática, potabilidade, balneabilidade, cultivo, emissão de efluentes e monitoramento. O protocolo de coleta, preservação e armazenamento de amostras. Controle de contaminação das amostras. Práticas de campo e laboratório.				
Bibliografia Básica				
ANA. 2011. Guia nacional de coleta e preservação de amostras: água, sedimento, comunidades aquáticas e efluentes líquidos. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Organizadores: Carlos Jesus Brandão [et al.]. - São Paulo: CETESB; Brasília. 326 p.				
PHA, AWWA, WEF. 2017. Standard Methods for examination of water and wastewater. 23rd ed. Washington: American Public Health Association. 1360 pp.				
BICUDO, C. E. M. & C. BICUDO, D. Amostragem em Limnologia. São Carlos, Rima. 2004.				
BRASIL. FUNASA. Manual prático de análise de água. 1ª ed. Brasília, 2004.				
LIBÂNIO, Marcelo. 2016. Fundamentos de Qualidade e Tratamento de Água – Campinas, São Paulo: Editora Átomo. 4ª Ed. 640p.				
MACÊDO, J. A. B. Métodos laboratoriais de análises físico-químicas e microbiológicas. 3ª ed., CRQ-MG. 2005, 601 p.				
Bibliografia Complementar				
DI BERNARDO, L.; DANTAS, A. D.B. Métodos e técnicas de tratamento de água. Vol. 1 e vol. 2, 2ª edição, 2005.				
JORDÃO, E.P; PESSOA C.A. Tratamento de Esgoto doméstico. Ed. CETESB, São Paulo, SP. 1995.				
PIVELI, R.P. e KATO, M. T. Qualidade das Águas e Poluição: Aspectos Físico-Químicos. Ed. 1ª. Editora ABES, 2005.				
VON SPERLING, M. Princípios de tratamento biológico de águas residuárias. Vol. 1: Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos. Ed. UFMG, Belo Horizonte. 1995.				

Código:				
Disciplina:	Gestão de Bacias Hidrográficas			

Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa					
<p>Conceito de bacias hidrográficas. Principais bacias hidrográficas brasileiras. Políticas Nacional e Estadual dos Recursos Hídricos. A bacia hidrográfica e os recursos hídricos como unidade básica para a análise e planejamento do território. Manejo de ecossistemas e bacias hidrográficas e o Processo de Planejamento (conceitos e aplicações). Conservação do solo e da água. Gestão de recursos hídricos. Educação ambiental no contexto da bacia hidrográfica como unidade de gestão. O papel do Comitê de Bacias Hidrográficas.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>FELICIDADE, N.; MARTINS, R. C.; LEME, A. A. Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil. 2º ed. Editora: RIMA. 2006.</p> <p>LIMA, W.P. & ZAKIA, M. J. B. As Florestas Plantadas e a Água. Rima Editora, CNPq. 2006, 226p. 11</p> <p>MACHADO, C. J. S. Gestão de águas doces. 1º ed. Editora: Interciência. 2004.</p> <p>POLETO, Cristiano. Bacias hidrográficas e recursos hídricos. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 249p. ISBN: 9788571933484.</p> <p>SCHIEL, Dietrich. O Estudo de Bacias hidrográficas: uma estratégia para educação ambiental. 2. ed. São Carlos, SP: RiMa, 2003. 188 p.</p>					
Bibliografia Complementar					
<p>GARCEZ, L. N.; ACOSTA ALVAREZ, G. Hidrologia. 2 ed. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1988. Reimpressão em 2012. 304p.</p> <p>MAGALHÃES JÚNIOR, A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos. 3º Ed. Editora: BERTRAND BRASIL. 2011.</p> <p>PINTO, N. L. S. et al. Hidrologia Básica. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, 1976. Reimpressão em 2011. 278p.</p> <p>REBOUÇAS, A C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. 3º Ed. Editora: ESCRITURAS. 2006.</p> <p>SILVA, A. M.; SCHULZ, H. E.; CAMARGO, P. B. Erosão e hidrossedimentologia em bacias hidrográficas. 2ª ed. São Carlos, SP: Rima, 2007.</p>					

Código:					
Disciplina:	Química Ambiental				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa					
<p>Introdução à Química Ambiental - Natureza e Composição das Águas Naturais Gases na Água. Acidez da água e dióxido de carbono na Água. Alcalinidade. Complexação e quelação. Poluição e tipos de poluentes na água. Poluentes elementares, Metais pesados. Oxigênio, oxidantes e redutores. Pesticidas na água. Natureza, Composição da Atmosfera e sua importância. Características físicas da atmosfera, inversões e poluição do ar. Reações químicas e fotoquímicas na atmosfera. Reações ácido-base na atmosfera. Partículas Atmosféricas. Poluentes Inorgânicos gasosos. Produção e controle de monóxido de carbono. Fontes e reações de dióxido de enxofre e o ciclo do enxofre na atmosfera. Óxidos de nitrogênio na atmosfera. Chuva ácida. Amônia na atmosfera. Química Ambiental do Solo e agricultura. Reações ácido-base e de troca-iônica em solos. Macronutrientes e micronutrientes no solo. Nitrogênio, fósforo e potássio no solo. Degradação e perda do solo.</p>					
Bibliografia Básica					
<p>BAIRD, C.; CANN, M. Química Ambiental. Ed. Bookman. 4 ed. 628 p. 2011.</p> <p>HARRIS, Daniel C. Análise química quantitativa. Rio de Janeiro: LTC, c2017. xvii, [12]p de estampas, 774 p. ISBN: 9788521634386.</p> <p>LUNA, Aderval S. Química analítica ambiental. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003. 162p. ISBN: 9788575110416.</p> <p>ROCHA, J. C.; ROSA, A. H.; CARDOSO, A. A. Introdução à química ambiental. 2 ed. Ed. Bookman. 577 p. 2009.</p>					

SPIRO, T. G.; STIGLIANI, W. M. Química ambiental. 2 ed. Ed. Pearson Makron Books. 540 p. 2011.
Bibliografia Complementar
SHRIVER, D. Química Inorgânica. 4 ed. Ed. Bookman. 546 p. 2008.
SOLOMONS, T.; GRAHAM, W.; FRYHLE, C. B. Química orgânica, V. 1 Ed. LTC. 10 ed., 547 p. 2012.
SOLOMONS, T.; GRAHAM, W.; FRYHLE, C. B. Química orgânica, V. 2 Ed. LTC. 10 ed. 547 p. 2012.
BRADY, N. C.; WELL, R. R. Elementos da natureza e propriedades do solo. 3 ed. Ed. Bookman. 631 p. 2013.
LENZI, E.; FAVERO, L. O. B. Introdução à química da atmosfera: ciência, vida e sobrevivência. Ed. LTC. 551 p. 2011.

Código:			
Disciplina:	Gestão de Resíduos		
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h
		CH Prática:	0
Ementa	Problemática ambiental e social sobre resíduos sólidos. Conceituação, classificação e caracterização de resíduos sólidos. Instrumentos legais e normativos. Educação ambiental para resíduos sólidos. Etapas do gerenciamento de resíduos sólidos. Disposição final de resíduos sólidos. Limpeza pública de espaços urbanos.		
Bibliografia Básica	<p>ABNT. 2004. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 10.004 Resíduos Sólidos - Classificação. 77p.</p> <p>BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, dispõe a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 3 de ago. 2010.</p> <p>MIHELIC, J. R.; ZIMMERMAN, J. B. Engenharia ambiental: fundamentos sustentabilidade e projeto. Rio de Janeiro: LTC, 2012.</p> <p>PEREIRA-NETO, J.T. Gerenciamento de lixo: aspectos técnicos e operacionais. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.</p> <p>LIMA, L. M. Q. Lixo: tratamento e biorremediação. 3ª ed. São Paulo: HEMUS. 2004. 270p.</p>		
Bibliografia Complementar	<p>ABNT. 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, NBR 13.221. Transporte terrestre de resíduos. 4p.</p> <p>MMA – Ministério do Meio Ambiente. Guia para elaboração dos Planos de Gestão de Resíduos Sólidos. Brasília, 2011.</p> <p>MMA – Ministério do Meio Ambiente. Planos de Gestão de Resíduos Sólidos: manual de orientação. Brasília, 2012.</p> <p>MONTEIRO, J. H. P. et al. Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.</p> <p>PEREIRA-NETO, J.T. Manual de compostagem: processo de baixo custo. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2007.</p> <p>PHILIPPI – JR, A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.</p> <p>PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. Guia para a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios brasileiros de forma efetiva e inclusiva. 2013. Disponível em: <http://www.cidadesustentaveis.org.br/residuos/publicacao-residuos-solidos-programa-cidades-sustentaveis-baixa.pdf>.</p> <p>Periódicos:</p> <p>Revista ESA</p>		

- Biocycle
- Waste Manag
Normas e Legislações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
- Normas e Legislações da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
- Normas e Legislações da SMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
- Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.

Código:					
Disciplina:	Gestão de Unidade de Conservação				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	0
Ementa					
Histórico de criação das unidades de conservação. Sistema nacional de unidades de conservação da natureza. Conselho gestor e plano de manejo de unidades de conservação. Gestão de unidades de conservação. Perfil do gestor de unidades de conservação. Unidades de conservação na Amazônia.					
Bibliografia Básica					
BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Fortalecimento comunitário em unidade de conservação: desafios, avanços e lições aprendidas no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Brasília, DF: MMA, 2018. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/mma/fortalecimento_comunitario_em_unidades_de_conservacao.pdf					
BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm					
CASES, M. O. Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação. Brasília: WWF-Brasil e IPÊ, 2012. 397 p. Disponível em: https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/gestao_de_unidades_de_conservacao.pdf .					
PIRES, Anderson S.; STEIN, Ronei T.; OLIVEIRA, Fabiane C M.; et al. Gerenciamento de unidades de conservação. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595023406.					
Bibliografia Complementar					
BARROS, B. J. M. Floresta Nacional do Tapajós: território, economia, gestão e manejo de recursos naturais na Amazônia. Santarém: Ufopa, 2018. 223 p. (5)					
MORSELO, C. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo. 2. Ed. São Paulo: Annablume/Fapesp. 344p. 2006. (8)					
MARTINS, D. R. Unidades de Conservação no Brasil - o caminho da Gestão para Resultados. São Carlos: Rima Editora, 2012. 536 p. (1)					
YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. (Organizadores). Quanto vale o verde: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. 180p. Disponível em: https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Quanto-vale-o-verde.pdf					

Código:					
Disciplina:	Optativa IV				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	0
Ementa					
Conjunto de disciplinas a serem escolhidas pelo estudante a partir do rol de disciplinas optativas presentes nesse PPC. Apresenta conteúdo variável de acordo com a ementa de cada disciplina optativa.					
Bibliografia Básica					
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.					

Bibliografia Complementar			
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.			

Código:			
Disciplina:	Optativa V		
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica: 45h	CH Prática: 0
Ementa			
Conjunto de disciplinas a serem escolhidas pelo estudante a partir do rol de disciplinas optativas presentes nesse PPC. Apresenta conteúdo variável de acordo com a ementa de cada disciplina optativa.			
Bibliografia Básica			
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.			
Bibliografia Complementar			
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.			

Código:			
Disciplina:	Avaliação de Impactos Ambientais		
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 30h
Ementa			
Efeitos da ação antrópica sobre os ecossistemas. Conceitos e definições em Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). O processo de Avaliação de Impacto Ambiental e seus objetivos. Etapa de triagem em AIA. Etapas do planejamento e da elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Identificação de impactos ambientais. Estudos de base e diagnóstico ambiental. Mitigação e Plano de Gestão Ambiental (PGA). Comunicação em avaliação de impacto ambiental (RIMA). Análise técnica dos estudos ambientais. Participação pública nos estudos de impacto ambiental. Estudos de caso e estudos de impacto ambiental.			
Bibliografia Básica			
BARBOSA, Rildo Pereira. Avaliação de risco e impacto ambiental / Rildo Pereira Barbosa. – 1. ed. – São Paulo : Érica, 2014.			
JR., Arlindo P.; ROMÉRO, Marcelo de A.; BRUNA, Gilda C. Curso de Gestão Ambiental. Editora Manole, 2014. E-book. ISBN 9788520443200.			
SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. 1ª ed. Oficina de texto. 2006			
SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos. 2ª ed. Oficina de texto. 2013			
STEIN, Ronei T. Avaliação de impactos ambientais. Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595023451.			
Bibliografia Complementar			
CANOTILHO, J. J. G.; LEITE, J. R. M. Direito constitucional ambiental brasileiro. Saraiva, 2011. 12			
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Avaliação e perícia ambiental, 2012.			
DOURADO, M. C. Direito ambiental e a questão amazônica. EDUFPA, 1991.			
PHILIPPI Jr, A.; ROMERO, M. A. BRUNA, G. C. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole. 2004			
LEGISLAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (http://www.mma.gov.br/conama): Resoluções 001/1986, 010/1990, 237/1997, 305/2002 LEI 6.938 de 31/08/1981 (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938org.htm).			

Código:			
Disciplina:	Tecnologias Limpas		
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica: 30h	CH Prática: 15h
Ementa			

Evolução histórica das práticas de gestão ambiental voltadas à prevenção à poluição; Conceitos de Produção mais Limpa (P+L) e Prevenção à Poluição (PP); desenvolvimento, implementação e avaliação de projetos de P+L e PP; inovação tecnológica na área de tecnologias limpas.

Bibliografia Básica

ANDRADE, R. O. B., TACHIZAWA, T., CARVALHO, A. B. Gestão Ambiental. São Paulo: Makron Books, 2000.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB. Manual para implementação de um programa de prevenção à Poluição. 4. ed. São Paulo: CETESB, 2002.16 p.

Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/camaras-ambientais/wp-content/uploads/sites/21/2013/12/manual_implem.pdf

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CEBDS. Guia de produção mais limpa. Rio de Janeiro: CEBDS, 2002. Disponível em: <http://cebds.org/wp-content/uploads/2016/09/Guia-Pra%CC%81tico-de-PmaisL.pdf>

MIHELIC, J. R., ZIMMERMAN J. B. (Org.). Engenharia Ambiental: Fundamentos, sustentabilidade e projeto. 1ª ed. Editora LTC, 2012.

PINHEIRO, Ana L. da Fonseca B.; PINHEIRO, Antônio C. da Fonseca B.; CRIVELARO, Marcos. Tecnologias Sustentáveis. Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536532509.

Bibliografia Complementar

CHEHEBE, J. R. B. Análise do Ciclo de Vida de Produtos: Ferramenta Gerencial da ISO 14000. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., CNI, 2002.

FIGUEIRA, C. A. M. LODGE: desenvolvimento e preservação do meio ambiente. UFPA/NUMA. 1994.

GOLDEMBERG, J., LUCON, O. Energia, meio ambiente e desenvolvimento. EDUSP, 3ª ed. 8, 2011.

Código:	
Disciplina:	Biotecnologia
Carga Horária Total:	60h
	CH Teórica: 50h
	CH Prática: 10h

Ementa

Histórico, conceitos e perspectivas da biotecnologia e da multidisciplinaridade. Importância da biodiversidade para a biotecnologia. Principais técnicas biotecnológicas utilizadas nas diferentes áreas do conhecimento biológico. Tópicos de engenharia genética. Os organismos transgênicos e a clonagem. Cultura de tecidos. Noções de nanotecnologia. Patentes e CTNBio (Legislação de Biossegurança – Lei 11.105 e suas Resoluções Normativas).

Bibliografia Básica

MALAJOVICH, Maria Antonia. 2004. Biotecnologia. Ed. Axcel Books.

MOSER, Antônio. 2004. Biotecnologia e bioética:para onde vamos? Petrópolis, RJ. Ed Vozes

SCHRAMM, Fermin Roland. 2015. Três ensaios de bioética.Rio de Janeiro, RJ. Fiocruz. 177p

SCHMIDELL, Willibaldo. 2001. Biotecnologia industrial: fundamentos. São Paulo. Blucher

PIERCE, Benjamin A. 2016. Genética: um enfoque conceitual. 5ªEd. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan

Bibliografia Complementar

BUCHANAN, B.B., GRUISSEM, W., JONES, R.L. 2000. Biochemistry & molecular biology of plants. Rockville: American Society of Plant Physiologists. 1367p.

Varella, Marcelo Dias. 1996. Propriedade intelectual de setores emergentes: biotecnologia, fármacos e informática. São Paulo. Atlas.

VALLE, Silvio; Teixeira, Pedro. 1996. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro. FIOCRUZ.

Código:	
Disciplina:	Metodologia do Trabalho Científico

Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	0
Ementa					
Filosofia da ciência. Gênese do método científico. Delineamento experimental. Técnicas de redação científica. Estrutura de um trabalho científico. Estratégias para redigir trabalhos científicos: título, palavras chave, introdução, objetivos, materiais e métodos, resultados, discussão, conclusões, referências, tabelas e figuras. Leitura de artigos. Redação de projeto de pesquisa. Preparação de manuscrito para publicação. Técnicas de apresentação de trabalhos científicos em eventos: pôster e apresentação oral.					
Bibliografia Básica					
ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação / Maria Margarida de Andrade; colaboração de João Alcino de Andrade Martins. - 10. ed. 10.reimp. - São Paulo: Atlas, 2018.					
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. - 24 ed. - São Paulo: Cortez, 2016.					
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico : projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021, xvi, 244 . p.					
MARCONI, Marina de Andrade, 1923 - Metodologia científica / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos ; atualização João Bosco Medeiros. – 8. ed. – Barueri [SP] : Atlas, 2022.					
MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica / José Matias-Pereira. – 4. ed. - [3. Rempr.]. – São Paulo: Atlas, 2019.					
Bibliografia Complementar					
HARDY, H.. Instruções para escrever um projeto de pesquisa. Ed. Cemicamp, Campinas. 60 pp.					
MATTAR, JOÃO. 2008. Metodologia científica na era da informática. 3ª ed. Saraiva.					
PRESTES, M. L. M. A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia. Editora Réspel. 4ª Ed. São Paulo, 2011. 312 pp.					
VOLPATO, G. L. Método lógico para redação científica. Editora Best Writing. 2011. 320 pp.					
VOLPATO, G. L.. Bases teóricas para redação científica. Editora Cultura acadêmica e Editora Scripta, Vinhedo. 2007. 125 pp.					

Código:					
Disciplina:	Optativa VI				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	0
Ementa					
Conjunto de disciplinas a serem escolhidas pelo estudante a partir do rol de disciplinas optativas presentes nesse PPC. Apresenta conteúdo variável de acordo com a ementa de cada disciplina optativa.					
Bibliografia Básica					
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.					
Bibliografia Complementar					
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.					

Código:					
Disciplina:	Optativa VII				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa					
Conjunto de disciplinas a serem escolhidas pelo estudante a partir do rol de disciplinas optativas presentes nesse PPC. Apresenta conteúdo variável de acordo com a ementa de cada disciplina optativa.					
Bibliografia Básica					
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da					

disciplina.
Bibliografia Complementar
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.

Código:				
Disciplina:	Optativa VIII			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa	Conjunto de disciplinas a serem escolhidas pelo estudante a partir do rol de disciplinas optativas presentes nesse PPC. Apresenta conteúdo variável de acordo com a ementa de cada disciplina optativa.			
Bibliografia Básica	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.			
Bibliografia Complementar	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.			

Código:				
Disciplina:	Atividades Complementares			
Carga Horária Total:	205h	CH Teórica:	-	CH Prática:
Ementa	Serão consideradas atividades complementares a participação do discente nas seguintes modalidades: seminários, congressos, exposições, estudos de caso, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário, produções coletivas, monitorias, projetos de ensino, ensino dirigido, aprendizado de novas tecnologias de ensino, projetos de iniciação científica, programas tutoriais, projetos de pesquisas, cursos e minicursos, semanas acadêmicas, produções científicas e outras ações correlatas à sua área de estudo de forma a permitir a integralização de seu curso de graduação.			
Bibliografia Básica	Resolução nº 331, de 28 de setembro de 2020 - Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará.			

Código:				
Disciplina:	Atividades de extensão			
Carga Horária Total:	260h	CH Teórica:	-	CH Prática: -
Ementa	<p>As ações de Extensão referem-se às modalidades de ações de extensão que serão consideradas para fins de creditação: Programas, Projetos, Cursos, Eventos e Prestação de Serviços. As ações de extensão, independente da modalidade, podem estar vinculadas a Programas ou Projetos de Extensão vigentes, previamente cadastrados na Procce, quando ofertados por qualquer unidade acadêmica da Ufopa, sendo obrigatório o registro da frequência dos estudantes, que deverá corresponder a no mínimo 75% de presença nas atividades.</p> <p>As Atividades de Extensão são requisito obrigatório para a integralização, devendo o (a) discente cumprir 245 horas. As Atividades de Extensão constituirão atividades, a serem realizadas pelo (a) discente ao longo de todo o percurso formativo. No sexto semestre do curso, o aluno deverá apresentar as cargas horárias, juntamente com as comprovações (certificados).</p> <p>Por seu caráter acadêmico de formação, as ações de extensão deverão ter em sua execução a participação ativa de discentes regularmente matriculados em cursos de graduação da Ufopa, a fim de proporcionar-lhes vivenciar a relação ensino-aprendizagem a partir da interlocução com as demandas e problemas dos demais setores da sociedade.</p> <p>O discente deverá ter participação ativa, ou seja, ele deve ser o ator da ação, atuando como ministrante, palestrante, facilitador, mediador, prestador de serviço e membro da comissão organizadora das ações de extensão.</p> <p>Para fins de creditação, será considerada a participação ativa do (a) discente nas ações de extensão da seguinte forma:</p>			

- a) Programas e Projetos de Extensão: como bolsista ou voluntário;
 b) Cursos, Minicursos, Oficinas de Extensão: como facilitador, ministrante ou membro da comissão organizadora;
 c) Eventos de Extensão: como facilitador, ministrante, palestrante, mediador ou membro da comissão organizadora;
 d) Prestadores de serviços de natureza extensionista.

As ações de extensão a serem consideradas para creditação e a forma de contabilização de sua carga horária são descritas e validadas mediante apresentação dos devidos documentos comprobatórios e obedecendo os limites por tipo de atividade, conforme a tabela abaixo:

Atividades de Extensão		
Nº	Atividade	Máximo de horas a ser considerado
1	Bolsista em projetos ou programas	120
2	Voluntário em projetos ou programas	120
3	Membro de comissão organizadora de evento	100
4	Membro de comissão organizadora de ação, curso, minicurso ou oficina	20
5	Ministrante de palestra de caráter cultural e humanístico	60
6	Ministrante de curso de caráter cultural e humanístico	40
7	Ministrante de oficina de caráter cultural e humanístico	40
8	Facilitador de ação de caráter cultural	60
9	Participação como mediador ou facilitador em evento, ação, curso, minicurso ou oficina	60
10	Ministrante de palestra na área de ciências e tecnologia das águas e áreas afins	30
11	Ministrante de curso na área de ciências e tecnologia das águas e áreas afins	80
12	Ministrante de minicurso na área de ciências e tecnologia das águas e áreas afins	60
13	Ministrante de oficina na área de ciências e tecnologia das águas e áreas afins	60
14	Prestação de serviços	40
15	Participação em Empresa Júnior devidamente reconhecida pela Ufopa	90

Bibliografia Básica

Resolução Consep/Ufopa nº 401/2023 - Estabelece diretrizes para cadastro, registro e acompanhamento das ações de extensão nas modalidades programa, projeto, curso e evento.

Código:			
Disciplina:	Trabalho de Conclusão de Curso		
Carga Horária Total:	90h	CH Teórica:	CH Prática:

Ementa

Elaboração, execução, análise de dados e produção de uma monografia.

Bibliografia Básica

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia Científica. 6ª ed. Pearson Prentice Hall, 174p. 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 184p. 2010.

SANTOS, A. R. Metodologia científica: a construção do conhecimento. 7ª ed. Lamparina, 190p. 2007.

TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 203 p.

Bibliografia Complementar

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de metodologia científica. 3ª ed. PEARSON PRENTICE HALL, 2008.

CARVALHO, M. C. M. (org). Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas. 24 ed. PAPIRUS, 2011.

RUIZ, J. Á. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. ATLAS, 2011.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. ARTMED 2 ed. ARTMED, 2010.

SIQUEIRA, M. A. S. Monografias e Teses: das normas técnicas ao projeto de pesquisa. CONSULEX, 2005.

Código:					
Disciplina:	Cálculo I				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa					
Introdução ao aplicativo Python ou similar. Definição de limites e cálculo de limites, propriedades dos limites, limites no infinito e limites infinitos. limites e continuidade: limites laterais, funções contínuas. A derivada. A reta tangente, definição de derivada. interpretação geométrica. aplicações da derivada. derivadas laterais. regras de derivação. derivada de função composta (regras da cadeia). derivada da função inversa. derivada das funções elementares. derivadas sucessivas. derivação implícita. aplicações da derivada. Integral definida e indefinida (técnicas de integração, mudança de variável, integração por partes, substituição trigonométrica), aplicações de integrais definidas. (Cálculo de área, volume). Integrais de Linha e de Superfície: Teorema de Green, Gauss e Stokes. Observação: Em cada tópico abordado deverão ser explicados: 1) Os conceitos sobre o conteúdo. 2) Exemplos Conceituais. 3) Exercícios de fixação. 4) Utilização do aplicativo Python ou similar como ferramenta auxiliar na resolução de problemas.					
Bibliografia Básica					
GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo . Vol 1. Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A.					
MALTA, I. P.; PESCO, S.; LOPES, H. Cálculo a uma variável: Uma introdução ao cálculo . 5ª ed. ED. PUC, 440p. 2010.					
STEWART, J. Cálculo. Vol 1 . São Paulo: Thomson, 2017.					
STEWART, J. Cálculo. Vol 2 . São Paulo: Thomson, 2017.					
Bibliografia Complementar					
ANTON, H.; BIVENS, I.; DAVIS, S. Cálculo: Um Novo Horizonte . Vol. 1. Porto Alegre: Bookman, 2007.					
ANTON, H. Cálculo: Um Novo Horizonte . Vol. 2. Porto Alegre: Bookman, 2007.					
ÁVILA, G. Cálculo das funções de uma variável , vol 1. 7ª ed. LCT. 2003.					

Código:					
Disciplina:	Cálculo II				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	0
Ementa					
Funções de múltiplas variáveis reais. Derivadas Parciais e suas aplicações. Integrais Múltiplas e suas aplicações. Campos Escalares e vetoriais: Gradiente, Divergente e Rotacional. Noções de Equações Diferenciais Parciais para engenharia. Sistemas de Equações Lineares. Equação diferencial de primeira ordem. Funções homogêneas. Equação diferencial exata. Equações de Bernoulli. Equações de segunda ordem. Séries numéricas e de potências. Equações diferenciais ordinárias. Transformada de Laplace. Observação: Em cada tópico abordado deverão ser explicados: 1) Os conceitos sobre o conteúdo; 2) Exemplos Conceituais; 3) Exercícios de fixação; 4) Utilização do aplicativo Python ou similar como ferramenta auxiliar na resolução de problemas.					
Bibliografia Básica					
GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo . Vol 2. Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A. 2012					
LEITHOLD, L. O. Cálculo com Geometria Analítica . Editora Harbra. v. 2, 2001.					
STEWART, J. Cálculo , Vol. 2. 6ª Edição. Editora Thomson Learning, 2012.					
GUIDORIZZI, H. L. Um curso de Cálculo , vol. 3. 5ª ed. Editora LTC, 2013.					
Bibliografia Complementar					
KREYSZIG, E. Advanced Engineering Mathematics . 10 th Edition. Wiley, 2011.					
SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica . Editora McGraw-Hill. São Paulo 1994, vol.1.					
SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica . Editora McGraw-Hill. São Paulo 1994, vol.2.					

SEYMOUR, L., LIPSON, M. Schaum's Outline of Vector Analysis. 2nd Edition. McGraw-Hill, 2009.
 FERREIRA, P. C. P. Cálculo e Análise Vetoriais com Aplicações. 1ª Edição. Ciência Moderna, 2012.

Código:					
Disciplina:	Cálculo Numérico				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	0
Ementa					
Noções básicas sobre erros, cálculo aproximado de raízes de equações algébricas e equações transcendentais. Resolução de sistemas lineares. Interpolação. Ajuste de curvas. Integração numérica. Soluções numéricas de equações diferenciais ordinárias.					
Bibliografia Básica					
BARROSO, L.C. BARROSO, M. M. A. et al. Cálculo Numérico: com aplicações , 2 ed, Editora Harbra, 1987.					
RUGGIERO, M.A.G E LOPES, V.L.R., Cálculo Numérico: aspectos teóricos e computacionais . Editora McGraw-Hill, 2002.					
CLÁUDIO D. Cálculo Numérico Computacional . 2 ed., São Paulo: Atlas, 1994.					
Bibliografia Complementar					
HILDEBRAND, F. B. Introduction to Numerical Analysis. Editora McGraw-Hill, 1956.					
SADOSKY M. Cálculo Numérico e Gráficos. Rio de Janeiro: Interciência, 1980.					
GERSTING, J. Fundamentos Matemáticos para a Ciência da Computação: Um Tratamento Moderno de Matemática Discreta, 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2004.					
GUIDORIZZI, H. L. Um Curso de Cálculo. 5ª Edição, Vol 1. Rio de Janeiro, 636p. 2001.					

Código:					
Disciplina:	Desenho Técnico				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	20h	CH Prática:	40h
Ementa					
Introdução. Instrumentos de Desenho Técnico. Normas Técnicas Brasileiras do Desenho Técnico. hierarquia de linhas, tipos de tracejados e linhas de construção. Formatação do papel série "A". Construções Geométricas e suas Aplicações na Engenharia. Projeções Ortográficas. Esboço Ortográfico. Cotas e escalas. Perspectiva Isométrica. Desenho de Arquitetura. Desenho Universal. Planta Baixa. Cortes. Esquadrias. Elevações. Projeções Cotadas. Leitura de projetos. Orientações de plantas gráficas e legendas.					
Bibliografia Básica					
SILVA, E. O.; ALBIERO, E.; SCHMITT, A. Desenho técnico fundamental . São Paulo: EPU, 2012. 123p. (Desenho técnico)					
BOULOS, P.; CAMARGO, I. D. E. Introdução à Geometria Analítica no Espaço . 1ª ed. Pearson Education. 1997.					
MONTENEGRO, Gildo A. Desenho arquitetônico . 4. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. ISBN.: 978-85-212-0291-2.					
CARVALHO, P. C. P. Introdução à geometria espacial . 4ª ed. SBM. 1999.					
MARCHESI JUNIOR, I. Desenho Geométrico . 12ª ed. Ática. 1998.					
Bibliografia Complementar					
BORGES, A. C. Topografia: Aplicada à Engenharia Civil. Blucher. 2012.					
FITZ, P. R. Cartografia Básica. 2ª ed. Oficina de Textos. 2010.					
MIHELICIC, J. R.; ZIMMERMAN, J. B. (ORG.) Engenharia Ambiental: Fundamentos, Sustentabilidade e Projeto. 1ª ed. LTC. 2012.					

NOGUEIRA, R. E. CARTOGRAFIA: Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais. 3ª ed. UFSC. 2009.

ALMEIDA, R. D. (org). Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 5ª Ed. Editora Contexto. 2011.

Código:					
Disciplina:	Física I				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa					
Introdução. Dinâmica da Partícula. Trabalho e Energia. Conservação do Momento Linear. Cinemática e Dinâmica da Rotação. Conservação do Momento Angular. Equilíbrio de Corpos Rígidos. Estática e Dinâmica dos Fluidos.					
Bibliografia Básica					
BEER, F. P., JOHNSTON, R. Mecânica vetorial para engenheiros . 5a ed revisada. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999.					
HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, Fundamentos de física, volume 1: mecânica . 10a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.					
HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, Fundamentos de física, volume 2: gravitação, ondas e termodinâmica . 9a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.					
Bibliografia Complementar					
CHAVES, A. Física básica: mecânica. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2011.					
NUSSENZVEIG, H. M. Curso de Física Básica: Mecânica- 5a ed. São Paulo: Editora Edgar Blucher, Vol. 1. 2013.					
RAYMOND A. S. JEWETT, JR., J. W. Princípios de Física - Mecânica clássica. São Paulo: Editora Thomsom Pioneira, Vol 1. 2003.					
SERWAY, R A. JEWETT, JR. J. W. Movimento Ondulatório e Termodinâmica, São Paulo: Editora Thomsom Pioneira, 2013.					
HEWITT, P. Física Conceitual. Trad. RICCI, T. F. e GRAVINA, M. H. 11ª Ed. Porto Alegre: Bookmam, 2002.					

Código:					
Disciplina:	Física II				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa					
Introdução. r. Temperatura e Calor. Carga e Matéria. Capacitores e Dielétricos. Corrente e Resistência Elétrica. Força Eletromotriz e Circuitos. A Lei de Faraday. Indutância. Propriedades Magnéticas. Corrente Alternada.					
Bibliografia Básica					
HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, Fundamentos de física, volume 2: gravitação, ondas e termodinâmica . 9a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.					
HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, Fundamentos de física, volume 3: eletromagnetismo . 10a ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.					
RESNICK, R.;HALLIDAY, D.; KRANE, K., Física 2 . 5ª Ed., Rio de Janeiro: LTC, 2003					
TIPLER, P.A, MOSCA, G, Física para cientistas e engenheiros . vol. 2, Ed. LTC, 2009					
Bibliografia Complementar					
NUSSENZVEIG, H. M., Curso de Física Básica – Vol. 2 , 4 ed., São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda., 2002.					

KNIGHT, R. D. Física uma abordagem estratégica vol. 2. Ed. Bookman. 2009

MORAN, M., SHAPIRO, H.N., Princípios de termodinâmica para engenharia. Editora LTC, 2012.

COSTA, E.C., Física aplicada à construção – conforto térmico, 4ª Ed., Editora Edgard Blücher, 2003.

Código:				
Disciplina:	Geometria Analítica e Álgebra Linear			
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática: 0
Ementa				
Matrizes e Vetores. Sistemas Lineares. Vetores no plano e no espaço. Retas, planos e distâncias. Espaço vetorial. Transformações lineares. Mudança de base. Mudança de Coordenadas Produto interno. Transformações ortogonais. Autovalores e autovetores de um operador. Diagonalização				
Bibliografia Básica				
ANTON, H.; RORRES, C; Álgebra Linear com Aplicações ; 10 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.				
REIS, G. L. ; SILVA, V.V. Geometria Analítica . 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1996.				
BOLDRINI, J. L.; COSTA, S. I.; FIGUEIREDO, V. L.; WETZLER, H., Álgebra Linear . 3ª ed., Editora Harbra, 2003.				
WINTERLE, P. Vetores e geometria analítica . Pearson. São Paulo, 200.				
LEON, S. J. Álgebra Linear com Aplicações . Editora LTC, 2011.				
Bibliografia Complementar				
CABRAL, M. GOLDFELD, P. Curso Completo de Álgebra Linear;				
DORIVAL A. DE M. E WATANABE R. G. Vetores e uma iniciação à Geometria Analítica; editora livraria da física.				
WINTERLE, P. Vetores e Geometria Analítica. Editora Makron Books, 2000.				
SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica. Editora McGraw-Hill. São Paulo 1994, vol.1.				
SWOKOWSKI, E. W. Cálculo com Geometria Analítica. Editora McGraw-Hill. São Paulo 1994, vol.2.				

Código:				
Disciplina:	Sociologia e Antropologia aplicada à Engenharia Sanitária e Ambiental			
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática: 0
Ementa				
Fundamentos da Sociologia e da Antropologia. O processo de industrialização no Brasil e no Mundo. O processo de urbanização no Brasil e no Mundo. Relação Sociedade e Natureza. Consumo, tecnologias e estilo de vida. Divisão espacial das cidades e estrutura urbana. Diferenciação social, política pública e exclusão social. Problemas urbanos e ambientais.				
Bibliografia Básica				
BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, Jean-Claude. Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia . 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.				
SANTOS, M. A Urbanização Brasileira . 3ª Ed. São Paulo: Hucitec. 1993.				
SANTOS, M. METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia . 3ª Ed. São Paulo: Hucitec. 1993.				
Bibliografia Complementar				
DIEGUES, A. C. S.; NAGARA, P. J. O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do saco de Mamanguá-Parati-Rio de janeiro. São Paulo: NAPAUB/USP, 1994.				
DIEGUES, A. C. S. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: NUPAUB/ USP, 1994.				
OLIVEIRA, P. S. Introdução à sociologia. 25ª Ed. São Paulo: Ática, 2004.				

SANTOS, M. Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1994.

PHILIPPI JR, A. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.

Código:					
Disciplina:	Fundamentos da Termodinâmica				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	
Ementa					
Gases ideais e reais. Estrutura dos gases. Lei zero da Termodinâmica clássica e suas aplicações às reações químicas, ao equilíbrio químico e ao equilíbrio de fases em sistemas simples. As leis fundamentais da termodinâmica. Energia livre. Relações entre quantidades termodinâmicas. Termodinâmica de transformações de fase: termodinâmica de soluções, condições de equilíbrio, diagramas de fase. Termodinâmica de superfícies e interfaces.					
Bibliografia Básica					
WYLEN, G. J. V. Fundamentos da Termodinâmica Clássica, Editora: Edgard Blugher - 4ª Ed. MORAN, M. J. SHAPIRO, H. N. Princípios de Termodinâmica Para Engenharia - 6ª Ed. Editora: Ltc. 2012. SMITH, J. M. Introdução à Termodinâmica da Engenharia Química, Editora: LTC, 7ª Ed. 2007.					
Bibliografia Complementar					
BORGNAKKE, C.; WYLEN, G. J. Van; SONNTAG, R. E.; Fundamentals of Thermodynamics, Editora: John Wiley & Sons, 6th Edition. LUIZ, A. M., Termodinâmica - Teoria e Problemas Resolvidos - Editora: Ltc SERWAY, R. A.; JEWETT, Jr. J. W. Princípios de Física Vol. 2 – Movimento Ondulatório e Termodinâmica – Editora: Thomson. BORGNAKKE, C. Fundamentos da Termodinâmica - São Paulo: Blücher, 2010.					

Código:					
Disciplina:	Fundamentos de Química analítica				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	30h	CH Prática:	15h
Ementa					
Conceito Geral em Química, Ácidos e Bases, pH, Acidez e Alcalinidade. Características de Óxidos e, dióxidos, Equilíbrio Químico, Cinética Química, Soluções, Precipitação e Dissolução, Reações de complexidade. Parâmetros químicos de qualidade das águas e efluentes líquidos; coleta de amostras e métodos padronizados de análise e interpretação de resultados. Parâmetros químicos de qualidade do ar e efluentes atmosféricos; coleta de amostras, métodos analíticos e interpretação de resultados. Ciclos bio-hidrogeoquímicos. Aspectos analíticos de identificação de substâncias químicas tóxicas.					
Bibliografia Básica					
AGUDO, E. G. Guia de Coleta e Preservação de Amostras de Água . Edição SEMA/CETESB . 1987. ATKINS, P.; JONES L. Princípios de Química . 1a Edição, Editora Bookman, Porto Alegre, p. 764, 2001. AZEVEDO, E. B. Poluição e Tratamento de Água . Química Nova na Escola. 10: 21 - 25. 1999.					
Bibliografia Complementar					
SILVA, M. O. S. A. Análises físico-químicas para controle das Estações de Tratamento de Esgotos . Companhia Pernambucana de Saneamento Ambiental (CETESB), São Paulo, 1977. SOUZA, H. B.; DERISIO, J. C. – Guia Técnico de Coleta de Amostras de Água – Edição CETESB – 1977. STOCKER, H.S. y SEAGER, S.L. Química ambiental: contaminación del aire y del agua . Ed. Blume. 1ª Edição. Barcelona. 320pp. 1981. KOTZ, J. C. TREICHEL, P. Química & Reações Químicas . 3ª Ed. Vol. I e II. Livros Técnicos e					

Científicos S.A. Rio de Janeiro, 1998.

MAHAN, B. H. e MYERS. **Química um curso Universitário**, tradução da 4a edição americana. Editora Edgar Blucher Ltda, São Paulo, 1993.

Código:					
Disciplina:	Tópicos Especiais em Engenharia Sanitária e Ambiental				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa	Variável, de acordo com o nível do período semestral; do interesse dos discentes; do surgimento de novas tecnologias relacionadas à Gestão Ambiental. Projetos ligados à Gestão Ambiental. Esta disciplina não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.				
Bibliografia Básica	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.				
Bibliografia Complementar	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.				

Código:					
Disciplina:	Inovação e Meio Ambiente				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	35h	CH Prática:	15h
Ementa	Conceitos, modelos, sistemas e marco regulatório da inovação e do desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. Relações entre Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Sustentável. Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia. Inovações tecnológicas no contexto amazônico.				
Bibliografia Básica	ABRANTES, J. S. Bio sócio diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia . Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2002. 148 p. (8) BESSANT, J., TIDD, J. Inovação e Empreendedorismo . 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. 526 p. LEITÃO RUSSO, A. V. S.; ZAN, F. R.; PRIESNITZ, M. C. (org.). Propriedade intelectual, tecnologias e inovação . Aracaju: Associação Acadêmica de Propriedade Intelectual, 2018. 400 p. Disponível em: http://api.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Propriedade-Intelectual-Tecnologias-e-Inova%C3%A7%C3%A3o-1.pdf POSSOLLI, G. E. Gestão da inovação e do conhecimento . Curitiba: InterSaberes, 2016. 170 p. (1) PELLEGATTI, M. (org.). Empreendedorismo consciente na Amazônia . 1.ed. São Paulo: BASA, 2007. (1)				
Bibliografia Complementar	BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos . 4. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. 296 p. (3) MARCOVITCH, J. A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas . São Paulo: USP, 2011. 312 p. (16)				

Código:					
Disciplina:	Teoria Geral da Administração				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	0
Ementa	Evolução das Teorias Administrativas. Os enfoques modernos da Gestão Empresarial. Modelos de Gestão. Planejamento/organização/direção/controle. Produtividade e Eficiência. Administração por Objetivos				

(APO). Conceitos fundamentais da Administração aplicáveis à Gestão Ambiental.
Bibliografia Básica
CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração . 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
MAXIMIANO, A. C. Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital . 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
REBOUÇAS DE OLIVEIRA, D. P. Teoria geral da administração: uma abordagem prática . 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
Bibliografia Complementar
ANDRADE, R. O. B. Teoria geral da administração . 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
BATEMAN, T. S; SNELL, S. Administração . 2 ed. Porto Alegre: Bookman, McGraw-Hill, 2012.
DRUCKER, P. O novo papel da administração . São Paulo: Nova Cultural, 1986.
MAXIMIANO, A. C. Teoria geral da administração . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. Teoria geral da administração . 3 ed. São Paulo: Thompson Learning, 2006.

Código:				
Disciplina:	Solos			
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática: 0
Ementa	Formação dos solos. Composição do solo. Propriedades físicas, químicas e biológicas do solo. Noções de classificação dos solos. Noções de mecânica dos solos. Indicadores de qualidade. Métodos analíticos. Solos na Amazônia.			
Bibliografia Básica				
BRADY, N. C. Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos . 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. (8)				
REICHARDT, K.; LUÍS, C. T. Solo, Planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações . 2ª Ed. Barueri, SP: Manole, 2012. (13)				
GUERRA, J. T.; SILVA, A. S. da; BOTELHO, R. G. M. Erosão e Conservação de Solos: conceitos, temas e aplicações . 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. (8)				
Bibliografia Complementar				
LEPSCH, I. F. Formação e Conservação dos Solos . 2ª Ed. SP: Oficina de textos, 2010. (11)				
PRIMAVESI, A. Manejo Ecológico do Solo: agricultura em regiões tropicais . SP: Nobel, 1990. (2)				
REZENDE, M.; CURI, N; SANTANA, D. P. Pedologia e Fertilidade do Solo: interações e aplicações . Brasília: Ministério da Educação. Lavras: ESAL, 1988. (0)				
SILVA, S. B. Análise de Solos . Belém: UFRA, 2003. (7)				
TRINDADE, T. P. Compactação dos solos: fundamentos teóricos e práticos . Viçosa: Ed. UFV, 2008.				

Código:				
Disciplina:	Biologia Geral			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa	Origem da vida. Composição das células. A informação genética e suas implicações. Teorias evolutivas. Classificação dos seres vivos. Diversidade Biológica. Noções de nomenclatura botânica e zoológica.			
Bibliografia Básica				
ALBERTS, Bruce et al. Fundamentos da biologia celular . 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006. 740 p., il. ISBN (Broch.). Acompanha CD-ROM. 2.ed.				

JUNQUEIRA, Luiz Carlos Uchoa; CARNEIRO, José. Biologia celular e molecular. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 364 p., il. color.9.ed.

PURVES, William K. et al. Vida: a ciência da biologia: volume 1, 2, 3: célula e hereditariedade. 8. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009. 461 p./ v.1, il.

Bibliografia Complementar

BEGON, Michael; TOWNSEND, Colin R.; HARPER, John L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Tradução de Adriano Sanches Melo. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007. 740 p., il. ISBN (Broch.).

FUTUYMA, Douglas J. Biologia evolutiva. Tradução de Iulo Feliciano Afonso; revisão e adaptação, Francisco A. Moura Duarte. 3. ed. Ribeirão Preto: FUNPEC RP, 2009. xviii, 830 p., il.; c 3.ed.

LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. Biologia hoje. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. 3 v., il. ISBN (Broch.).

MAYR, Ernst. que é a evolução. Tradução de Ronaldo Sérgio De Biasi. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. 342 p., il.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. Biologia da conservação. Londrina: Ed. Planta, 2001. vii, 327 p., il. ISBN (Broch.).

RAVEN, Peter H; EVERT, Ray Franklin; EICHHORN, Susan E. Biologia vegetal. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c 2007. xxii, 830 p., il. (algumas color.) ISBN 978-85- 277-1229-3 (Broch.). 7.ed.

Código:					
Disciplina:	Empreendedorismo				
Carga Horária Total:	45h	CH Teórica:	45h	CH Prática:	0
Ementa	Gestão da inovação. Investigação e entendimento da ação empreendedora. Plano de negócios. Avaliação e estratégia de mercado. Redes de cooperação. Empreendedorismo como diferencial competitivo aplicado à Gestão Ambiental.				
Bibliografia Básica	DOLABELA, F. O segredo de Luiza. São Paulo: Cultura Editores, 2000. SERAFIM, L. O poder da inovação: como alavancar a inovação na sua empresa. São Paulo: Saraiva, 2011. TIDD, J. BESSANT, J., PAVITT, K. Gestão da inovação. Bookman. 3 ed. Porto Alegre, 2008.				
Bibliografia Complementar	DOLABELA, F. Oficina do empreendedor. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999. HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. Empreendedorismo. 5 ed. Porto Alegre:Bookman, 2004. FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. Administração de serviços: operações, estratégias e tecnologia da informação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. CASAROTTO FILHO, N.; PIRES, L. H. Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. SCHERER, F. O., CARLOMAGNO, M. S. Gestão da inovação na prática: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação. São Paulo: Atlas, 2009.				

Código:					
Disciplina:	Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto				
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática:	0
Ementa	Noções de Cartografia e Geoprocessamento; Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica – SIG; Análise Espacial; Aquisição de dados geográficos em campo; Bases de dados espaciais; Teoria do Sensoriamento Remoto; Tipos de sensores; Bancos de Dados Geográficos; Concepção de Projetos Ambientais; Aplicações de SIG e SR em Projetos Ambientais; Processamento Digital de Imagens; Softwares Disponíveis; Rotinas Básicas de Processamento e Análise Ambiental; SIG e Planejamento Ambiental; Importância do SIG e SR para o monitoramento da Amazônia.				

Bibliografia Básica

FITZ, PAULO ROBERTO. 2010. Cartografia Básica. 2ª ed. Oficina de Textos. NOGUEIRA, Ruth E. 2009. CARTOGRAFIA: Representação, Comunicação e Visualização de Dados Espaciais. 3ª ed. UFSC.

SILVA, J. X. Geoprocessamento para análise ambiental. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 5º ed. 2011.

MARTINELLI, M. Cartografia Temática: Caderno de Mapas. EDUSP. 2003.

CÂMARA, G., DAVIS, C., MONTEIRO, A. M. V. (Ed.). Introdução à ciência da geoinformação. São José dos Campos: INPE, 2001.

Bibliografia Complementar

JOLY, F. A Cartografia. Papyrus.1990. 136p.

MIHELIC, J.R. & ZIMMERMAN J.B. (Org). 2012. Engenharia Ambiental: Fundamentos, sustentabilidade e projeto. Editora LTC, 1ª ed.

RIBEIRO, H. (Org.). Geoprocessamento e saúde Muito além de mapas. 1. Ed. Barueri, SP: Manole. 2017. 246 p.

IBRAHIN, F. I. D. Introdução ao geoprocessamento ambiental. São Paulo: Érica, 2014.

Código:				
Disciplina:	Monitoramento Ambiental			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0

Ementa

Bases para monitoramento. Monitoramento como parte integrante de sistema de gestão ambiental. Conceitos de qualidade ambiental, poluição, padrões de qualidade e de emissão. Escolha de parâmetros a serem monitorados. Técnicas de monitoramento meio físico: Poluentes atmosféricos, ruídos, odores, águas superficiais e subterrâneas, solo, clima, resíduos sólidos. Técnicas de monitoramento meio Biótico: Fauna e Flora. Projetos de redes de monitoramento, mapeamento e zoneamento. Análise, representação de resultados e correlação com fontes poluidoras. Normas e legislação vigentes. Padrões de qualidade nacionais e internacionais. Estudo de caso.

Bibliografia Básica

BOTKIN, D.B. & KELLER, E.A. Ciência ambiental: Terra, um planeta vivo. Rio de Janeiro: LTC, 2011. (8)

CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J. Avaliação e perícia ambiental. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2012. (8)

SANTOS, R.F. Planejamento Ambiental: Teoria e Prática. São Paulo, Editora Oficina de Textos, 2009. (7)

Bibliografia Complementar

BANCO DO NORDESTE. Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas. Fortaleza: BNB, 1999. (1)

BATISTELLA, M., MORAN, E.F. Geoinformação e monitoramento ambiental na América Latina. Editora SENAC, São Paulo, 2013. (8).

LEITE, J.R.M. Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática. Editora R. dos Tribunais. 4ª ed. 2011. (12)

MAGNUSSON, W.B.N., PEZZINI, R., BACCARO, F. Biodiversidade e monitoramento ambiental integrado. Editora Áttema, Manaus, 2013. (3).

SANCHEZ, L.E. Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e métodos. 1ª ed. Oficina de textos, 2006. (21)

Código:				
Disciplina:	Tópicos Especiais em Gestão Ambiental I			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa				

Variável, de acordo com o nível do período semestral; do interesse dos discentes; do surgimento de novas tecnologias relacionadas à Gestão Ambiental. Projetos ligados à Gestão Ambiental. Esta disciplina não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.
Bibliografia Básica
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.
Bibliografia Complementar
Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.

Código:				
Disciplina:	Tópicos Especiais em Gestão Ambiental II			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa	Variável, de acordo com o nível do período semestral; do interesse dos discentes; do surgimento de novas tecnologias relacionadas à Gestão Ambiental. Projetos ligados à Gestão Ambiental. Esta disciplina não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.			
Bibliografia Básica	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.			
Bibliografia Complementar	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.			

Código:				
Disciplina:	Tópicos Especiais em Gestão Ambiental III			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa	Variável, de acordo com o nível do período semestral; do interesse dos discentes; do surgimento de novas tecnologias relacionadas à Gestão Ambiental. Projetos ligados à Gestão Ambiental. Esta disciplina não possui ementário pré-definido, pois visa proporcionar oportunidade de aprofundamento de estudos ligados a temas que correspondam às disciplinas (obrigatórias e optativas), às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa dos corpos docente e discente do curso.			
Bibliografia Básica	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.			
Bibliografia Complementar	Livros, revistas, normas e materiais digitais recomendados a critério do(s) Docente(s) ministrantes da disciplina.			

Código:				
Disciplina:	Fundamentos de C&T das Águas			
Carga Horária Total:	60h	CH Teórica:	60h	CH Prática: 0
Ementa	Fundamentos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). O conceito de (CTS). Ciência e Tecnologia no Brasil. Ciência, Tecnologia e Sociedade na Amazônia. Temas em C&T das Águas: Ambiente e sustentabilidade. Recursos Hídricos. Pesca e recursos pesqueiros. Gestão e Desenvolvimento. Águas e Serviços Ecosistêmicos. Pesquisa e Desenvolvimento. Produção de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fronteiras e Avanços em C&T das Águas.			
Bibliografia Básica				

AMARAL, Roberto. Ciência e tecnologia: desenvolvimento e inclusão social. Brasília, DF: UNESCO, 2003. 127 p. CAMPOS, Fernando Rosseto Gallego. Ciência, tecnologia e sociedade / Fernando Rosseto Gallego Campos. – Florianópolis : Publicações do IF-SC, 2010. 85 p. : il. ; 27,9 cm.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS BRASIL. Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento das regiões norte e nordeste do Brasil: novos desafios para a política nacional de CT&I. Brasília: CGEE, 2011. 292p.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996.

SANTOS, L. W. et al. (Orgs.). Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação. Londrina: IAPAR, 2002.

PORTO, CM., org. Difusão e cultura científica: alguns recortes [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp. 23-43. ISBN 978-85-2320-912-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

Bibliografia Complementar

AULER, D.; BAZZO, W. A. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional Brasileiro. Ciência & Educação, Bauru, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2001.

BAZZO, Walter Antonio. Ciência, Tecnologia e Sociedade e o contexto da educação tecnológica. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/bazzocts.htm#a>>

BAZZO, W. A. et al. Introdução aos estudos CTS: o que é ciência, tecnologia e sociedade? [S. l.]: OEI, 2003. (Cadernos de Ibero-América).

BENAKOUCHE, Tamara. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: Cadernos de Pesquisa, (PPGSP/UFSC) n. 17, p. 1-28, set. 1999

CARLOS H. BRITO CRUZ. Ciência e tecnologia no Brasil. REVISTA USP, São Paulo, n.73, p. 58-90, março/maio 2007


GARCIA, M. I. G.; CERREZO, J. A. L.; LÓPEZ, J. L. Ciencia, tecnología y sociedad: una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología. Madrid: Editorial Tecnos, 1996.

LUCCHI, Elian Alabi et al. Território e sociedade no mundo globalizado: geografia geral e do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.

Tabela A1 – Quadro de Equivalência (apenas para o componente Cursado) entre disciplinas das Matrizes curriculares do curso

Componente Cursado				Componente Dispensado Da Estrutura Curricular		
Código	Nome	Carga Horária	Ano/Período	Código	Nome	Carga Horária
BICTA0030	Geoprocessamento	60h	2013.2	ENGSA016	Geoinformação Aplicada	60h
BICTA201324	Hidrologia E Gestão De Bacias Hidrográficas	75h	2013.2	ENGSA010	Hidrologia	60h
BICTA201324	Hidrologia E Gestão De Bacias Hidrográficas	75h	2013.2	ENGSA029	Gestão De Bacias Hidrográficas	60h
BICTA201331	Biotechnology e Bioprospecção	45h	2013.2	SCTA0001	Biotechnology	60h

ANEXO B - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO CURSO

República Federativa do Brasil Ministério da Educação		Boletim Oficial
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ		
Boletim de Serviço	ANO III – Nº 36 (ADITIVO I) – TERÇA-FEIRA, 26 DE FEVEREIRO DE 2013	
<i>O Boletim de Serviço (BS) UFOPA destina-se à publicação de atos oficiais da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), CNPJ n.º 11.118393/0001-59, com sede na cidade de Santarém, estado do Pará. Os atos nele publicados têm validade jurídica na forma da legislação vigente, ressalvados aqueles de publicação obrigatória no Diário Oficial da União, e deverão ser registrados e cumpridos independentemente de qualquer comunicado ou expediente complementar.</i>		

PORTARIAS

REITORIA

PORTARIA Nº 130, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Agronomia na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Agronomia, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO

PORTARIA Nº 131, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Engenharia Florestal, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO

PORTARIA Nº 132, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Farmácia na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Farmácia, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

ANO III – Nº 36 (ADITIVO I), terça-feira, 26 de fevereiro de 2013

Boletim de Atos Administrativos da UFOPA

7

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Geofísica, na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Geofísica, com autorização de 100 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO

PORTARIA Nº 156, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado em Geologia, na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado em Geologia, com autorização de 100 vagas totais

anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO

PORTARIA Nº 157, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas, na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas, com autorização de 200 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO

PORTARIA Nº 158, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Biológicas, na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a criação do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Biológicas, com autorização de 200 vagas totais anuais, a ser ofertado na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 2º Revoga-se, a partir da presente data, quaisquer disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO

PORTARIA Nº 159, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2013

Autoriza a criação e a oferta do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Gestão Ambiental na sede da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Reitor Pro Tempore da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.069, do Ministério de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de novembro de 2009.

RESOLVE:

ANEXO C - PORTARIA DE CRIAÇÃO DO NDE

23/04/2024, 14:59

sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?idDoc=512530



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS**



PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO Nº 17 / 2021 - ICTA (11.01.47)

Nº do Protocolo: 23204.010438/2021-48

Santarém-PA, 15 de outubro de 2021.

O Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Portaria nº 736/2018-Reitoria,

RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados para constituírem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas (Formação Graduada Geral - FGG) do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas.

- I. Alessandra de Resende Ramos
- II. Elton Ranieri da Silva Moura
- III. Khayth Marronny Rabelo Nagata
- IV. Leidiane Leão De Oliveira
- V. Manoel Bentes dos Santo Filho
- VI. Urandi João Rodrigues Junior
- VII. Mauro Alexandre Paula de Sousa
- VIII. Quêzia Leandro de Moura Guerreiro

Os membros acima citados disporão de 2 (duas) horas semanais para execução das atividades, conforme preceitua o artigo 31, I, da Resolução nº184/2017-Consepe.

Fica revogada a portaria eletrônica nº 05/2021 de 12/04/2021.

Dê ciência e cumpra-se.

(Assinado digitalmente em 15/10/2021 17:30)

LUCINEWTON SILVA DE MOURA
ICTA (11.01.47)
Matricula: 1549200

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **17**, ano: **2021**, tipo: **PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO**, data de emissão: **15/10/2021** e o código de verificação: **b0611b28f8**

ANEXO D - ATIVIDADES COMPLEMENTARES (NORMATIVA)

REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A comissão de atividades complementares do Instituto de Ciências e tecnologia das Águas da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso de suas atribuições legais, resolve estabelecer a regulamentação para cumprimentos obrigatórios de carga horária de Atividades complementares pelo corpo discente do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental, na forma:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - As Atividades Complementares do curso de graduação do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas, ofertado pelo Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas – ICTA/Ufopa, nos termos destas normas, são componentes curriculares obrigatórios, efetivando-se por meio de estudos e atividades independentes desenvolvidas pelo acadêmico, que lhe possibilite habilidades e conhecimentos relacionados à sua área de atuação profissional, compreendendo ações de ensino, pesquisa e extensão.

I. As Atividades Complementares são assim denominadas no Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas e tem a carga horária mínima obrigatória de 205 (duzentos e cinco) horas, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais para Graduação, Bacharelado, Presencial (Resolução CNE/CP Nº 02, de 18 de junho de 2007).

II. As Atividades Complementares devem ser desenvolvidas no período de estudo do acadêmico do curso, inclusive em instituições públicas e privadas externas à Ufopa, em observância à filosofia, área de abrangência, identidade e perfil do egresso de cada curso.

DOS OBJETIVOS

Art. 2º - As Atividades Complementares têm como objetivos:

I. Estimular estudos independentes, que possibilitem a autonomia intelectual do acadêmico;

II. Fortalecer os saberes adquiridos pelos acadêmicos no decorrer do curso;

III. Oportunizar a integração dos conhecimentos produzidos socialmente com a produção científica acadêmica;

IV. Divulgar os conhecimentos provenientes de pesquisas produzidas no âmbito universitário, ou oriundos de parcerias com instituições públicas, privadas e filantrópicas;

V. Articular ensino, pesquisa e extensão com as necessidades sociais e culturais da sociedade;

VI. Incentivar a valorização dos saberes e da diversidade sócio - cultural paraense.

DA CATEGORIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares dos cursos, são constituídas de sete eixos, a saber:

ITEM	ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA INDIVIDUAL	TIPO DE COMPROVANTE	LIMITE TOTAL HORAS	Pontuação da/o aluna/o
1º EIXO: ENSINO					
1	Monitoria (bolsa ou voluntário)	0 a 80h	Relatório e Certificado/Declaração do Orientador	80	
2	Disciplinas não pertencentes ao currículo pleno (ou seja, aquelas que não estão na Matriz curricular do curso).	0 a 80h	Histórico Escolar emitido pela universidade (não será aceita declaração emitida por docentes).	80	
3	a) Participação em grupo ou b) projeto de ensino, pesquisa e extensão cadastrado na Ufopa/CNPq ou Ifes	0 a 35h	Certificado/Declaração do Coordenador do Projeto.	80	
2º EIXO: PESQUISA					
4	Iniciação Científica –IC (bolsistas ou voluntários) 1 Pibic/ano = 150 h	0 a 35h	Certificado/Relatório e/ou documento do Orientador	80	
5	(a) Apresentação de trabalho e (b) publicação de resumo em Congressos e similares	(a) 0 a 20h (b) 0 30h	(a) Certificado ou Atestado. (b) certificado, cópia dos anais (artigo).	80	
6	Trabalho publicado ou aprovado em Revista cadastrada na plataforma Capes.	35h	Carta de aceite e cópia do artigo	80	
7	Publicação de Livro e Participação em capítulo de livro ou e-book	35h	Cópia do capítulo ou livro.	80	
8	a) Participação em grupo de pesquisa e b) projeto de pesquisa cadastrado na Ufopa/CNPq ou Ifes	0 a 35h	Certificado/Declaração do Coordenador do Projeto.	80	
3º EIXO: EXTENSÃO					
9	Extensão (bolsistas ou voluntários) 1 PIBEX/ano = 150 h	0 a 80h	Certificado/Relatório e/ou documento do Orientador	80	
10	Participação de atividades de Extensão ou Cursos de extensão realizados em eventos	10h/course	Certificado ou Atestado do ministrante.	40	
11	a) Participação em grupo de extensão e b) projeto de extensão cadastrado na Ufopa ou IFES	0 a 35h	Certificado/Declaração do Coordenador do Projeto.	80	
4º EIXO: EVENTOS DE NATUREZA ARTÍSTICA, CIENTÍFICA OU CULTURAL					
12	Congressos, Simpósios, Encontros acadêmicos (participação sem apresentação de trabalho)	0 a 10h	Certificados	40	
13	Participação em comissão ou organização de congressos, simpósio, encontros acadêmicos e outras atividades científicas e acadêmicas.	0 a 15h	Certificados, Declaração do docente membro ou do Presidente da Comissão Organizadora	80	
14	Participação grupos artísticos (ex.: teatro, coral)	0 a 10h	Certificado de participação	20	
5º EIXO: CAPACITAÇÃO					

15	Cursos de capacitação a distância	0 a 75h/course		80	
16	Curso de informática/línguas	0 a 150h		80	
17	Estágios	0 a 150h		80	
6º EIXO: EMPREENDEDORISMO					
18	Gestão de Empresa Jr	0 a 150h	Documento de nomeação	80	
19	Participação em Projeto da Empresa Jr	0 a 30h	Declaração emitida pelo presidente da empresa	80	
7º EIXO: REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL					
20	Exercício de cargos de representação estudantil em órgãos colegiados da Ufopa, no mínimo, 75% de participação efetiva no mandato.	0 a 35 horas	Portaria de nomeação do aluno	80	
Integralização mínima de atividades complementares		205h			
Total da carga horária do(a) aluno(a)					
Data:					
Assinatura da Comissão de Atividades Complementares					
Nome do Aluno					

Ao estudante deverá organizar todos os documentos que dispuser (segundo a tabela) em um envelope e colocar a sua pontuação na última coluna da direita. Deverá anotar em cada documento, no canto superior à direita, o número do item correspondente na tabela (de 1 a 20). O acadêmico deverá ter comprovado a participação em, no mínimo, 02 (dois) dos eixos. Deverá ser entregue na Secretaria do BIC&T das Águas os comprovantes de participação e/ou produção das Atividades Complementares, em sua forma original, com vistas ao reconhecimento da autenticidade dos documentos fotocopiados.

Atenção: O estudante não poderá receber créditos duas vezes pela mesma atividade e não poderá creditar uma mesma atividade em Optativas e Atividades Complementares. Total de horas a serem cumpridas durante o percurso acadêmico do discente no curso: 205 horas.

ANEXO E - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (NORMATIVA)

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O TCC do BIC&T das Águas é coordenado pela Comissão de TCC do Instituto é regido pelas diretrizes gerais fixadas pela Universidade Federal do Oeste do Pará, Resolução Ufopa nº 187 da Ufopa, de 23 fevereiro de 2017 (Disponível em: <http://www2.ufopa.edu.br/ufopa/noticias/2017/janeiro/ufopa-publica-guia-de-normalizacao-da-producao-cientifica-da-universidade>) e normas estabelecidas por esta Comissão.

No Regimento Geral da Ufopa, lê-se:

Seção I - Da Estrutura do Currículo dos Cursos: § 5º É obrigatório a elaboração e apresentação de um trabalho de conclusão de curso, nas licenciaturas e bacharelados profissionalizantes em conformidade com o PPCs e de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.

PARTE I

COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE TCC - ESTRUTURA E GERENCIAMENTO

Cabe ao Colegiado do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas, determinar anualmente e correspondente a cada pré-oferta curricular (TCC II) à COMISSÃO de TCC do curso. A comissão de TCC do BIC&T das Águas é composta pelos representantes discentes do curso, conforme a portaria de 15 de outubro de 2021:

PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO Nº 19/2021 – ICTA

O Diretor do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Portaria nº 736/2018-Reitoria, RESOLVE:

Designar os servidores abaixo relacionados para constituírem a Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas (Formação Graduada Geral - FGG) do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas.

- I. Alessandra de Resende Ramos
- II. Elton Raniere da Silva Moura
- III. Khayth Marronny Rabelo Nagata
- IV. Leidiane Leão De Oliveira
- V. Manoel Bentes dos Santo Filho
- VI. Urandi João Rodrigues Junior

1. COMISSÃO ORGANIZADORA DE TCC

Cabe a comissão organizadora de TCC as seguintes atribuições:

I. Verificar número de inscritos na pré-oferta da disciplina de TCC e apresentar aos alunos concluintes as Instruções Normativas do Colegiado do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas.

II. Cadastrar, junto à coordenação do Curso, docentes orientadores.

III. Estabelecer calendário acadêmico relativo ao TCC (datas de entregas de TCCs, defesa e acompanhamento da entrega da versão final do TCC) e submeter ao Colegiado do Curso para ser aprovado e divulgado.

2. DEFINIÇÕES E ELEGIBILIDADE DOS TCCs

O TCC do BIC&T das Águas é composto por um componente curricular de caráter teórico Metodologia do Trabalho Científico (45h), e outro de caráter prático, que compreende a elaboração, execução, análise de dados e produção de uma monografia (TCC) com 90 horas. O TCC deverá ser apresentado após o cumprimento pelo menos de 70% (setenta por cento) dos componentes curriculares, considerando as temáticas do curso, a partir da proposta do discente, com a concordância do seu orientador.

O TCC deverá ser redigido com estrutura de texto e contexto científico segundo as normas técnicas estabelecidas e aprovadas pelo Colegiado do Curso (PARTE II).

O TCC será orientado por docente da Universidade Federal do Oeste do Pará devidamente credenciado pela Comissão de TCC, vinculada à área temática do trabalho, indicado, sempre que possível, pelo próprio discente. Será facultada a participação de membros externos à instituição, na condição de co-orientador, desde que tenha competência na área de abrangência do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas;

Na falta de docente disponível para orientação, poderá a comissão de TCC do curso, sugerir um professor-orientador disponível no ICTA ou em outras Unidades Acadêmicas da Ufopa, desde que acordada entre as partes envolvidas. A substituição de orientador/aluno, deverá ser realizada por parte do interessado, mediante memorando à Coordenação do curso, devidamente justificado em até 1/3 do início do componente curricular (TCC).

O aluno durante o desenvolvimento do TCC será avaliado pelo orientador quer sejam: empenho, organização, regularidade, assiduidade e disciplina; independência no desenvolvimento do trabalho, iniciativa, capacidade produtiva, criatividade na solução de problemas, ética, solidariedade e civilidade. Não cumpridos os critérios de avaliação do orientador o mesmo poderá pedir desligamento da orientação do aluno, por meio de memorando encaminhado à comissão de TCC, até um terço do componente curricular TCC II .

3. BANCA EXAMINADORA DE TCC

I. A banca examinadora será composta pelo orientador (este não atribuirá nota ao aluno), e, ao menos, 2 membros titulares e um suplente (que assumirá a suplência na falta de um dos titulares). A banca examinadora será pré-indicada pelo orientador, através de memorando encaminhado à comissão de TCC, podendo ou não ser acatada;

II. Os membros da banca examinadora deverão possuir no mínimo a titulação de mestrado;

III. Os membros da banca examinadora não poderão possuir parentesco de primeiro grau com o concluinte e nem co-orientação do trabalho;

IV. A confirmação da participação dos membros da banca examinadora na defesa pública será de responsabilidade do docente orientador;

V. Caso o discente solicite o aproveitamento no formato de produção bibliográfica, a comissão de TCC fará a sua validação, com nota 7. Caso o discente deseje aumentar sua nota, o mesmo, juntamente com o orientador, deve preencher e encaminhar para comissão de TCC, o requerimento e indicar o nome de dois avaliadores da área (membros do corpo docente da Ufopa), para validação e atribuição de nota na produção bibliográfica de 7 à 10. O resultado final será a média aritmética das notas atribuídas pelos dois avaliadores especialistas.

VI. A versão final do TCC deve ser entregue por meio digital (obrigatório) para fins de arquivamento, para o acervo da Biblioteca da Ufopa.

4. IMPEDIMENTOS POR PARTE DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA E/OU DISCENTES

I. No caso em que o professor (a) orientador (a) ou membros titulares por algum impedimento não puder se fazer presente na defesa de TCC, uma nova data deverá ser marcada, obedecendo o calendário de TCC divulgado pela comissão de TCC. Desse modo, deverá o orientador comunicar por escrito e devidamente fundamentado a comissão de TCC em um prazo de 48 horas antes da data da defesa pública do TCC.

II. O discente que por algum impedimento não puder se fazer presente no dia da defesa do TCC deverá comunicar por escrito e devidamente fundamentado a comissão de TCC em um prazo de 48 horas antes da data da defesa pública do seu Trabalho, para que a comissão tome as providências cabíveis. Nestes casos, o discente deverá apresentar documento comprobatório que justifique o seu impedimento de expor o TCC. Em casos omissos caberá à comissão de TCC consultar/informar ao Colegiado do Curso para deliberar as decisões cabíveis.

5. DEFESA PÚBLICA DO TCC

A defesa de TCC é pública e será divulgada anteriormente ao concluinte e a comunidade acadêmica através de avisos afixados nas dependências da Ufopa/Campus de Santarém ou por meios de comunicação digitais.

I. A sessão de defesa pública do TCC, será aberta por um membro docente da comissão de TCC e presidida pelo Orientador que coordenará a sessão, cumprindo os seguintes procedimentos: a) Apresentação do autor, título do Trabalho a ser defendido e convite aos membros da banca examinadora para que tomem assento à mesa; b) Concessão da palavra ao autor do Trabalho, para que proceda a apresentação oral de 20 a 30 minutos; c) Após a apresentação do trabalho, o Professor (orientador), presidente da banca, concederá a palavra a cada um dos demais integrantes da mesma, para que possam inquirir o expositor de TCC, tendo cada um 10 minutos para arguição. O tempo de arguição dos membros da banca será controlado pelo presidente da banca que deverá anunciar o seu esgotamento, ficando facultado ao orientador 5 minutos para considerações finais.

II. Encerrada a defesa, os membros da banca examinadora deverão reunir-se em um local isolado, a fim de emitirem o parecer e a nota final atribuída ao trabalho, cabendo ao Orientador responsável anunciar o resultado ao autor e aos presentes apenas com o enunciado APROVADO ou REPROVADO. O aluno poderá verificar o conceito posteriormente com a Coordenação do Curso.

6. AVALIAÇÃO DO TCC

1 - PARTE ESCRITA

A parte escrita do TCC deverá seguir as normas estabelecidas e aprovadas pelo Colegiado do Curso de BIC&T das Águas (PARTE II).

A banca examinadora receberá junto ao exemplar do TCC uma ficha de avaliação que deverá ter sido avaliada anteriormente a defesa pública de TCC.

O TCC escrito será avaliado pela qualidade científica do trabalho apresentado, quer sejam:

- a) Relevância acadêmico-científica do tema/problema (1 ponto)
- b) Fundamentação teórica. Adequação metodológica (1 ponto)
- c) Consistência dos resultados. Argumentação na discussão (1 ponto)
- d) Coerência e consistência das conclusões (1 ponto)
- e) Pertinência e atualização do referencial bibliográfico (1 ponto)
- f) Clareza na redação, correção gramatical, formatação e apresentação estética (1

ponto)

2 - PARTE ORAL (DEFESA DO TCC)

A atribuição de notas na defesa do TCC estará detalhada numa folha de avaliação que será apresentada à banca. O aluno será avaliado pela lógica do discurso a partir dos seguintes critérios:

- a) Domínio na utilização de recursos audiovisuais (0,5 ponto)
- b) Segurança durante a apresentação (clareza, uso correto da gramática, postura gestual-corporal, sequenciamento racional das ideias, domínio do tema) (1,5 ponto)
- c) Otimização do tempo de exposição (1 ponto)
- d) Consistência e fundamentação da arguição (1 ponto)

PARTE II

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

1. ESTRUTURA

Tendo como base a norma para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos (dissertação, tese, trabalhos de conclusão de cursos e outros), nesta seção será apresentado os elementos que compõem a estrutura destas publicações.

1.1. Parte externa

Os elementos que compõem a parte externa dos trabalhos acadêmicos serão apresentados a seguir: capa e lombada.

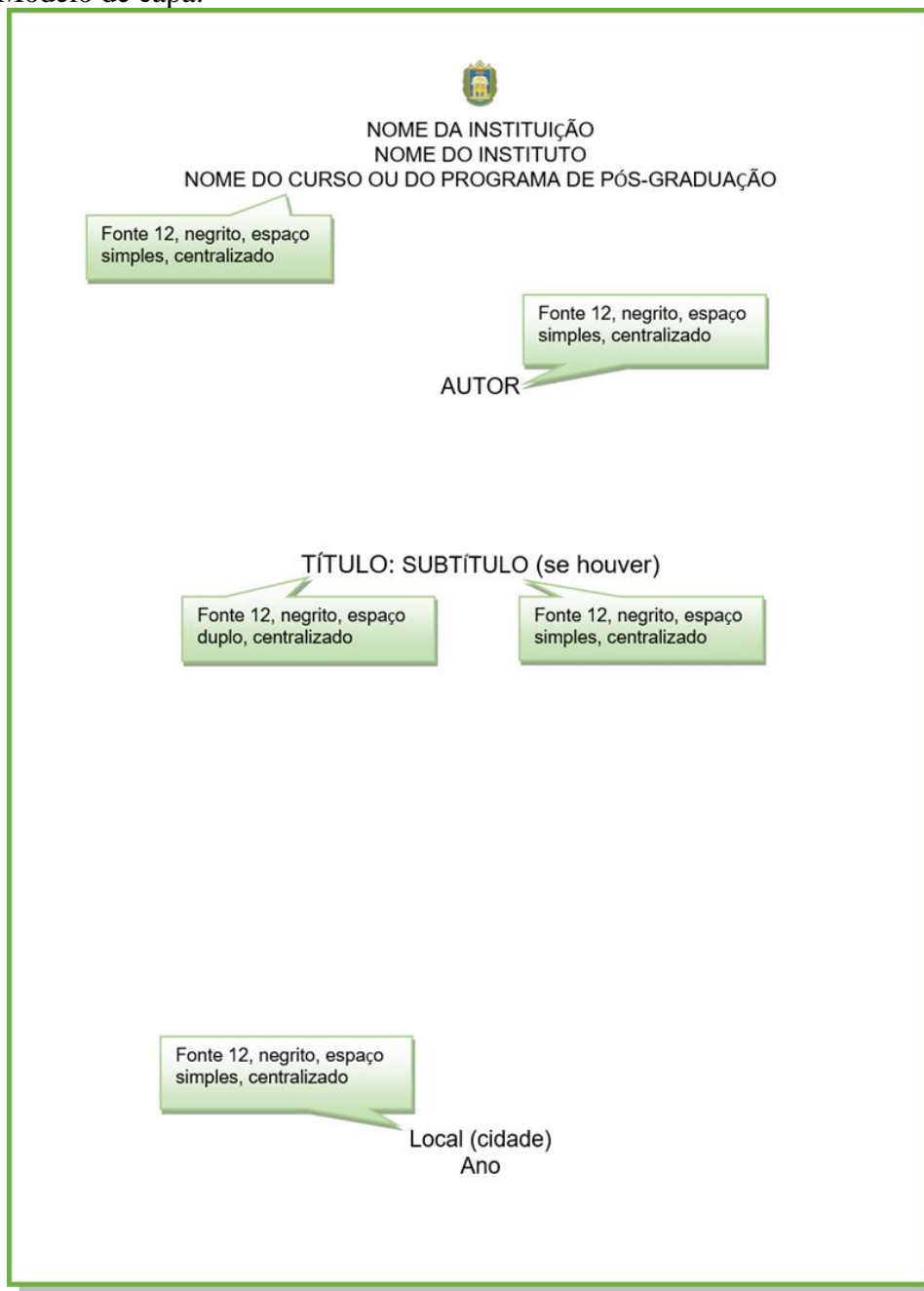
1.1.1. Capa

Segundo a NBR 14724 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2011), a capa é o elemento onde são impressas as informações mais importantes para a identificação do trabalho. As informações devem estar centralizadas e em letras maiúsculas, com exceção do local que deve ter apenas a primeira letra maiúscula, e devem estar na seguinte ordem de apresentação:

- a) nome da instituição, seguido do nome do curso ou programa onde o trabalho foi apresentado;
- b) nome do autor;
- c) título, que deve ser claro e objetivo, sintetizando o conteúdo do trabalho e, se houver subtítulo, que deve ser precedido por dois;
- d) número de volume (se houver, mais de um volume), deve conter em cada capa, a especificação daquele respectivo volume;
- e) local¹, a cidade onde o trabalho deve ser apresentado;
- f) ano de depósito, da entrega do trabalho.

¹ Em caso de cidades homônimas, sugere-se o acréscimo da sigla da unidade da Federação, isto é, sigla do Estado.

Modelo de capa:

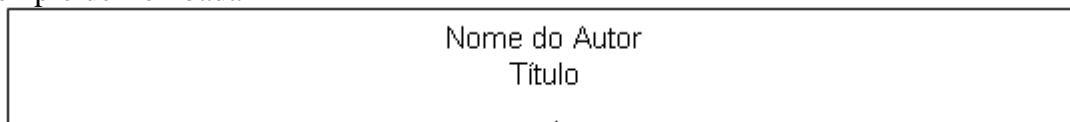


1.1.2. Lombada

De acordo com a NBR 12225 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2004), a lombada é a parte da capa que reúne as margens internas ou dobras das folhas, onde devem ser impressas, longitudinalmente e legível do alto para o pé da lombada, os elementos de identificação do trabalho:

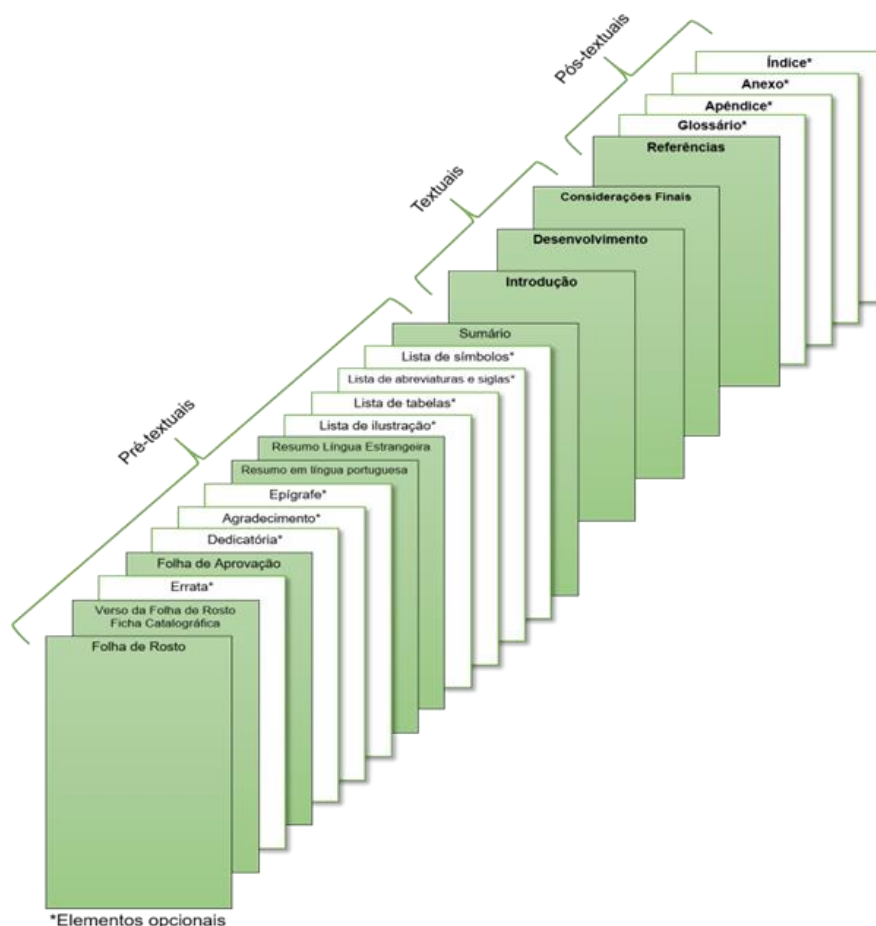
- nome do autor;
- título do trabalho, podendo ser abreviado ou não;
- elementos alfanuméricos de identificação de volume, fascículo e data, se houver.

Exemplo de Lombada



1.2. Parte interna: formato tradicional

A parte interna dos trabalhos acadêmicos é formada pelos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Elementos de apresentação dos trabalhos acadêmicos no modo tradicional:



1.2.1. Folha de rosto

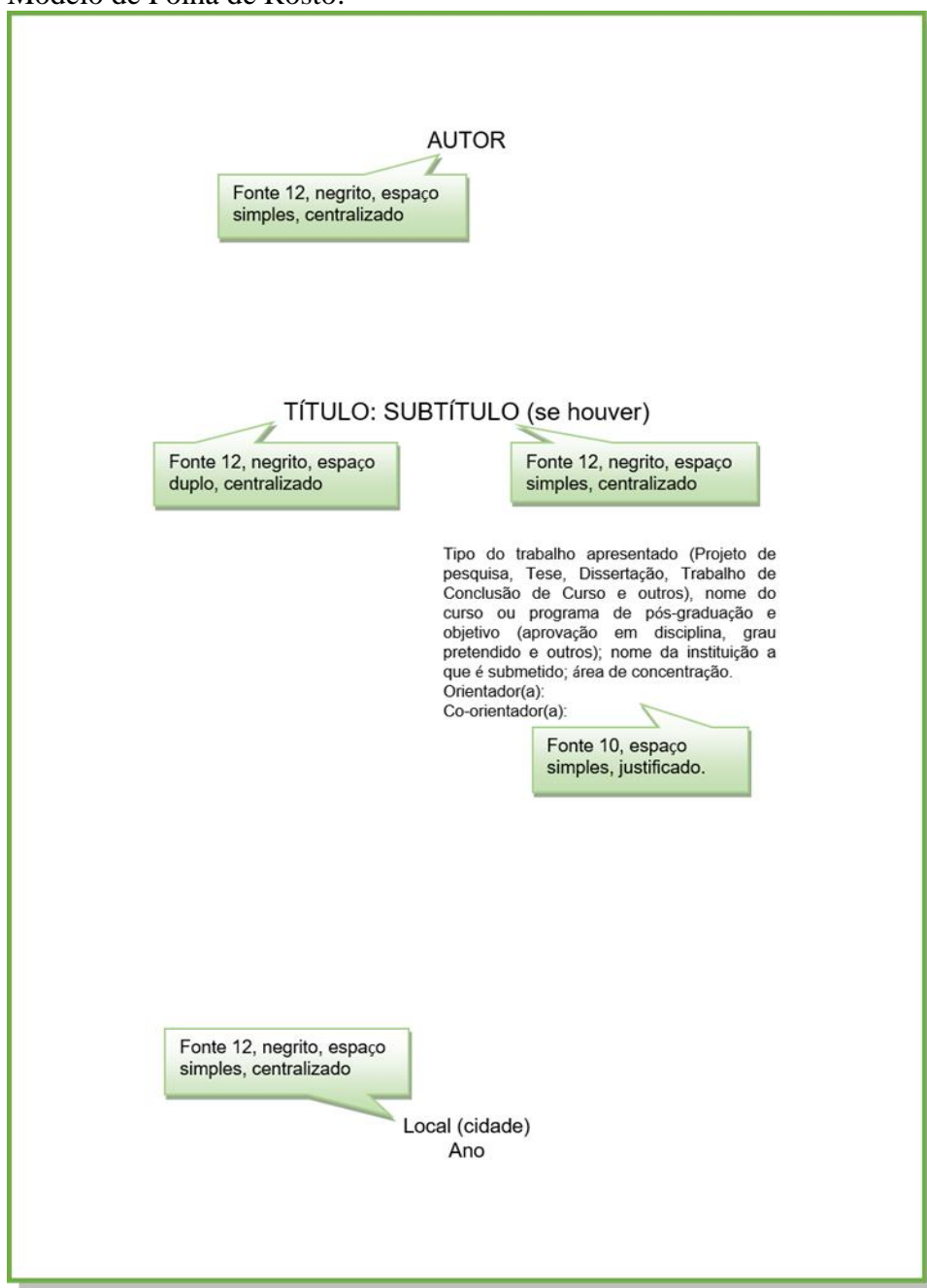
No anverso da folha de rosto devem constar os seguintes elementos:

- nome do autor;
- título e subtítulo, se houver, que deverá ser precedido de dois pontos;
- número de volume, se houver mais de um volume, devendo contar em cada folha de rosto, a especificação daquele respectivo volume;
- nota de natureza, tipo do trabalho apresentado (projeto de pesquisa, tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros), nome do curso ou programa de pós-graduação e objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido e outros); nome da instituição a que é submetido; área de concentração;
- nome do orientador e, se houver, do co-orientador devem vir logo após a nota de natureza, precedido da palavra “orientador (a)” e da titulação, e a palavra “co-orientador”, se houver;

- f) local, a cidade onde o trabalho deve ser apresentado;
- g) ano de depósito, da entrega do trabalho.

Vale ressaltar, que com exceção da nota de natureza do trabalho e do nome do orientador e co-orientador, todos os outros elementos devem ser centralizados.

Modelo de Folha de Rosto:



1.2.2. Ficha catalográfica

A ficha catalográfica contém os dados internacionais de catalogação na publicação, onde são registradas as informações que identificam a publicação na sua situação atual, com base no Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2). Deve ser inserida na parte inferior do verso da folha de rosto e elaborada por um profissional Bibliotecário ou solicitada à Biblioteca.

1.2.3. Errata

Deve ser utilizado para listar os erros ocorridos no texto do trabalho, seja correções ortográficas ou erros de digitação, mas não é recomendado para corrigir nada relacionado ao conteúdo do trabalho acadêmico. Deve ser utilizado após a folha de rosto. É constituído pela referência do trabalho e o texto da errata, apresentado em papel avulso ou encartado, junto ao trabalho depois de impresso.

Modelo de errata:

ERRATA			
(Inserir a referência do trabalho)			
Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
16	10	auto-clavado	autoclavado
30	5	UFPA	Ufopa

1.2.4. Folha de aprovação

É o elemento que deve vir após a folha de rosto. Na folha de aprovação, além das informações que identificam o trabalho, constam também os nomes dos membros que fizeram parte da banca examinadora do trabalho.

- nome do autor;
- título e subtítulo, se houver, que deverá ser precedido de dois pontos.
- número de volume: se houver mais de um volume, devendo contar em cada folha de rosto, a especificação daquele respectivo volume;
- e natureza, tipo do trabalho apresentado (tese, dissertação, trabalho de

conclusão de curso e outros), nome do curso ou programa de pós-graduação e objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido e outros), nome da instituição a que é submetido;

e) nota área de concentração;

f) dia, mês e ano da aprovação do trabalho;

g) nomes dos membros da banca examinadora, com a titulação e instituição a que pertencem, com espaço para assinatura dos componentes.

A data da aprovação do trabalho e os nomes dos membros da banca examinadora devem vir logo após o conceito do trabalho.

Modelo de Folha de Aprovação:

AUTOR

Fonte 12, negrito, espaço simples, centralizado

TÍTULO: SUBTÍTULO (se houver)

Fonte 12, negrito, espaço duplo, centralizado

Fonte 12, negrito, espaço simples, centralizado

Tipo do trabalho apresentado (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso e outros), nome do curso ou programa de pós-graduação e objetivo (aprovação em disciplina, grau pretendido e outros); nome da instituição a que é submetido; área de concentração.

Fonte 10, espaço simples, justificado, recuo em 8 cm

Conceito:

Data de Aprovação ____/____/____

Titulação e nome – Orientador (a)
Nome da Instituição a que pertence

Fonte 12, espaço simples

Titulação e nome
Nome da Instituição a que pertence

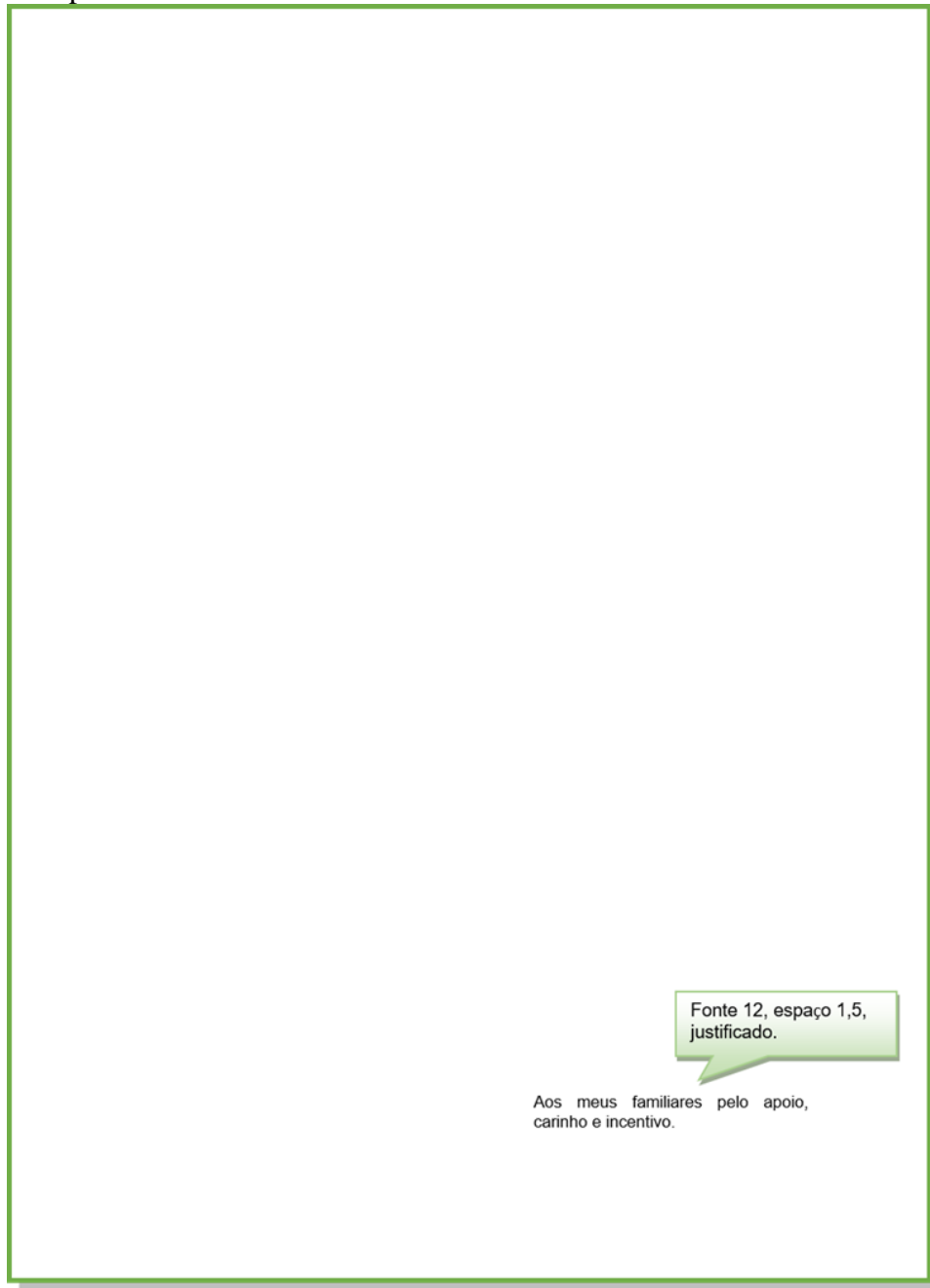
Titulação e nome
Nome da Instituição a que pertence

1.2.5. Dedicatória

É o espaço em que o autor pode prestar homenagem a alguém, inclusive póstuma.

Não é necessário escrever o termo “dedicatória” na folha, sugere-se que seja um texto curto e deve ser alinhado à margem direita, na parte inferior da folha.

Exemplo de dedicatória:



1.2.6. Agradecimento

Texto onde o autor faz agradecimentos a pessoas e/ou instituições que, de alguma forma, colaboraram de maneira relevante para o desenvolvimento do trabalho. A disposição do texto é livre.

A respeito de trabalhos produzidos que decorram de atividades financiadas, integral ou parcialmente, deverão, obrigatoriamente, fazer citação ao apoio recebido. Nessa direção, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio da portaria nº 206, de 04 de setembro de 2018, estabelece a seguinte expressão a ser usado nos trabalhos por ela financiados, no idioma do trabalho:

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Modelo de agradecimento:

AGRADECIMENTO

Fonte 12, maiúscula, negrito, centralizado

Texto em o autor registra a contribuição de pessoas e/ou instituições que, de alguma forma, colaboraram de maneira relevante para elaboração do trabalho. A disposição do texto é livre, porém, recomenda-se que não seja muito longo.

Fonte 12, espaço 1,5

1.2.7. Epígrafe

A epígrafe é uma citação de um pensamento, trecho de uma música ou um poema, seguido da indicação da autoria, cujo conteúdo tenha relação com o tema do trabalho, devendo inclusive constar na lista de referências do trabalho. Sugere-se que seja apresentado do mesmo formato da Dedicatória. Vale ressaltar que deve ser elaborada de acordo com a NBR 10520, informação e documentação - citações em documentos. Pode inclusive constar epígrafes nas folhas ou páginas de abertura das seções primárias do trabalho.

Exemplo de epígrafe:



1.2.8. Resumo

O resumo, segundo a NBR 6028, deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento, com a finalidade de divulgação do trabalho e dar subsídios para que o leitor decida se deve consultar ou não o trabalho (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2003). Trata-se, portanto, de um resumo na língua do país onde o trabalho será apresentado.

Este deve ser composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos. Recomenda-se o uso de parágrafo único. A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento.

O resumo deve informar também sobre a categoria do trabalho (memória, estudo de caso, análise da situação etc.).

Quanto a sua extensão o resumo deve conter:

- a) 150 a 500 palavras para os trabalhos acadêmicos (teses, dissertações, trabalhos de conclusão e outros) e relatórios técnico-científicos;
- b) 100 a 250 palavras para os artigos.

As palavras-chave devem vir logo abaixo do resumo e devem ser separadas entre si por ponto e finalizadas também por ponto (no máximo cinco palavras).

O resumo em língua estrangeira deve seguir os mesmos padrões do resumo na língua vernácula. O texto deve ser uma versão em um idioma de divulgação internacional como, por exemplo, o inglês (Abstract), francês (Résumé) ou espanhol (Resumen). É opcional também que o resumo seja apresentado em língua indígena, desde que, seguindo as mesmas formas de apresentação.

Modelo de resumo em língua portuguesa:

Fonte 12, maiúscula, negrito, centralizado

RESUMO

Fonte 12, espaço 1,5

O resumo deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do documento. Deve ser composto de uma sequência de frases concisas, afirmativas e não de enumeração de tópicos. Recomenda-se o uso de parágrafo único. A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento.

Dois espaços de 1,5

Palavras-Chave: Trabalhos Acadêmicos. Normas.

Modelo de resumo em língua estrangeira:



1.2.9. Listas

Geralmente, os trabalhos acadêmicos apresentam figuras, quadros, tabelas, siglas e abreviaturas, ao longo dos textos, e com o objetivo de facilitar a localização desses elementos no trabalho, recomenda-se a elaboração de listas específicas.

1.2.10. Lista de ilustrações

Deve ser elaborado de acordo com a ordem apresentada no texto, identificados pela palavra designativa (Figura 1, Quadro 1, Gráfico 1), travessão, título e o respectivo número da folha ou página. As listas devem ser apresentadas em folhas separadamente, com o título específico de cada lista. Mas, em caso de menos de 5 elementos ilustrativos, recomenda-se a elaboração de uma lista única denominada "Lista de ilustrações", relacionando as figuras,

quadros, gráficos, desenhos, esquemas, fluxograma, fotografias, mapas, organogramas, plantas, retratos e outros.

Modelo de lista de ilustração:

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	
Figura 1 - Título	16
Figura 2 - Título.....	19
Quadro 1 - Título.....	20
Mapa 1 - Título.....	34
Figura 3 - Título.....	37
Quadro 2 - Título.....	42
Gráfico 1 - Título.....	49
Figura 4 - Título	58

Fonte 12, maiúscula,
negrito, centralizado

Fonte 12, espaço 1,5

1.2.11. Lista de tabelas

A lista de tabelas deve ser elaborada de acordo com a ordem de apresentação no texto, com cada item identificado por seu nome específico e o respectivo número da folha ou página.

Modelo de lista de tabelas:

LISTA DE TABELAS	
Tabela 1 - Título	16
Tabela 2 - Título.....	19
Tabela 3 - Título.....	20
Tabela 4 - Título.....	34
Tabela 5 - Título.....	37

Fonte 12, maiúscula,
negrito, centralizado

Fonte 12, espaço 1,5

1.2.12. Lista de abreviatura e siglas

A lista de abreviaturas e siglas consiste na relação alfabética das abreviaturas e siglas utilizadas no texto, seguidas das palavras ou expressões correspondentes escritas por extenso.

Modelo de lista de siglas:

LISTA DE SIGLAS	
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANS	Agência Nacional de Saúde Complementar
CFI	Centro de Formação Interdisciplinar
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
ISBN	International Standard Book Number
ISSN	International Standard Serial Number
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCT	Ministério de Ciência e Tecnologia
STC	Sistema Tapajós de Comunicação
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará

Fonte 12, maiúscula,
negrito, centralizado

Fonte 12, espaço 1,5

1.2.13. Lista de símbolos

A lista de símbolos deve ser elaborada de acordo com a ordem apresentada no trabalho, com o seu respectivo significado, seguindo o mesmo modelo da lista de abreviações.

1.2.14. Sumário

Segundo a NBR 6027, o sumário é a enumeração dos principais capítulos (seções) e subcapítulos (subseções), na mesma ordem e grafia em que aparecem no trabalho, com o objetivo de mostrar o conteúdo do trabalho e orientar a sua localização no documento (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2012b). Na elaboração do sumário, devem ser observadas as seguintes recomendações:

a) a palavra sumário deve ser centralizada e com a mesma tipologia da fonte utilizada para as seções primárias;

b) a subordinação dos itens do sumário deve ser destacada pela apresentação tipográfica das seções primárias, secundárias e terciárias utilizada no texto, sem a necessidade de usar recuo das margens para diferenciar seções de subseções;

c) os elementos pré-textuais não devem constar no sumário;

d) os indicativos das seções que compõem o sumário, se houver, devem ser alinhados à esquerda, conforme a NBR 6024;

e) os títulos, e os subtítulos, se houver, sucedem os indicativos das seções. Recomenda-se que sejam alinhados pela margem do título do indicativo mais extenso;

f) quando houver mais de um volume, deve ser incluído o sumário de toda a obra em todos os volumes, de forma que se tenha conhecimento do conteúdo, independente do volume consultado;

g) os elementos pós-textuais como Referências, Apêndices e Anexos devem constar no sumário, sem indicativo numérico, alinhados aos títulos das seções do documento.

Modelo de sumário:

Fonte 12, espaço 1,5	
SUMÁRIO	
Seção Primária: Maiúscula, negrito	1 SEÇÃO PRIMÁRIA..... 11
Seção Secundária: minúscula, com negrito	2 SEÇÃO PRIMÁRIA..... 13
	2.1 Seção Secundária..... 17
	2.1.1 Seção Terciária..... 20
	2.1.2 Seção Terciária..... 22
	2.1.2 Seção Quaternária..... 23
Seção Terciária e Quaternária: minúscula, sem negrito	2.2 Seção Secundária..... 25
	2.2.1 Seção Terciária..... 27
	2.2.2.1 Seção Quaternária..... 29
	3 SEÇÃO PRIMÁRIA..... 32
	4 CONCLUSÃO..... 47
	REFERÊNCIAS..... 50
	APÊNDICES..... 52
Maiúscula, com negrito	ANEXOS..... 54

1.2.15. Introdução

A introdução é a parte do trabalho em que o autor mostra uma visão geral da sua pesquisa, apresentando: a escolha do tema e as hipóteses; o objetivo, o período e a delimitação do campo da pesquisa; as justificativas e argumentações para a elaboração do trabalho; a problematização do tema; a metodologia utilizada e a relevância da pesquisa elaborada. Ou seja, é a apresentação do tema a ser estudado, situando o leitor no contexto da obra (SIQUEIRA, 2005).

A introdução deve ser sucinta, clara e coerente com o desenvolvimento do trabalho, apresentando apenas indicações gerais. Apesar de ser o primeiro elemento textual, recomenda-se que seja a última parte a ser elaborado, diante da necessidade de conhecimento de todo trabalho.

1.2.16. Desenvolvimento

O desenvolvimento é parte mais extensa e detalhada do tema estudado e dos resultados alcançados. Segundo Siqueira (2005, p. 140) “o desenvolvimento é o momento final de uma longa pesquisa científica, culminando com um processo criativo do pesquisador- autor, que transmitirá com precisão, racionalidade, didática e objetividade seus pensamentos”.

O texto do desenvolvimento do trabalho pode variar em função do enfoque do tema e do método proposto, desenvolvendo a ideia central do trabalho, analisando-a, discutindo as hipóteses levantadas, rejeitando-as ou afirmando-as e, através de documentações, chegando a uma determinada conclusão (SIQUEIRA, 2005).

O tema principal será representado por um número que se subdividirá em partes, formando assim, as seções primárias, secundárias, terciárias e etc. Vale ressaltar, que essa numeração é normatizada pela NBR 6024 – Numeração progressiva das seções de um documento, que por sua vez facilitará a sistematização do texto e sua apresentação gráfica.

Ressalta-se que, os modos de apresentação desta parte do trabalho acadêmica podem variar dependendo da abordagem que se queira dar: modo tradicional, em capítulos ou artigo.

1.2.17. Considerações finais

As considerações finais, segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.124), “é um resumo marcante dos argumentos principais, é síntese interpretativa dos elementos dispersos pelo trabalho e ponto de chegada das deduções lógicas baseadas no desenvolvimento”.

Nas considerações finais devem ser apresentados os resultados atingidos, destacar as contribuições obtidas e dificuldades encontradas na realização do estudo, pelo autor.

1.2.18. Referências

Entende-se por referência como um “conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2018a, p. 3). Nesse sentido, para a normalização das referências nos trabalhos acadêmicos científicos, é a NBR 6023 apresenta os elementos específicos e obrigatórios.

A referência busca identificar a autoria da obra seja ela, individual ou coletiva, além de seus elementos complementares: nome do publicador, ano e a que edição pertence.

Estes elementos visam fornecer informações confiáveis e necessárias à correta identificação do documento referenciado.

As referências apresentam elementos essenciais e complementares à correta identificação do documento. Os essenciais vinculam-se ao suporte do documento estando

assim, diretamente ligados também ao tipo. Os complementares permitem melhor caracterizar o documento.

1.2.19. Glossário

O glossário é uma lista organizada em ordem alfabética que fornece o significado ou tradução de verbetes, termos técnicos ou expressões utilizadas no trabalho que necessite de explicações.

1.2.20. Apêndice

Os apêndices são documentos elaborados pelo próprio autor que servem para complementar, fundamentar, comprovar ou ilustrar o trabalho. Deve ser precedido da palavra APÊNDICE, identificado por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelo título. Na identificação dos apêndices, utilizam-se letras maiúsculas dobradas, caso se esgote as letras do alfabeto.

1.2.21. Anexo

Os anexos são materiais (textos, documentos, figuras, tabelas, formulários, mapas, etc.) produzidos por outras fontes que não o autor do trabalho, e que assim como os apêndices, servem para fundamentar, comprovar ou ilustrar o trabalho. A apresentação dos anexos dá-se da mesma forma dos apêndices.

As considerações feitas referentes ao TCC II, poderão sofrer alterações de atualização e seguirão o Guia de Normatização da Produção Científica da Biblioteca da Ufopa. O modelo sempre será disponibilizado pela comissão de TCC do curso.

ANEXO F - AVALIAÇÃO DE DISCIPLINA - DISCENTE



Comissão Própria de Avaliação

Avaliação de Disciplina - Questionário Docente

ÁREA	ORDEM	TEMA A SER AVALIADO	EXCELENTE	MUITO BOM	SUFICIENTE	INSUFICIENTE	NÃO FEZ/ HOUE/ NÃO EXISTE	NÃO SEI/ OPINO/ NÃO SE APLICA
Projeto Pedagógico do Curso	1	Como você pontua sua participação na elaboração do Projeto Pedagógico do curso?						
	2	Como você avalia a coerência entre os objetivos do curso presentes no Projeto Pedagógico quanto:						
	2A	1. Ao perfil profissional do egresso						
	2B	2. À estrutura curricular						
	2C	3. Ao contexto educacional						
	3	Qual a relevância do componente curricular (disciplina, matéria, módulo) para o curso?						
Apoio Institucional	4	Qual sua familiarização em relação às avaliações internas e externas e seu entendimento em relação à exigência legal por parte do MEC?						
	5	A Universidade oferece apoio pedagógico ao docente quanto a:						
	5A	1. Recursos tecnológicos e didáticos para aulas práticas e teóricas (data show, computadores, caixas acústicas, programas e softwares, lousa/quadro, pincel, apagador).						
	5B	2. Apoio administrativo.						
	5C	3. Secretaria acadêmica(para impressão, fotocópias, informações e horários de atendimento contínuo).						
	5D	4. Orientação didático-pedagógica (treinamentos, aperfeiçoamentos, atualização, regulamentos e normas e outros)						
	6	A biblioteca atende de forma satisfatória às necessidades do componente curricular?						
Planejamento e Cumprimento do Programa da Disciplina	7	As instalações físicas são suficientes para o adequado desenvolvimento do componente curricular?						
	8	Qual a adequação entre a ementa do componente curricular (módulo/matéria/ disciplina) e o perfil do egresso contido no Projeto pedagógico do Curso?						
	9	Qual a compatibilidade entre a ementa e:						
	9A	1. Carga horária do componente curricular						
Comunicação e uso de Técnicas e recursos didáticos	9B	2. Conteúdos apresentados durante o desenvolvimento do componente curricular						
	9C	3. Perfil do egresso.						
	10	Como você pontua seu desempenho na apresentação dos conteúdos em sala de aula?						
Caracterização das condições dos discentes	11	Como você pontua a eficiência dos recursos e técnicas de ensino utilizados em relação aos objetivos propostos no(s) plano(s) de ensino?						
	12	Pontue o nível de conhecimento prévio dos discentes para acompanhar os conteúdos do componente curricular (módulo/disciplina/matéria).						
	13	Pontue a motivação demonstrada pelos discentes para a participação em sala de aula.						
Avaliação e Resultados	14	Como você pontua o desempenho dos discentes?						
	15	Pontue a eficácia dos critérios e procedimentos de avaliação utilizados no processo ensino-aprendizagem.						
Iniciativa do Docente	16	Pontue seu interesse em ministrar o componente curricular (módulo/disciplina/matéria) novamente?						
	17	Como você pontua:						
	17A	1. Sua busca por atualização quanto a capacitação técnica na área de atuação?						
	17B	2. Busca por capacitação e aperfeiçoamento para sua prática pedagógica.						
	18	Como você pontua a comunicação formal com a coordenação do programa, quanto:						
	18A	1. Ao processo de aquisição/disponibilização de material bibliográfico do seu componente curricular (disciplina/módulo/matéria).						
	18B	2. Ao processo de aquisição/disponibilização de outros materiais didático-pedagógicos para desenvolver o componente curricular.						
	19	Como você considera a sua participação na melhoria do curso em relação à:						
	19A	1. Atualização periódica do seu Currículo Lattes						
	19B	2. Projetos de Extensão institucional.						
	19C	3. Grupos/projetos de pesquisas.						
	19D	4. Processos sistemáticos de autoavaliação do curso.						
	20	Pontue sua contribuição na preparação dos discentes para o ENADE.						
21	Você tem interesse em participar formalmente em comissões de trabalho sobre questões de avaliação interna e externa de cursos e institucional?	Sim		Não				
Observações e Sugestões:								

ANEXO G - AVALIAÇÃO DE DISCIPLINA - DISCENTE



Comissão Própria de Avaliação

Avaliação de Disciplina - Questionário Discente

ÁREA	ORDEM	TEMA A SER AVALIADO	EXCELENTE	MUITO BOM	SUFICIENTE	INSUFICIENTE	NÃO FEZ/NÃO HOUVE / NÃO EXISTE	NÃO SEI/NÃO OPINIO /NÃO SE APLICA
Planejamento e Cumprimento do Programa Curricular	1	O professor apresentou o plano de ensino no início do componente curricular, com objetivos, bibliografias e formas de avaliação?						
	2	O professor trabalha conteúdos que contribuem para o alcance dos objetivos do componente curricular?						
	3	A bibliografia básica indicada existe na biblioteca?						
	4	Houve indicação de outros meios para consulta bibliográfica?						
	5	Como você avalia a assiduidade do professor?						
	6	O professor é pontual e cumpre a totalidade da carga horária de cada aula?						
	7	O professor expõe com clareza o conteúdo do componente curricular?						
	8	O professor procura desenvolver um trabalho integrado com outros componentes curriculares e objetivos do curso.						
	9	O professor realiza aulas práticas quando necessário?						
Comunicação e Uso de Técnicas e Recursos Didáticos	10	Em que grau o professor procura manter bom relacionamento com a turma e é aberto ao diálogo?						
	11	O professor utiliza uma linguagem clara e acessível na exposição dos conteúdos?						
	12	O professor orienta com clareza os trabalhos avaliativos solicitados?						
	13	A profundidade com que os conteúdos são abordados é adequada ao alcance dos objetivos do componente curricular?						
	14	Na sua opinião, em que grau as técnicas de ensino utilizadas são adequadas aos objetivos e conteúdos do componente curricular?						
	15	Como você avalia a receptividade do professor a perguntas e sua disponibilidade para tirar dúvidas dos alunos em relação aos conteúdos.						
	16	O professor utiliza recursos didáticos variados e adequados.						
	17	O professor demonstra ter domínio do conteúdo do componente curricular?						
	18	Na sua opinião, em que grau as atividades de laboratório são adequadas e contribuem para a compreensão dos conteúdos do componente?						
Avaliação e Resultados	19	Na sua opinião, em que grau as instalações físicas são suficientes para o adequado desenvolvimento do componente curricular?						
	20	Na sua opinião, em que grau o conteúdo da avaliação aplicada está de acordo com o programa trabalhado no componente curricular?						
	21	Na sua opinião, em que grau os critérios de avaliação adotados estão adequados aos conteúdos trabalhados no componente curricular?						
	22	O professor disponibiliza os resultados de avaliações de forma clara, objetiva e impessoal antes da próxima avaliação?						
Autoavaliação do Aluno	23	O professor propicia a discussão das questões de avaliação em sala de aula após a divulgação dos resultados obtidos pelos alunos?						
	24	O professor propõe práticas avaliativas que valorizam a reflexão mais do que a memorização dos dados e fatos, contribuindo também com a familiarização dos estudantes com provas de concurso, ENADE, etc?						
	25	Você possui material didático-pedagógico necessários para acompanhar o componente curricular?						
	26	Como você avalia sua dedicação, em horas semanais, para o bom desempenho no componente curricular ?						
	27	Você participa ativamente do componente curricular cursado, cumprindo suas obrigações como estudante? Em que grau?						
	28	Você participa de projetos de ensino, pesquisa e iniciação científicas, engajando-se em sua formação de pesquisador?						
	29	Seu rendimento no componente curricular reflete seu esforço acadêmico?						
	30	Gostaria de participar mais das discussões sobre questões de avaliação interna e externa de Curso e Institucional?	Sim	Não				
Observações, sugestões e críticas:								

ANEXO H - REGIMENTO GERAL DA UFOPA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 55 DE 22 DE JULHO DE 2014.

Aprova o Regimento Geral da Universidade
Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.169/2013 do Ministério da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 05 de dezembro de 2013, das atribuições que lhe conferem o Estatuto da Ufopa, em conformidade com os autos do Processo nº 23204-004180/2014-11 e em cumprimento a decisão do egrégio Conselho Universitário em reunião extraordinária realizada nos dias 21 e 22.07.14 promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma do anexo, que é parte integrante e inseparável desta Resolução.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na presente data.

Art. 3º. Revoguem-se as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Oeste do Pará, em 22 de Julho de 2014.

RAIMUNDA NONATA MONTEIRO

Reitora

Presidente do Conselho Universitário

ANEXO I - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO NDE/COLEGIADO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS



ATA DO COLEGIADO Nº 37 / 2021 - ICTA (11.01.47)

Nº do Protocolo: 23204.012292/2021-75

Santarém-PA, 25 de novembro de 2021.

ATA DE REUNIÃO DO NDE DO BICTA

Às quatorze horas do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e um, estiveram reunidos por videoconferência, os senhores Elton Raniere da Silva Moura (coordenador), Alessandra de Rezende Ramos, Khayth Marronny Rabelo Nagata, Leidiane Leão De Oliveira, Quêzia Leandro de Moura Guerreiro e Mauro Alexandre Paula de Sousa, para tratarem sobre o seguinte ponto de pauta:

1.

Aprovação do PPC do BIC&T das Águas 2021. O professor Elton Raniere iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e apresentou novamente o PPC com as últimas alterações e contribuições que foram solicitadas, conforme encaminhamentos da última reunião do NDE. A Profª. Quêzia falou que passou as últimas solicitações para inserções e correções no BGA. A professora disse que todas foram feitas, conforme reunião feita no BGA. Após a apresentação do PPC, discorrendo cada tópico do documento, o professor Elton abriu para apreciação, sendo aprovado por unanimidade pelos presentes na reunião. Por fim, o Professor Elton agradeceu a dedicação de todos docentes da comissão de reestruturação do PPC do BICTA, que contribuíram com todo o processo de reconstrução do início até a presente data desta reunião.

Encaminhamentos: Após a apreciação, como encaminhamento, o professor Elton encaminhará esta ata para assinatura dos membros presentes e em seguida enviará para a secretaria do instituto para que o mesmo seja colocado como ponto de pauta para a próxima reunião do conselho do instituto. Nada mais ocorreu e eu, Prof. Elton Raniere, secretariei esta reunião, finalizada às quinze horas e trinta minutos.

Membros do NDE

1. Alessandra de Rezende Ramos
2. Elton Raniere da Silva Moura
3. Leidiane Leão De Oliveira
4. Khayth Marronny Rabelo Nagata
- 5.

Mauro Alexandre Paula de Sousa

6.
Quêzia Leandro de Moura Guerreiro

(Assinado digitalmente em 25/11/2021 16:26)
ALESSANDRA DE REZENDE RAMOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 1315656

(Assinado digitalmente em 25/11/2021 17:48)
ELTON RANIERE DA SILVA MOURA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 2381395

(Assinado digitalmente em 25/11/2021 16:47)
KHAYTH MARRONNY RABELO NAGATA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 2140991

(Assinado digitalmente em 26/11/2021 08:54)
LEIDIANE LEAO DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 1962699

(Assinado digitalmente em 25/11/2021 23:15)
MAURO ALEXANDRE PAULA DE SOUSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 3050631

(Assinado digitalmente em 25/11/2021 23:08)
QUEZIA LEANDRO DE MOURA GUERREIRO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 2143148

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 37, ano:
2021, tipo: ATA DO COLEGIADO, data de emissão: 25/11/2021 e o código de verificação:
125c57f2ae

ANEXO J - ATA DE APROVAÇÃO DO PPC PELO CONSELHO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS

02/05/2023, 14:02

https://sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=528995



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DAS ÁGUAS



ATA DO CONSELHO Nº 7 / 2021 - ICTA (11.01.47)

Nº do Protocolo: 23204.012816/2021-28

Santarém-PA, 09 de dezembro de 2021.

Em virtude das medidas de prevenção à pandemia do Corona Vírus (Covid-19), conforme orientação da Instrução Normativa nº 01, da Reitoria, de 17 de março de 2020, ao segundo dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às oito horas e treze minutos, reuniram-se de maneira remota sob a presidência do Diretor do ICTA, prof. Lucinewton Silva de Moura, o Conselho do Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas, com a presença dos seguintes membros: Elton Raniere da Silva Moura (Rep. BICTA), Charles Henry Faria Junior (Rep. BEP), José Claudio Ferreira dos Reis Junior (Rep. BESA), Túlio Silva Lara (Rep. BCB); Samuel Campos Gomides (Rep. PPGBEES); como representantes Docentes: Graciene do Socorro Taveira Fernandes e Manoel Bentes dos Santos Filho; como representante Técnico Administrativo: Sandro Xavier Monteiro; e como representantes Discentes: Daniel de Sousa Guedes e Thiago Shinaigger Rocha do Nascimento. **ABERTURA.** O presidente desejou bom dia a todos e iniciou a reunião. **1- Comunicações;** O presidente informou que o prof. Israel foi indicado pela ABES para receber uma premiação como Personalidade do Saneamento Ambiental 2021. O téc. Sandro comentou que a coordenação Administrativa recebeu os Kits Covid, os quais estão disponíveis para retirada dos servidores às terças e quintas no horário de oito às doze. **2.1- Logomarca do ICTA;** O presidente comentou que foi designada uma comissão responsável pelo Edital para criação da logomarca do Instituto e passou à palavra ao prof. Túlio, membro da comissão. Este explicou que não foi recebida nenhuma proposta, desse modo a comissão, em especial o prof. Mauro, criou uma logomarca, a qual foi enviada previamente aos membros do conselho. O presidente questionou se os presentes concordavam com a homologação da logomarca apresentada, com oito votos favoráveis e duas abstenções foi aprovada. **2.2- Homologação do resultado final das eleições para coordenador e vice-coordenador, e membros do colegiado do curso BCB;** o presidente inicialmente parabenizou o prof. Túlio pelo trabalho realizado na coordenação do Curso de Ciências Biológicas e passou a palavra ao mesmo, que por sua vez informou que após eleição, foram escolhidos o coordenador e vice coordenador do curso e os novos membros do Colegiado. Em seguida leu a ata do resultado da eleição e destacou que a nova coordenação será composta pelos professores Eveleise e Miércio, coordenadora e vice coordenador, respectivamente. O presidente abriu votação, e por unanimidade o resultado foi homologado. **2.3- Homologação do Edital 01/2022 do Programa de Pós- Graduação de Especialização em Saneamento e Tecnologia Hídrica do ICTA;** O presidente informou que foi designada uma comissão responsável pelo Edital de Seleção da Especialização em Saneamento e Tecnologia Hídrica, e recentemente foi selecionada a primeira turma que iniciará as atividades em fevereiro do próximo ano. O presidente abriu votação, e por unanimidade o Edital supracitado foi homologado. **2.4- Homologação dos projetos do professor Herlon;** O presidente passou a palavra ao prof. Elton o qual explicou que o Relatório intitulado Valorização Nutricional, Econômica e Tratamento Biotecnológico de Resíduos Pesqueiros dos Frigoríficos de Santarém (Processo: nº 23204.009200/2017-93) sob a coordenação do prof. Hérlon ainda estava no formato físico e deveria passar para o formato digital, o qual foi aprovado pela comissão de projetos. O presidente abriu a votação e por unanimidade, foi aprovado. **2.5- Membros do Colegiado do Besa em Novo Progresso;** A palavra foi repassada ao prof. José Cláudio o qual explicou que o

https://sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=528995

1/3

curso do BESA está sendo ofertado em Novo Progresso em convênio com o Forma Pará, devendo nesse sentido compor o colegiado do Curso Em seguida, o docente leu a portaria emitida pelo Instituto com os nomes dos componentes do colegiado. O presidente abriu a votação e por unanimidade, foi aprovado. **2.6- PPC do BICTA;** O prof. Elton teve a palavra e explicou que a reformulação do PPC do BICTA durou um longo processo de aproximadamente dois anos, no qual os cursos do BICTA, BESA e BGA fizeram diversas discussões, cujo foco foi dentre outros a união dos três cursos, perfil do egresso e eixo de formação do aluno, por fim o docente leu a ata do BICTA que aprovou o referido PPC. Na sequência o presidente abriu votação, com dez votos a favor e uma abstenção foi aprovado. **2.7- Homologação da prorrogação do afastamento do servidor Hugo Napoleão;** O prof. Túlio no uso da palavra comentou que a solicitação de prorrogação do servidor Hugo foi apreciada e aprovada no colegiado do BCB em julho do corrente ano. A justificativa do técnico se deu principalmente devido a pandemia, que acabou prejudicando suas análises. Foi aberta a votação e com uma abstenção e dez votos favoráveis foi aprovada. **2.8- Homologação da redistribuição do servidor Leandro Giacomim;** O prof. Túlio comentou que a solicitação de redistribuição do prof. Leandro Giacomim para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi aprovada no colegiado do BCB o qual em contrapartida receberá um código de vaga, não havendo prejuízos ao curso principalmente com relação as disciplinas obrigatórias ministradas pelo docente pois serão ofertadas por outros docentes. O prof. Leandro teve a palavra e explicou que sua solicitação se deu exclusivamente por motivos pessoais, e considerando a aposentadoria de um professor daquela instituição, optou-se por fazer um convite ao docente para assumir a vaga, por fim ressaltou que por ser um código de vaga oriundo de aposentadoria a sua utilização poderá ser imediata. O prof. Túlio acrescentou que o colegiado decidiu mudar a área do código de vaga de Botânica para Biologia Clínica visando atender algumas lacunas do curso. O prof. Samuel parabenizou o trabalho realizado pelo prof. Leandro e comentou que essa mudança de área afetará o PPGBEES, já que o prof. Leandro é docente do programa. O presidente abriu a votação e com dez votos favoráveis e uma abstenção, a redistribuição do servidor foi aprovada. Por fim o presidente e o prof. Túlio agradeceram o prof. Leandro por sua contribuição tanto para o curso como para o Instituto. Sem mais intervenções, a reunião foi encerrada às nove horas e quarenta e cinco minutos, e eu, Elitania da Silva Mourão, secretária desta reunião, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos presentes.

(Assinado digitalmente em 13/12/2021 14:33)
CHARLES HANRY FARIA JUNIOR
COORDENADOR DE CURSO
CBEP (11.01.47.03)
Matrícula: 1375151

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 14:55)
ELITANIA DA SILVA MOURAO
SECRETARIO EXECUTIVO
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 2114282

(Assinado digitalmente em 13/12/2021 09:41)
ELTON RANIERE DA SILVA MOURA
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 2381395

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 14:37)
GRACIENE DO SOCORRO TAVEIRA FERNANDES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 1334145

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 13:51)
JOSE CLAUDIO FERREIRA DOS REIS JUNIOR
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 1094857

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 11:39)
LUCINEWTON SILVA DE MOURA
DIRETOR
ICTA (11.01.47)
Matrícula: 1549200

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 20:05)
MANOEL BENTES DOS SANTOS FILHO
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 10:53)
SAMUEL CAMPOS GOMIDES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

02/05/2023, 14:02

https://sipac.ufopa.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=528995

ICTA (11.01.47)
Matrícula: 708097

CORI (11.01.38)
Matrícula: 2392281

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 11:26)
SANDRO XAVIER MONTEIRO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
CCI (11.06.03.02)
Matrícula: 3004677

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 20:59)
TULIO SILVA LARA
COORDENADOR
CBCB (11.01.47.04)
Matrícula: 2280178

(Assinado digitalmente em 13/12/2021 11:29)
DANIEL DE SOUSA GUEDES
DISCENTE
Matrícula: 201700549

(Assinado digitalmente em 09/12/2021 10:49)
THIAGO SHINAIGER ROCHA DO NASCIMENTO
DISCENTE
Matrícula: 201800421

Visualize o documento original em <https://sipac.ufopa.edu.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **7**, ano: **2021**, tipo: **ATA DO CONSELHO**, data de emissão:
09/12/2021 e o código de verificação: **203ef40217**